



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

JUNIOR CHAVES RODRIGUES

EXPANSÃO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA E ARRENDAMENTOS DE
TERRAS: OS DESAFIOS DA REFORMA AGRÁRIA NA MESORREGIÃO
OESTE PARANAENSE

LARANJEIRAS DO SUL-PARANÁ

2022

JUNIOR CHAVES RODRIGUES

**EXPANSÃO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA E
ARRENDAMENTOS DE TERRAS: OS DESAFIOS DA REFORMA
AGRÁRIA NA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE**

Dissertação de mestrado, apresentada para o Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli

Coorientador: Prof. Dr. Djoni Roos

**LARANJEIRAS DO SUL-PARANÁ
2022**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

, Junior Chaves Rodrigues
Expansão do capitalismo na agricultura e
arrendamentos de terras:: Os desafios de reforma
agrária na mesorregião oeste paranaense. / Junior Chaves
Rodrigues . -- 2022.
154 f.

Orientador: Doutor Pedro Ivan Christoffoli
Co-orientador: Doutor Djoni Roos
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, N, N, 2022.

1. CAPÍTULO 1- HISTÓRIA AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO
DA AGRICULTURA NO SISTEMA CAPITALISTA. 2. CAPÍTULO 2- A
LUTA PELA TERRA E O MST. 3. CAPÍTULO 3- A TRAJETÓRIA DAS
FAMÍLIAS ASSENTADAS NA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE. I.
Christoffoli, Pedro Ivan, orient. II. Roos, Djoni,
co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul.
IV. Título.

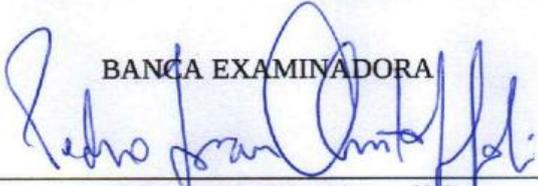
JUNIOR CHAVES RODRIGUES

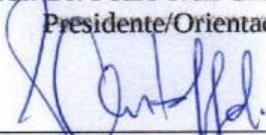
**EXPANSÃO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA E
ARRENDAMENTO DE TERRAS: OS DESAFIOS DA REFORMA AGRÁRIA
NA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE**

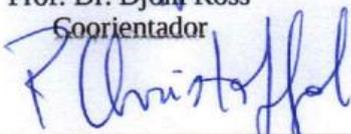
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 13/06/2022.

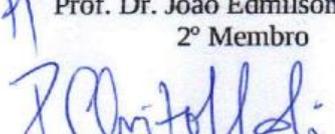
BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli
Presidente/Orientador


Prof. Dr. Djani Ross
Coorientador


Prof. Dr. Adalberto Floriano Greco Martins
1º Membro


Prof. Dr. João Edmilson Fabrini
2º Membro


Prof.^a Dra. Josimeire Aparecida Leandrini
Suplente

* “Em função da banca ser realizada de forma online, este documento foi assinado pela Presidente da Banca e pelo Coordenador do programa, como representantes dos demais membros, mediante suas autorizações”.


Coordenador do PPGADR
Portaria de Pessoal nº 371/GR/UFFS/2021

Dedico este trabalho à familiares e amigos;
Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais
Sem Terra (MST) por proporcionar acesso à
educação para inúmeros jovens, filhos (as)
de camponeses e camponesas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, pelo incondicional apoio e dedicação em cada momento de minha existência, a minha companheira de vida, caminhada política e acadêmica Jaqueline Mendes. Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por possibilitar o acesso à uma vida digna, educação pública de qualidade e discernimento para lutar pelo justo e pelo bom. Aos camponeses e camponesas, dirigentes, amigos e amigas, que possibilitaram a construção desse trabalho. A todo o corpo docente da Universidade Federal da Fronteira Sul-Campus Laranjeiras do Sul em especial os professores do curso de Programa de Pós-graduação em Agroecologia e desenvolvimento Rural Sustentável, ao orientador Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli e ao co-orientador Prof. Dr. Djoni Roos, que mesmo em momento sombrio, marcado por uma pandemia e a total desvalorização da educação pública no país, não mediram esforços para que pudéssemos alcançar este objetivo. A todas e todos, o meu muito obrigado.

O direito dos proprietários fundiários tem sua origem no roubo. Say, t. 1, p. 136. Os proprietários fundiários gostam, como todos os homens, de colher onde não semearam e exigem renda inclusive pelo produto natural da terra. Smith, t. 1, p. 992. (MARX, 2004, p.61).

RESUMO

O trabalho busca compreender o fenômeno dos arrendamentos de terras em assentamentos da reforma agrária na mesorregião oeste paranaense. Buscou-se aplicar o método de pesquisa Materialismo Histórico Dialético proposto por Karl Marx, para esse, foram feitas rodadas de aproximação com a realidade, partindo de observação a campo do objeto de estudo e posterior análise, sistematização e reflexões teóricas. Foram constituídas cinco rodadas de aproximação. Para levantamento de dados utilizou-se de entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa e diagnósticos das propriedades. Para embasar a reflexão, o texto traz a gênese da formação latifundiária e camponesa no Brasil, relata a entrada das relações capitalistas na agricultura e seus aprimoramentos até chegar no agronegócio, sendo esse o intensificador das práticas de arrendamentos no meio rural. Busca-se fazer o debate sobre a renda fundiária como elemento fundamental nesta pesquisa. Partindo de um resgate histórico é possível analisar as relações camponesas existentes nestes espaços desde as origens das famílias. Em sua fase final, são abordados os fatores das estruturas fundantes dos arrendamentos, juntamente com outras extrações de análise da realidade objeto desta pesquisa.

Palavras-Chave: MST, Assentamentos, Conflitos, Camponeses, Arrendamentos.

ABSTRACT

The work seeks to understand the phenomenon of land leases in agrarian reform settlements in the western mesoregion of Paraná. We sought to apply the Dialectical Historical Materialism research method proposed by Karl Marx, for which, rounds of approximation with reality were made, starting from field observation of the object of study and subsequent analysis, systematization and theoretical reflections. Five of these approach rounds were constituted. For data collection, semi-structured interviews, conversation circles and property diagnoses were used. To support the reflection, the text brings the genesis of the formation of landowners and peasants in Brazil, reports the entry of capitalist relations in agriculture and their improvements until reaching agribusiness, this being an intensifier of leasing practices in rural areas. It also discusses land rent, a fundamental element in the research. The historical rescue brings the dimension of peasant relations existing in these spaces, also debating the origins of these families. In this way, in the final phase of the work, characteristics related to the factors of the founding structures of the leases are placed, along with other extractions of analysis of the reality object of research.

Keywords: MST, Settlements, Conflicts, Peasants, Leases.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Diagrama 1- Identificação dos influenciadores da formação do preço de terras.....	69
Diagrama 2- Síntese do fluxo das famílias que hoje estão no Assentamento Valmir Mota de Oliveira	95
Diagrama 3- Práticas de exploração das parcelas de terras identificadas nos assentamentos estudados.	104
Diagrama 4- Práticas identificadas em cada categoria de agricultores.	131
Quadro 1- Classificação por grupo de assentamos em relação ao período histórico.	99

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1-Localização geográfica no estado do Paraná dos municípios objetos de pesquisa....	24
Figura 2- Localização dos Assentamentos de Lindoeste, Vitória, Verdum e Capão Verde.....	88
Figura 3- Principais fluxos migratórios de origem e destino rurais Estado do Paraná – 1986/1991.....	89
Figura 4- Localização dos Assentamentos de Santa Tereza do Oeste Olga Benário e Sepé Tiarajú em relação ao perímetro urbano de Santa Tereza do Oeste.	92
Figura 5- Localização dos Assentamentos de Cascavel, Santa Terezinha e Valmir Mota em relação ao perímetro urbano de Cascavel.....	94

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1- Unidade da Cotriguaçu Cascavel.....	58
Fotografia 2- Show Rural Coopavel, 2022.....	59
Fotografia 3- Reflexo do agronegócio na paisagem, Cascavel inverno de 2021.	63
Fotografia 4- Assembleia dos acampados da Fazenda Annoni-1987, período de intensas ocupações.....	79
Fotografia 5- Rodadas de aproximação com a realidade.....	87
Fotografia 6- Rodadas de aproximação com a realidade.....	93
Fotografia 7- Típica Unidade Familiar que planta toda a parcela de terra. Abril de 2022.	110
Fotografia 8- Típica unidade familiar que arrenda toda a parcela de terra. Abril de 2022. ...	126

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução do crédito rural no Brasil.	39
Gráfico 2- Exportações brasileiras do agronegócio por setores em 2021.	60
Gráfico 3- Exportações brasileiras do agronegócio por mercados em 2021.	61
Gráfico 4- Evolução dos preços de terras do Sul, de 1977 a 2013- Valores em reais de dezembro de 2015.	66
Gráfico 5- Evolução dos preços de terras para grãos (soja, milho, trigo, arroz e algodão) no Brasil em de 2002 a 2014.	67

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1-Estrutura Fundiária no Brasil (2018-2019).	33
Tabela 2- Dois terrenos exemplificando a renda diferencial I no que concerne à fertilidade natural da terra.	46
Tabela 3- Três terrenos exemplificando a renda diferencial I no que concerne à localização da terra em relação ao mercado de comercialização.	47
Tabela 4- Dois terrenos exemplificando a renda diferencial II no que concerne aplicação de capital para aumentar produção.	48
Tabela 5-Estabelecimentos e áreas segundo as classificações por módulos fiscais-Brasil 2017.	57
Tabela 6- Área de plantio (em ha) de soja, feijão e arroz no Brasil, nos anos de 1990, 2000 e 2021.	59
Tabela 7-Valores em dólares e peso de soja comercializado do Brasil para a China entre 2010 e 2020.	62
Tabela 8- Condição legal das terras, segundo as modalidades -Brasil-2006/2017.	65
Tabela 9- Preço de terras no Paraná - 2020.	68
Tabela 10- Violência contra a pessoa 1990-1997.	82
Tabela 11- Lista dos assentamentos objetos de estudo, por ordem cronológica de criação.	85
Tabela 12- Lista comparativa, total de assentamentos do Paraná com total de Assentamentos pesquisados.	86
Tabela 13- Origem urbana ou rural das famílias acampadas no Resistência Camponesa, Dorcelina e Primeiro de Agosto (2020).	98
Tabela 14- Diagnóstico da família ENTREVISTADO-82, produção em 12 meses.	110
Tabela 15- Diagnóstico da família ENTREVISTADO-83, produção em 12 meses.	111
Tabela 16- Síntese dos diagnósticos aplicados.	113
Tabela 17- Síntese dos diagnósticos aplicados.	113
Tabela 18- Diagnóstico da família ENTREVISTADA-84, produção em 12 meses.	118
Tabela 19- Diagnóstico da família ENTREVISTADA-85, produção em 12 meses.	118
Tabela 20- Síntese dos diagnósticos aplicados.	120
Tabela 21- Síntese dos diagnósticos aplicados.	121
Tabela 22- Síntese dos diagnósticos aplicados.	121
Tabela 23- Diagnóstico da família ENTREVISTADO-86, produção em 12 meses.	126
Tabela 24- Diagnóstico da família PARTICIPANTE-87, produção em 12 meses.	126

Tabela 25-Síntese dos diagnósticos aplicados.....	127
Tabela 26- Síntese dos diagnósticos aplicados sem os capitais fixos (animais).	129
Tabela 27- Síntese dos diagnósticos aplicados (sem entradas econômicas externas).	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural.
CAIs	Complexos Agroindustriais.
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia.
CCU	Contrato de Concessão de Uso.
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base.
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.
COPCRAF	Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura e Reforma
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra.
DSA	Diagnóstico dos Sistemas Agrários.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.
EUA	Estados Unidos da América.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
I PND	Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento.
II PND	Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento.
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra.
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Mdic	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
MHD	Materialismo Histórico Dialético.
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
OMC	Organização Mundial do Comércio.
OPEP	Organização Mundial do Petróleo.
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos.
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo.
PCB	Partido Comunista Brasileiro.
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento.
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar.

S.A.	Sociedade Anônima.
I PND	Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento.
II PND	Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento.
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento.
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool.
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar.
PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao médio Produtor Rural
RA	Reforma Agrária.
SNCR	Sistema Nacional de Crédito.
UPAs	Unidade de Produção Agrícola.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
METODOLOGIA.....	24
CAPÍTULO 1- HISTÓRIA AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NO SISTEMA CAPITALISTA.....	29
1.1 FORMAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS LATIFÚNDIOS.	29
1.2 A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA NA DITADURA MILITAR.....	34
1.3 AGRONEGÓCIO E A SUA SUBORDINAÇÃO NO MERCADO FINANCEIRO.....	44
1.3.1 Fundamentos da Renda Fundiária no sistema capitalista; Renda da Terra e suas variações.	44
1.3.2 A terra como ativo financeiro e o Agronegócio.	49
1.3.3 Apontamentos sobre arrendamentos de terras no sistema capitalista.	65
CAPÍTULO 2- A LUTA PELA TERRA E O MST.....	74
CAPÍTULO 3- A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS NA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE.....	84
3.1 AS FAMÍLIAS INSERIDAS NOS ASSENTAMENTOS DE LINDOESTE (VITÓRIA, VERDUM E CAPÃO VERDE).	87
3.2 AS FAMÍLIAS INSERIDAS NOS ASSENTAMENTOS DE SANTA TEREZA DO OESTE (SEPÉ TIARAJU E OLGA BENÁRIO).....	92
3.3 AS FAMÍLIAS INSERIDAS NOS ASSENTAMENTOS DE CASCAVEL (VALMIR MOTA E SANTA TEREZINHA).	94
3.4 SÍNTESE DOS ASSENTAMENTOS PESQUISADOS NA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE.....	99
CAPÍTULO 4- OS ASSENTAMENTOS NO OESTE DO PARANÁ E OS ARRENDAMENTOS DE TERRAS.	101
4.1 FAMÍLIAS QUE PLANTAM TODA A PARCELA DE TERRA.	107
4.2 FAMÍLIAS QUE ARRENDAM GRANDE PARTE DA PARCELA DE TERRA E PLANTAM POUCA ÁREA PARA CONSUMO.	114
5.3 FAMÍLIAS QUE ARRENDAM TODA A PARCELA DE TERRA.....	122
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS, ARRENDAMENTOS, CONTRADIÇÕES E DIALÉTICA.....	131
REFERÊNCIAS.....	135
APÊNDICE A- PRIMEIRA RODADA DE APROXIMAÇÃO COM A REALIDADE.	

INTRODUÇÃO

A agricultura é alicerce fundamental para a continuidade da espécie humana, sua prática é perpassada entre as gerações para a manutenção da vida. Busca-se através de seus resultados alimentar a crescente população humana e outros animais. No entanto, esta ação ligada à domesticação das espécies não é estática, sofre metamorfoses ao longo dos anos, transformando-se conforme as necessidades das estruturas sociais, em cada período histórico e político.

Com a decadência do sistema feudal de organização econômica e social, implantou-se outra dinâmica de vida na sociedade humana, essa baseada na produção de bens e serviços, capazes de gerar excedentes e conseqüentemente lucro através da exploração da mais valia, o modo de organização humana conhecido hoje como Sistema Capitalista.

Este, por sua vez, é o regulador das relações sociais, que não se limita a fronteiras, ocupando igualmente tanto as áreas urbanas quanto rurais. Apesar de o trabalho prático desenvolvido nas fábricas ser diferente daquele dos campos agrícolas, a forma de pensar e articular o trabalho estão intimamente ligadas e se retroalimentam.

No entanto, para uma compreensão mais profunda destes ambientes, torna-se necessário realizar um recorte histórico. Neste sentido, o trabalho pretende fazer abordagem partindo desse sistema econômico-social nas relações agrícolas, tendo como base os métodos organizativos dos Assentamentos de reforma agrária no oeste do estado do Paraná, ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Partindo desse pressuposto, tem-se a renda fundiária como elemento central neste debate, buscando compreender as questões relacionadas aos arrendamentos de terras, bem como as relações agrícolas no que concerne aos assentamentos da reforma agrária na mesorregião oeste paranaense.

Tal problematização de renda fundiária tem sofrido forte omissão de renomados autores brasileiros em suas análises, essa supressão tem representado não somente um atraso teórico nas análises das ciências sociais, mas sobretudo um atraso político. Existe ainda tendência de encarar a renda da terra como se fosse capital, e ainda como modalidade pré-moderna de capital, onde o próprio capitalismo supera e moderniza, isso limita a compreensão do que é capitalismo, bem como dificulta a análise de suas possibilidades e limites (MARTINS, 2010).

Dessa forma, compreender e levar em consideração a renda da terra é primordial para entender a sociedade de classes em suas determinações e singularidades como é a brasileira. Essa renda da terra gera também contradições nos processos agrícolas, e contribui para a

existência camponesa no sistema capitalista. A renda da terra ainda é um dos fatores de diferenciação social e da constituição das classes e dos seus antagonismos e conflitos. Marx se dedicou à complexidade da renda fundiária e as suas implicações políticas-sociais, tanto que parte de suas obras debatem esse tema, como em *Os Grundrisse* e *O Capital* (MARTINS, 2010).

A renda da terra é potencializa a medida que as relações capitalistas penetram e se desenvolvem no meio rural, dessa forma é fundamental compreender o agronegócio como o ápice dessa intensificação, atmosfera essa em que a agricultura se torna parte de um grandioso e complexo sistema alimentar, com uma série de confluências e tecnologias avançadas nos meios produtivos, logísticas globalizadas, mercado financeiro e especulações. Observa-se também nesse processo a agricultura como empresa agrícola, a qual foi transformada em grande indústria a céu aberto.

É nesse contexto que o camponês brasileiro está inserido, a fim de ampliar o debate, este trabalho propõe discutir a condição atual deste campesinato, partindo da reflexão e resgate históricos acerca da formação territorial brasileira e como se estruturam os grandes latifúndios no país. Considerando que, os sujeitos rurais do campo são pessoas que tiveram suas origens em povos escravizados, indígenas, famílias emigrantes da Europa e que vieram atrás de novas oportunidades, sem terras, peões de fazenda entre outros, indivíduos aos quais sempre foi negado o acesso à terra e à participação social, política e econômica.

Esses elementos fazem o campo brasileiro ser cenário de constantes conflitos, desta forma, camponeses se organizam em movimentos de massa. A partir destas agitações, entre meio várias contradições, surgem a partir dessas lutas de massa o MST, movimento esse que no tempo presente é o maior e mais importante movimento social da América Latina (BALDI, ORSO, 2013).

Partindo deste contexto, ao se tratar de um movimento social de significativa dimensões, é reconhecida sua importância na cronologia agrária brasileira. O MST, enquanto forma organizativa e de luta por direitos, busca ao longo de sua história, agregar elementos e pautas importantes na defesa das minorias. Estando em suas principais pautas no tempo presente, embate a matriz produtiva do agronegócio, e atualmente colocando como alternativa a reforma agrária popular e a produção agroecológica, que representa modo de vida preocupada com a preservação dos bens naturais, além de propor outras formas de organização social e econômica.

E através de muitas lutas e embates, são através deste movimento social que muitos camponeses sem terras conseguem acessar terras para o cultivo agrícola, terras essas que irão se configurar como os assentamentos rurais, aos quais podem ser compreendidos como a materialização das lutas dos camponeses sem terras.

Assim sendo, estes assentamentos estão imersos em uma ideologia dominantes na forma de fazer agricultura, tem se a imposição do agronegócio nas mais diversas áreas de relações sociais, econômica, ambientais e financeiras. Este agronegócio atua fortemente na renda da terra, que por sua vez exerce intensificação sobre o fenômeno dos arrendamentos na agricultura de modo geral, (sendo que terras mesmo sem utilização geram renda, pura e simplesmente por serem propriedade particular) evento esse que é próprio da natureza do capitalismo pois a terra é meio de produção que consegue gerar sobre lucro, a depender de algumas variáveis sobre a produção ali gerada (OLIVEIRA, 2007).

Portanto, uma parcela de terra se faz passível de um terceiro arrendar, pagar renda ao dono da terra e ainda sobrar renda, logo é algo comum em circunstâncias normais no meio rural de relações capitalistas. Desta forma, arrendamentos de terras são habituais na agricultura de forma geral, e nos assentamentos não é diferente, pois esses estão sob fortes influências do agronegócio.

No entanto, em áreas de reforma agrária a questão dos arrendamentos é compreendida de forma diferente que a colocada no meio rural tradicional. Sendo esse fenômeno espinhoso e de certa forma difícil de ser debatido nas estruturas organizativas MST, mas que tal assunto carece de maiores considerações de modo geral.

São duas perspectivas de desaprovação dos arrendamentos nestes assentamentos, a primeira gira em torno dos aspectos legais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ao qual está em suas diretrizes que trabalhadores rurais beneficiários do programa de reforma agrária devem morar em suas parcelas e explorá-las para seus sustentos, utilizando exclusivamente mão de obra familiar. Antes de receberem escrituras, essas famílias estão vinculadas diretamente ao INCRA, portanto, também não poderão **vender, alugar, arrendar ou emprestar a sua terra a terceiros** (INCRA, 2020).

Em segunda análise se encontra as diretrizes organizacionais do MST, que também vão de encontro com as concebidas pelo INCRA, essas duas análises em pano de fundo, buscam defender o desenvolvimento produtivo e social familiar desses assentados, uma vez que tais fenômenos de arrendamentos inseridos nesses contextos podem ser limitantes para a efetivação da reforma agrária e manutenção desses locais. Bem como é limitante para o desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica, pois uma vez os produtores desconexos dos seus meios produtivos, a realização dessa agricultura sustentável fica praticamente inviável.

Desta forma enunciado o trabalho, ele possui por objetivo geral a busca por compreender o fenômeno de arrendamento de lotes nos espaços de assentamentos rurais na mesorregião oeste paranaense. E têm nos objetivos específicos a) analisar as estratégias de

reprodução social dos assentados que incorporam os arrendamentos nos lotes, b) identificar os fatores que influenciam esses arrendamentos de lotes e c) identificar aspectos da crescente dinâmica do agronegócio nos assentamentos da reforma agrária.

E para essas análises se propõe trabalhar com o método de pesquisa de Marx, o Materialismo Histórico Dialético (MHD), sendo este profundamente complexo. Netto (2011, p. 28) coloca que essa forma de pesquisa “não resulta de operações repentinas, de intuições geniais ou de inspirações iluminadas. Antes é o produto de uma longa elaboração teórica-científica”. Portanto buscou-se trabalhar com tal perspectiva de pesquisa, em todas as suas complexidades, entendendo os limites temporais e teóricos metodológicos do pesquisador.

Este método não tem um conjunto de regras para orientar a pesquisa, nem um conjunto de definições para dirigir a pesquisa, ou normas que o sujeito de pesquisa escolhe conforme a vontade de enquadrar o seu objeto de investigação. O método implica numa determinada posição do sujeito que pesquisa, onde o pesquisador consiga extrair do objeto de pesquisa, as suas múltiplas determinações Netto (2011).

Extração que pode ocorrer pela ação do pesquisador em ir descobrindo as determinações, e quanto mais esse avança na pesquisa, mais irá observar novas determinações, conhecer teoricamente é saturar o objeto pensado com as suas determinações concretas. Assim há um amadurecimento teórico partindo da materialidade e de suas múltiplas determinações no curso de sucessivas aproximações com o objeto de estudo (NETTO, 2011).

Dessa forma colocado os principais elementos constituintes do trabalho, ele está estruturado em quatro capítulos e um tópico de considerações finais, o primeiro irá tratar da expansão do capitalismo na agricultura brasileira, buscando mostrar como surgiu a grande propriedade fundiária no Brasil, e desenvolvimento da modernização conservadora da agricultura a partir da ditadura militar, e depois perpassando pela renda da terra e entrando na fase do agronegócio tendo a terra como ativo financeiro no mercado de capitais.

O capítulo dois procura expor as origens do MST, compreendendo que este surge dos conflitos no campo brasileiro, ao qual tem o camponês como sujeito de suas lutas. O terceiro capítulo faz breve caracterização dos assentamentos objetos de estudo na mesorregião oeste paranaense, levando em consideração as histórias de lutas e tempos de formação desses espaços, bem como debate acerca dos aspectos produtivos partindo do conceito de forças produtivas.

O quarto e último capítulo busca descrever as categorias de famílias observadas na realidade, apresentando os elementos de diferenciação juntamente com as contradições que existem neste objeto de pesquisa, e por último para as considerações finais, breve síntese de alguns apontamentos observados com essa pesquisa sobre arrendamentos em áreas de

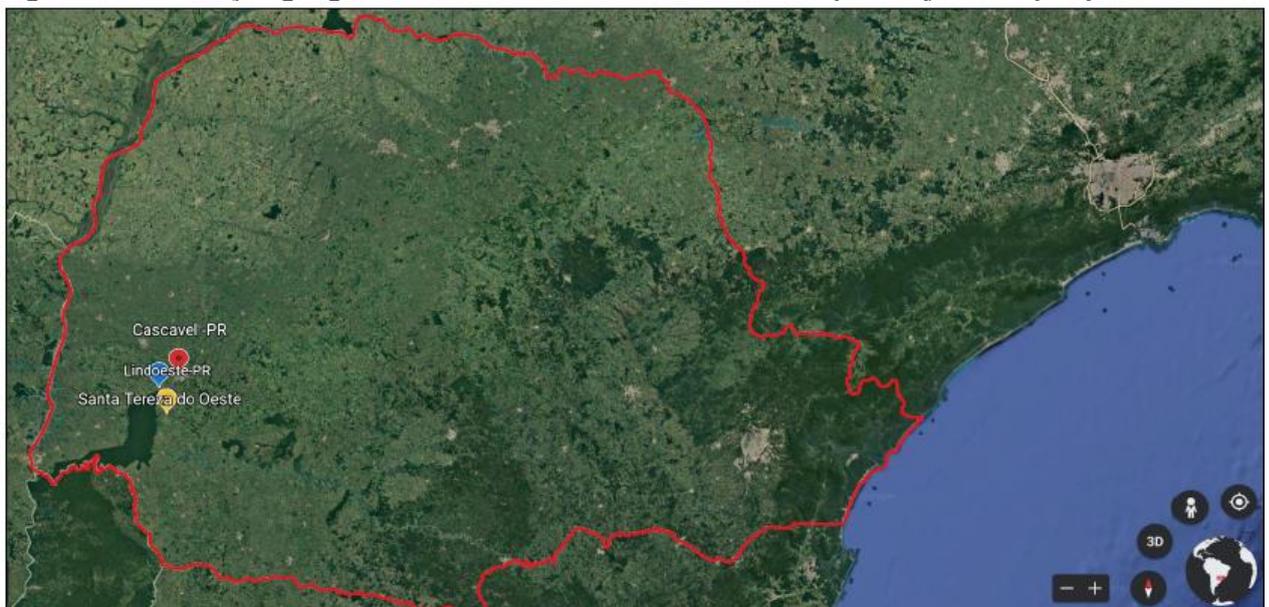
assentamentos.

METODOLOGIA

Na busca da compreensão de um tema com considerável amplitude, delimitou-se como área de estudo os Assentamentos da Reforma Agrária na região oeste do estado do Paraná, trabalhando especificamente com três assentamentos no município de Lindoeste (Vitória, Capão Verde e Verdum), dois em Santa Tereza do Oeste (Sepé Tiaraju e Olga Benário) e dois em Cascavel (Valmir Mota de Oliveira e Santa Terezinha). Para além da delimitação geográfica, optou-se por estudar os assentamentos organizados através da “Brigada Teixeira”, esta que é uma divisão política proposta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Outro fator determinante foi a proximidade de vivência e trabalho do pesquisador com a região em questão.

No geral, as áreas estudadas encontram-se aproximadamente 20 km da zona urbana de seus respectivos municípios. Os assentamentos envolvidos, foram implantados em diferentes períodos, sendo os mais antigos na década de 1980, no município de Lindoeste, já o mais recente constitui-se no ano de 2014 em Cascavel. As áreas acima descritas, abrigam um total de 336 famílias assentadas em cerca de 5.394 hectares de terra, estas que variam no nível de aptidão agrícola, desde regiões íngremes e com baixo potencial produtivo à solos planos, de fácil mecanização e alta capacidade de produção. A localização geográfica dos municípios envolvidos na pesquisa pode ser visualizada na figura 1.

Figura 1-Localização geográfica no estado do Paraná dos municípios objetos de pesquisa.



Fonte: Google Earth, 2020.

O presente estudo foi desenvolvido a partir dos passos metodológicos do Método Materialismo Histórico Dialético (MHD) que baseia-se na análise da realidade a partir de

elementos concretos propostos pelo teórico Karl Marx. Esta forma de abordagem necessita incisivamente de um resgate histórico, neste caso, parte-se da análise da questão agrária brasileira, de processo exaustivo em observar a realidade, fazer reflexões teóricas agregando assim ponderações, para posterior análise da realidade e volta as reflexões, fazendo esse processo várias e várias vezes, além de olhar holístico e dialético com o todo.

É essencial explicitar que o método utilizado na pesquisa foge dos padrões que dominam o meio acadêmico, e trilha outros caminhos na construção de um pensamento crítico, fazendo assim oposição clara a toda forma de positivismo e estruturalismo (RICHARDSON, 2012).

Tendo em vista, que essa forma de fazer ciência é fortemente contundente em fazer a crítica, não no sentido pejorativo da palavra, mas no de entender a realidade com as suas determinações, a fim de compreender os fenômenos que estão por de trás da obviedade da materialidade, nesse sentido Chagas (2011) descreve:

Pode-se dizer que o método de Marx, pressupõe, sim, dois momentos inseparáveis; a investigação (ou pesquisa) e a exposição (ou apresentação). A investigação é o esforço prévio de apropriação, pelo pensamento, das determinações do conteúdo do objeto no próprio objeto, quer dizer, uma apropriação analítica, reflexiva, do objeto pesquisado antes de sua exposição metódica. E a exposição, não é uma auto exposição do objeto, se não ele seria acrítico, mas é uma exposição crítica do objeto com base em suas contradições, quer dizer, uma exposição crítico-objetiva da lógica interna do objeto, do movimento efetivo do próprio conteúdo do objeto. A exposição é uma expressão ideal do movimento do real, isto é, trata-se não de uma produção, mas de uma reprodução do movimento efetivo do material, do real (CHAGAS, 2011. Pág. 57).

À luz desta teoria de análise crítica, destaca-se José Paulo Netto (2011) para quem, o pesquisador deve ir além da aparência fenomênica, imediata e empírica da realidade, deve buscar a essência do objeto pesquisado, assim sendo, a estrutura e a dinâmica do objeto. Uma vez alcançado o objetivo, o pesquisador conseguirá ter dimensão do verdadeiro objeto de pesquisa.

Ainda sobre as teorias desenvolvidas por Karl Marx (1818-1883). Os autores acima citados consideram que não existem diretrizes ou uma sequência lógica a ser seguida no MHD, pois Marx não escreveu detalhadamente sobre esse método, ele está nas entrelinhas de seus textos, na aplicação a objetos concretos, portanto, não há um protocolo a ser seguido. Os estudiosos Marxistas subsequentes fizeram diversas pesquisas e reflexões, tentando extrair os princípios fundantes de como Karl construiu suas críticas da realidade.

O método marxista baseia-se ainda na ideia de que “o concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso [...] Por isso, o concreto aparece no pensamento como resultado, não como ponto de partida, o conhecimento obtido desse modo é uma verdadeira reprodução da realidade”. (MARX, 2008, p. 26).

Para tal método de pesquisa empregado, é imprescindível se partir do real concreto, além de se pretender explicar o objeto de estudo articulado com outras questões sociais, e não de forma isolada, a análise histórica é feita com bases nas antíteses do processo histórico-político-cultural, e não de forma atemporal (NETO, CARDOSO, 2019).

Outro constituinte importante do MHD que podemos observar com relevância é a dialética. Konder (2008) coloca que vários autores deram contribuições para expor o que é dialética, entre eles Heráclito, Diderot, Rousseau, Hegel, Marx, Lukács, Gramsci e Walter Benjamin. Sendo a dialética, desde sua trajetória na Grécia antiga até as discussões de hoje, um modo de pensar que ao privilegiar as contradições da realidade, permite que o sujeito se compreenda como agente e colaborador dos processos de transformação constante através do qual todas as coisas existem.

O trabalho resgata algumas ponderações acerca de Friedrich Engels, pois Engels irá retomar elementos do idealismo hegeliano e dá-lhes sentido claramente materialistas, ao qual o presente trabalho se embasa. Para tal resgate, Konder (2008) coloca que a dialética de Engels possui várias limitações ao seu ponto de vista, no entanto argumenta que, desde que utilizadas com devidas precauções podem corroborar com o entendimento de dialética.

Partindo destes pressupostos, a construção da pesquisa exigiu uma maior aproximação com a realidade, a fim de compreender as questões intrínsecas ao processo de arrendamento de parte das terras destinadas à reforma agrária. Para isso, necessitou-se o envolvimento de diferentes sujeitos envolvidos neste fenômeno como os assentados, dirigentes do MST, arrendatários e familiares arrendantes.

Assim, a cada rodada de aproximação com a realidade, organizou-se momentos de reflexões teóricas, partindo de autores “chaves” que já discutiram sobre o assunto, buscando fundamentar tais reflexões. Nessa constante entre prática e teoria, o pesquisador observa o objeto de pesquisa e esse se modifica a cada novo ciclo de estudo, agregando mais elementos a cada momento.

Portanto são ciclos de aproximação, idas e vindas como espiral, para buscar entender a realidade concreta na sua essência, essa práxis constante na construção do trabalho é fundamental nesse método, pois de nada adianta partir da teoria, ir a prática com entrevistas, e terminar a pesquisa como no modo cartesiano positivista da academia tradicional, ela será limitada, mostrando apenas certos elementos da realidade, que a muito, é tão distante da essência. É importantíssimo ter em mente que não é a consciência, teoria, que determina a realidade, mas a realidade, materialidade, que determina a consciência (CHAGAS, 2011).

Para este estudo utilizou-se várias ferramentas de pesquisa, a primeira delas foi o roteiro

de entrevistas com questões semiestruturadas de natureza qualitativa. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), pesquisas qualitativas, não se preocupam com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. Ela preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, a pesquisa qualitativa trabalha ainda com o universo de significados, motivos e aspirações, crenças, valores, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações.

A pesquisa contou com a participação de 87 pessoas, sendo um representante por cada núcleo familiar em um total de 5 rodadas de aproximação. A primeira rodada tinha como objetivo aproximar o pesquisador ao tema abordado a partir dos elementos concretos da realidade, para isso foi entrevistado um dirigente estadual do MST, responsável pelo setor de frente de massa¹, considerando que seu olhar sobre o objeto em estudo, também se refere ao seu acúmulo de informações intrínsecas à questão com ocorrência a nível de estado. A fim de preservar a identidade do participante, este será chamado como “ENTREVISTADO-1”, essa coleta de informações ocorreu na primeira quinzena do mês de outubro de 2020, no assentamento Sepé Tiaraju, Município de Santa Tereza do Oeste- PR.

A segunda rodada de aproximação com a realidade contou com a participação de um dirigente estadual do setor de produção², denominado nesta pesquisa como “ENTREVISTADO-2”, uma dirigente da Brigada Teixeira “ENTREVISTADO- 3” e por fim, o presidente da Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (COPCRAF), chamado de “ENTREVISTADO-4”. As entrevistas foram realizadas na primeira quinzena de novembro de 2020, os participantes são assentados no PA Valmir Mota, município de Cascavel- PR.

A terceira rodada de aproximação consistiu em processos de reflexão durante a aplicação do diagnóstico socioeconômico solicitado pelo Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), nos assentamentos Vitória, Capão Verde e Verdum, no município de Lindoeste-PR, participaram da Coleta de dados 69 assentados. A coleta de dados foi realizada entre 15 de fevereiro e 20 março de 2021. A partir disso ocorreu o processo de reflexão e debate com os orientadores, resultante desse processo foi elaborado texto síntese dos principais elementos.

¹Uma ocupação de terra se inicia com a formação dos grupos de famílias, que inclui a realização dos trabalhos de base e a conscientização que se desenvolve nos acampamentos, enfrentamentos, manifestações, negociações, na conquista da terra. Para esse conjunto de ações existe a Frente de Massa, que faz a inserção das pessoas de fora para dentro do MST. Estes no processo da luta popular, vão se constituindo e criando a identidade Sem Terra (MST, 2021).

²O setor de produção, também chamamos de sistema dos cooperativistas assentados, esse setor é o que organiza as cooperativas, que estimula a cooperação agrícola nos assentamentos, a extensão rural é feita por nós mesmo (STÉDILE, 1997).

Essa terceira rodada de aproximação aparece no texto com os ENTREVISTADOS 5 a 73.

Na quarta rodada, foram ouvidos três assentados no município de Lindoeste (1 participante do assentamento Vitória; 2 Capão verde) denominados ENTREVISTADO-74; 75; 76. No município de Santa Tereza do Oeste participaram 2 assentados (assentamento Olga Benário), nomeados como ENTREVISTADO- 77 e 78. Por fim, foram entrevistados 3 assentados de Cascavel (assentamento Valmir Mota (2); assentamento Santa Terezinha (1) indicados como ENTREVISTADO- 79; 80; 81. A coleta de dados foi realizada nos meses de maio e junho de 2021.

Na quinta rodada de aproximação foi usado a Metodologia de Diagnóstico de Diagnósticos Agrários (DSA), onde foram pesquisadas Unidades de Produção Agrícolas (UPAs), na primeira quinzena de agosto de 2021. Foram feitos dois diagnósticos para cada uma das três formas de exploração das parcelas de terras que apareceram ao longo da pesquisa. Esses entrevistados foram denominados como ENTREVISTADO-82 a 87. Sendo (05) do assentamento Valmir Mota, um do Capão Verde, um do Verdum e um do assentamento Santa Terezinha.

Todos os dados obtidos foram sistematizados buscando debater a partir de importantes teóricos da área, como é o caso de Karl Marx, Bernardo Mançano Fernandes, João Pedro Stédile, José Paulo Netto, entre outros.

CAPÍTULO 1- HISTÓRIA AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NO SISTEMA CAPITALISTA.

1.1 FORMAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS LATIFÚNDIOS.

Para compreender o caráter e os elementos que vão construindo o ser social na atualidade, é necessário fazer resgate histórico, a partir de recortes e fundamentos mais importantes, tendo a clareza que esse processo é dialético e está em constantes transformações. Cada ato histórico não é por si individual, e sim, sofre inúmeras determinações dos mais variados níveis e fluxos, assim como contradições. Fato esse que Theotônio dos Santos resumiu em uma pequena epígrafe no seu livro *Forças Produtivas e Relações de Produção*, “Toda a história nada mais é que uma transformação contínua da natureza humana” (SANTOS, 1986, p. 89).

O tema “colonização” das américas e Brasil, é contraditório em si, partindo da narrativa que espanhóis e portugueses descobriram acidentalmente o continente, quando tentavam encurtar caminho até as Índias, que em meados do século XV se encontrava no importante comércio de especiarias.

Partindo de um debate mais crítico, Furtado (2007); Prado Júnior (2008) apresentam elementos contundentes, para eles, a ocupação das terras americanas constitui um episódio de expansão comercial da Europa. Não se tratou de deslocamentos de pessoas devido a pressões demográficas, mas sim, a um intenso processo de desenvolvimento do comércio interno europeu, que teve início no século XI, e que ao decorrer do século XV já havia alcançado elevado grau de desenvolvimento.

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era a que se convencionou chamar de “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é um capítulo da história do comércio europeu. Tudo o que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV e que lhes alargará o horizonte pelo oceano afora. (PRADO JÚNIOR 2008, p.14).

As décadas seguintes foram momentos conturbados para as novas terras, no que concerne ocupação populacional geográfica, inicialmente foram deixadas com seus habitantes originários (os nativos), esta questão justifica-se no fato que, nos dois séculos precedentes o continente europeu havia sofrido severamente com perdas humanas devido à peste negra (PRADO JÚNIOR, 2008).

Assim, todas estas terras, agora apropriadas pela coroa Portuguesa, segundo o tratado de Tordesilhas, contaram com uma pequena ocupação estrangeira nas primeiras décadas de 1500. Neste momento, as tropas espanholas aproveitavam para avançar cada vez mais pelas fronteiras

oeste do continente. Ao ponto que obtinham grandes êxitos, aumentavam a extração de metais preciosos, sobretudo ouro e prata, extraídos a partir da mão de obra dos nativos escravizados. (FURTADO, 2007).

Dessa forma, isso gerava uma tensão à coroa portuguesa, que se preocupava em ocupar militarmente essas fronteiras, tendo em vista que os espanhóis aumentavam a exploração do continente. Considerando que, uma ocupação era algo inviável, devido à grande dimensão territorial, coube então encontrar formas de utilização econômica das terras. Assim, foi tomada a decisão da exploração agrícola das terras brasileiras (FURTADO, 2007).

A decisão de transformar as terras do continente americano em agricultáveis a muito já havia sido tomada, pois já era como se organizava o então nascente capitalismo mercantil. Assim, “a colonização dos trópicos toma um aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas com o mesmo objetivo, o de explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 23).

Com isso, evidencia-se a estruturação e as denominações que as terras vão tomando no curso histórico, fica claro, que todas as circunstâncias de sua exploração foram meramente mercantis, no que se refere a isso Holanda (1955) descreve da seguinte maneira.

O princípio que, desde os tempos mais remotos da colonização, norteará a criação da riqueza no país não cessou de valer um só momento para a produção agrária. Todos queriam extrair dos solos excessivos benefícios sem grandes sacrifícios. Ou, como já dizia o mais antigo dos nossos historiadores, queriam servir-se da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, “só para a desfrutarem e a deixarem destruída” (HOLANDA, 1955, p. 52).

Para Prado Júnior (2008) esse é o verdadeiro sentido da colonização brasileira, assim conseguimos ver a essência da formação social, econômica, e cultural, que na realidade o Brasil se forja meramente como fornecedor de matérias primas de açúcar e mais tarde ouro e diamante, seguido de algodão e café. Estes aspectos também são importantes na construção de uma sociedade desenraizada de culturas, que traz consigo aspectos determinantes nas formas de manipulação de um povo.

Essa sociedade desenraizada tem na sua gênese a concentração fundiária brasileira como elemento central de seu desenvolvimento. As primeiras características desses latifúndios foram as chamadas Capitânicas Hereditárias, que foram as transferências de terras públicas à iniciativa privada. Ao conceder uma capitania a um determinado destinatário, ele possuía o direito sobre a posse da terra, no entanto, não lhe era concedido a emissão da propriedade que se mantinha sob o domínio da coroa portuguesa, o intuito era ocupar o território e explorá-lo economicamente, considerando que esse processo de concessão de terras era amplamente privilegiado (SILVA, 1997).

O privilégio se coloca na forma que cada capitania dessas foi distribuída a determinados indivíduos para poder explorá-la. Dessa forma, foram criadas 14 capitanias, dispostas em quinze lotes de terra e entregues a 12 capitães donatários que eram pessoas da pequena nobreza de Portugal, e tinham boa relação com a coroa.

Após a distribuição inicial das terras, esses capitães tinham por compromisso uma outra distribuição de terras entre algumas outras pessoas, para ocupar esses espaços geográficos. Esta segunda forma de distribuições de terra ficou conhecida em sesmarias, nesta, cada capitão donatário escolhia os novos proprietários. Como critério, esses indivíduos deveriam estar morando no Brasil, ser cristão, deveria tornar a terra produtiva em até cinco anos e pagar impostos a coroa portuguesa, os alimentos produzidos deveriam ser enviados a Portugal, no entanto a Coroa continuava sendo dona de todas as terras (SILVA, 2021).

Congruente a esses aspectos territoriais, têm-se os problemas de como tornar essas terras cultiváveis, tendo como principal desafio a obtenção de força de trabalho para tal. Desta forma, a alternativa encontrada foi articular a escravização de outros povos, visto a resistência indígena nativa. Se acentua assim a empresa do colonato branco, que reúne a natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, no seu início com a cana-de-açúcar. Com isso, inicia-se as escravizações do povo africano, esses que eram trazidos através de navios negreiros e colocados a trabalhar nas grandes fazendas de cana-de-açúcar.

A crítica se elabora na pertinência de que essa materialidade histórica constitui a formação dos elementos fundamentais tanto social como econômica brasileira. A partir desse resgate analítico se percebe o vazio de significados em que a história brasileira se assenta. Os povos brasileiros são carentes de significados, símbolos e atributos, justamente pelas origens da formação social, a qual fora construída com vieses exploratórios, mercantis, escravocrata e exportador de riqueza.

Dessa forma percebe-se o vazio demográfico no rural brasileiro, para colaborar, Frank (2012) coloca também a concentração de terras no Brasil como um dos principais elementos fundantes dessa sociedade. Esses aspectos vão compondo a complexidade e contradição do rural brasileiro.

O período escravocrata brasileiro perdurou até final do século XIX, nesse meio tempo a presença do negro escravizado representou sempre fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios coloniais. Estando presentes na indústria extrativista, na caça, pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação de gado. Esse trabalho em partes podemos chamar de “agricultura”, a verdade é que a grande lavoura que se praticou e ainda se pratica no Brasil

é de natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura (HOLANDA, 1995, p. 49).

Assim sendo, a constituição do rural brasileiro se detém na busca pela produção de mercadorias primárias, acumulação de riqueza através do trabalho escravo partindo de relações tipicamente capitalistas de concentração fundiária. Estas concepções desencadearam contradições, entre essas políticas excludentes estão os camponeses esforçando-se para manterem a sobrevivência familiar.

Outro ponto relevante para a compreensão do desenvolvimento capitalista na agricultura, foi a Lei de terras, promulgada a Lei nº 601 em 18 de setembro de 1850 a qual colocava fim ao período de sesmaria. A partir desta data inicia-se o novo período na história da formação de propriedades, sendo que de modo geral, agora toda e qualquer propriedade no Brasil deveria ter como marco inicial a regulamentação da propriedade expedida por autoridades competentes (FILHO; FONTES, 2019).

Com esse parâmetro da lei de terras, basicamente, todo e qualquer pessoa que quisesse ter o direito de acesso à terra deveria comprar, compreendendo que, o rural brasileiro nesse período de 1850 era constituído de muitas pessoas escravizadas nas grandes fazendas, ou seja, poucos conseguiriam adquirir essa nova mercadoria chamada de terra. Na época houve negociações entre a classe dirigente (a administração imperial) e a classe dominante (os fazendeiros, as oligarquias regionais), sendo que a maior parte do movimento republicano fechou com os latifundiários para não mexer na propriedade rural (ROSSI, 2018).

Assim, a lei de terras de 1850 vem para corroborar na manutenção e aumento da concentração fundiária, pois nesse período histórico aconteciam muitas pressões para países acabarem com a escravidão, sendo o Brasil um dos últimos a tomarem tal medida, 38 anos depois da lei de terras, em 1888 tem-se a lei Áurea.

Dessa forma construída cronologicamente, lei de Terras (1850) e lei Áurea (1888), proporciona nenhuma compensação ou alternativa para os recém libertos se inserirem no novo Brasil “livre” Rossi (2018). Ou seja, a grande massa de ex-escravizados no final do século XIX não possuem dinheiro para aquisição de terras, e nem a outra grande população rural brasileira, construída de imigrantes, indígenas, caboclos, que estão a sobreviver sob a égide de relações pré-capitalistas de subordinação

Portanto, a lei de 1850 é fundamental para manter a concentração fundiária brasileira. Este momento histórico relatado, se configura como espaço intrínseco de relacionamento entre estado e latifundiários, e é instrumento garantidor da privatização da terra. Desta forma a conjuntura fundiária atual tem raízes profundas no processo de colonização e dominação

territorial brasileiro, tem-se o caminho em que se configurou a complexidade da realidade rural e urbana atualmente (SAMPAIO, 2014).

Dessa forma, a concentração fundiária e a agricultura agroexportadora são os pilares históricos na formação brasileira. E para mensurar em dados dessa concentração na atualidade (2018 e 2019) observa-se a tabela.

Tabela 1-Estrutura Fundiária no Brasil (2018-2019).

Classes de Área (ha)	2018		2019	
	N. de imóveis	Área (ha)	N. de imóveis	Área (ha)
Menos de 1	165.410	81.807	168.942	83.544
1 a menos de 2	203.699	279.811	204.777	281.500
2 a menos de 5	973.066	3.270.369	968.795	3.254.353
5 a menos de 10	1.019.526	7.365.188	1.009.919	7.296.059
10 a menos de 25	1.624.744	26.314.281	1.603.247	25.963.199
25 a menos de 50	998.562	35.170.112	982.489	34.590.628
50 a menos de 100	719.393	49.983.165	697.970	48.502.632
100 a menos de 250	505.871	77.107.153	488.028	74.353.614
250 a menos de 500	190.564	67.218.293	181.551	63.958.898
500 a menos de 1.000	102.532	71.419.120	96.372	67.092.797
1.000 a menos de 2.000	52.095	71.646.028	48.952	67.279.861
2.000 a menos de 5.000	36.298	108.652.849	33.326	99.618.312
5.000 a menos de 10.000	7.592	54.399.720	6.662	47.367.633
10.000 a menos de 20.000	2.265	30.778.781	1.432	19.419.390
20.000 a menos de 50.000	1.047	30.588.758	640	18.690.600

50.000 a menos de 100.000	211	14.493.506	97	6.735.009
100.000 e mais	240	242.399.978	59	19.234.190
TOTAL	6.603.115	891.168.919	6.493.258	603.731.218

Fonte: DATALUTA (2020).

Conforme os dados apresentados, é possível visualizar o abismo estrutural desses imóveis ao qual remete aos números de propriedades no Brasil, que por sua vez são auto declaratórios. Na coluna de 2018 se tem a soma de 3.986.445 dos imóveis com menos de 25 hectares, sendo que possuem 37.311.456 ha de soma. Por outro lado, 240 imóveis com mais de 100.000 ha possuíam 242.399.978 ha no ano de 2018.

Outro dado interessante desta tabela é a área ocupada por esses imóveis em 2018, com total de pouco mais de oitocentos e noventa e um milhões de hectares. Número maior do que a área do território brasileiro, que é de oitocentos e cinquenta e quatro milhões mil hectares. Portanto, observa-se que há grande grilagem de terras devolutas, indígenas, reservas de biomas quando sobrepostos esses dados.

No entanto, esse debate da concentração fundiária e grilagem de terras servem para nos nortearmos no debate do trabalho, e entende-se que são mais complexos do que os pontos aqui apresentados. Assim, os elementos vão se somando ao real concreto do rural brasileiro e se complexificando, como é a situação da contemporaneidade da agricultura no Brasil apresentada no tópico a seguir.

1.2 A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA NA DITADURA MILITAR.

O debate recente do desenvolvimento do capitalismo na agricultura mundial, também pode ser compreendido como período de potencialização das técnicas e tecnologias nas décadas de 1950 e 1960, a chamada Revolução Verde. Iniciada após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), introduziu inúmeras frentes de modernização, como maquinários, fertilizantes artificiais, agrotóxicos, educação agrícola verticalizada, entre outras.

No Brasil a revolução verde chega mais tarde, em meados dos anos 60 e 70, sendo que de modo geral buscou-se mudar a concepção social voltados para a cultura, formação profissional, modo de vida, e garantir a imersão dos agricultores no mercado de insumos externos. Esses métodos foram essenciais para consolidar de vez o capitalismo no rural brasileiro

(ANDRADES, GAMINI 2007).

E para melhor compreensão de como aconteceu sua entrada no Brasil, alguns fatos históricos são relevantes para a compreensão do leitor, são etapas não muito claras para os atores da época, mas que tinham o horizonte da modernização conservadora da agricultura muito bem definida, ou seja, o campo brasileiro segundo esse horizonte, apenas se desenvolveria com a expansão do capitalismo forte e atuante em todas suas estruturas.

Esse recorte histórico pode ser feito a partir do Plano Trienal, que foi elaborado em 1962 pela equipe de Celso Furtado no então governo João Goulart, sendo que o Brasil da época se encontrava em profunda instabilidade econômica e política. O Plano Trienal buscava taxas de crescimento de renda nacional na ordem de 7%, combate gradual à inflação, entre outros mecanismos de equilíbrio (BASTIAN, 2013).

Entre meio esse processo os trabalhadores do campo têm importantes avanços nos direitos trabalhistas, esquecido até então, em 1963 o governo João Goulart sancionou a lei número 4.214 de março de 1963, aprovando o Estatuto do Trabalhador Rural, que estende para os assalariados do campo os direitos dos trabalhadores urbanos, como direito a sindicalização, férias, repouso semanal remunerado, sendo a primeira lei em defesa do trabalhador do campo (FERRANTE, 1976).

No entanto, em escala nacional, o Plano Trienal mostrou-se com ações frustradas ao decorrer dos meses de 1962 e 63, por diversas características da época. Tal plano de recuperação então deparou-se em 1963 com crescimento do PIB de apenas 0,6%, e em 1964 com inflação geral de 91,8%, dessa forma o plano de recuperação serviu para aumentar a instabilidade política nacional. A situação foi se aquecendo de modo que o governo foi acusado de associação com o socialismo e comunismo. O resultado de todo esse ambiente de contestação foi o golpe político dado pelos militares no governo Jango em 1964 (GASPARETTO JUNIOR, 2022).

Dessa forma, em 31 de março de 1964 os militares tomam o poder de um presidente legitimamente eleito pelas vias democráticas. Assim, todas as condições políticas, econômicas e sociais para que as promessas feitas no Estatuto do Trabalhador fossem cumpridas, foram rapidamente esfaceladas com o golpe. As grandes articulações que vinham sendo feitas para criação de sindicatos rurais (no final de 1963, 270 sindicatos rurais já tinham sido reconhecidos, e 555 aguardavam reconhecimento estatal) foram bruscamente cessadas com pessoas e líderes sindicais sendo perseguidos pela ditadura militar (RAMBO, 2019).

Tal medida acirrou ainda mais as disputas no campo brasileiro, pois os camponeses vinham numa crescente articulação e ganhos de direitos. Em contrapartida a essa desmobilização e no intuito de acalmar os conflitos agrários, a ditadura buscou implementar

uma política nesse setor. Em novembro de 1964 é promulgada a lei 4.504, a qual dispõe sobre o Estatuto da Terra (RAMBO, 2019).

Estatuto esse em que se observa alguns avanços para os camponeses, como as diretrizes para a reforma agrária, mostrando que mesmo no governo militar, há disputas de ideias, sendo que nos primeiros anos de governo militar a grande fazenda também era colocada como empecilho ao desenvolvimento nacional, pois o Estatuto da Terra pode ser assim definido (SCHIMITZ, BITTENCOURT, 2014. p. 578).

“Este representa um conjunto de normas que regula os direitos e obrigações relativos aos bens imóveis rurais, especificamente para execução da reforma agrária e promoção da política agrária. De maneira geral, a reforma agrária visa promover uma melhor distribuição da terra mediante mudanças no regime de posse e uso, buscando respeitar os princípios de justiça social e economicidade. Contudo, para que uma melhor distribuição de terras seja efetiva no sentido de provocar emancipação socioeconômica dos produtores, demandam-se políticas agrícolas adequadas de amparo e orientação às atividades rurais com vistas à produtividade e emprego dos recursos produtivos e, quando necessário, de interconexão com o setor industrial. No Estatuto da Terra, a justiça social é representada pela função social da terra, que é integral quando (Lei 4.504/64; art. 2º § 1º): a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem” (SCHIMITZ, BITTENCOURT, 2014. p. 578).

Tais concepções são observadas por Salis (2008, p. 496), o então governo militar Castello Branco “já reforçava a diferença de concepção, cada vez mais evidente a necessidade de mudanças na estrutura agrária enquanto fator essencial rumo ao desenvolvimento do país. Para Castello a estrutura fundiária constituía o cerne das anomalias verificadas no campo brasileiro”. No entanto, obviamente houve descontentamento da ala conservadora rural, para esses, o processo de desenvolvimento poderia ser desencadeado sem que houvesse grandes transformações na estrutura fundiária.

Neste processo de busca pela estabilização da economia, embora apenas dois anos após a criação do Plano Trienal de Goulart, o governo militar cria outro plano econômico para o Brasil, em novembro de 1964 foi lançado oficialmente o Plano de Ação Econômico do Governo (PAEG).

O PAEG buscava estabelecer várias reformas para viabilizar o crescimento econômico em médio e longo prazo. Estas mudanças atingiram principalmente o setor bancário, tributário e de capitais Costa (2014). O Plano de Ação Econômica também buscava superar a ideia do rural brasileiro como atrasado ou retardatário com os argumentos de modernização do setor agrícola (BELIK, 1997).

Ao que concerne suas diferenças, foi que o PAEG, diferentemente do Plano Trienal, introduziu a correção monetária. Outro ponto importante de distinção foram as políticas salariais adotadas pelos dois planos, e obviamente que o Plano Trienal surgiu do governo de esquerda de Jango Goulart totalmente alinhado a movimentos sociais e sindicatos, sendo o governo militar antagônico a esse processo (BASTIAN, 2013).

Desta forma colocado os elementos constituintes das transformações brasileiras, outro fato importante foi o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social e o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) elaborados no final do governo militar de Castelo Branco e início de Costa e Silva em 1967. Tal plano Decenal se constituía mais como um “Plano de Metas”, não como uma programação rígida, abrangendo estudos prospectivos (ALMEIDA, 2008).

Nesse processo de reorientação nas manobras dos governos militares, começam aparecer novas ideias e mecanismos de desenvolvimentos. Almeida (2008) relata que como programação global, o Plano Decenal estabeleceu prioridades estruturais no Brasil, como a consolidação da infraestrutura e das indústrias de base, atualização desse sistema de base, a revolução pela educação, reforma administrativa e um sistema de proteção a empresa privada nacional, além de propor uma revolução da tecnologia no campo.

Dessa forma, observa-se que a nacionalização da economia está cada vez mais presente nos debates dos militares, no entanto, acontecem mudanças na organização filosóficas ao que concerne o campo brasileiro, a qual começa aparecer neste período dos anos 1970. São indícios de que aquelas primeiras visões (1960) de latifúndios que atrasam a economia nacional, estão sendo superadas. Indicativos que agora apontam para a modernização conservadora da grande fazenda.

Assim, embora já no governo de Costa e Silva aparecem esses elementos acerca da modernização conservadora dos latifúndios, é no governo militar do General Emílio Médici (1969-1974) que essas perspectivas ganham forças, e nesse ponto da história os militares optam por fazer essa opção da modernização “supérflua” do latifúndio. No entanto, essa opção de “modernização” nos anos 1970 só foi possível porque houve um grande movimento de acumulação e consolidação do capital industrial nacional na década passada com Juscelino Kubitschek (1956-1960), esse movimento é chamado de Plano de Metas e permitirá uma indústria também voltada para a agricultura. Dessa forma é o Plano de Metas de JK na década de 1960 é o que gerará as condições materiais para o desenvolvimento conservador da agricultura.

Desta forma feita a opção da “modernização” pelos militares nos anos 1970, outros

mecanismos de implantação foram sendo aplicados, surge o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) em 1971 sob a Lei n. 5.727, de 4 de novembro. O II PND surge em 1974 e também foi transformado em lei no dia 4 de dezembro, ou seja, são mecanismos de ação mais energéticos para serem colocados em prática.

Tais mecanismo de ação (os PND) do Governo Médici, tem a sua frente o economista Delfim Neto como ministro da Fazenda, sendo que Delfim também atuou no governo militar de Costa e Silva. Assim, basicamente o I PND possuía foco no fomento à produção de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, automóveis etc.), já o II PND passou a salientar o incentivo à geração de energia e à produção de insumos básicos (petróleo, alumínio, aço etc.) e de bens de capital (máquinas, fábricas, ferramentas etc.) (FONSECA, MONTEIRO, 2008)

Dessa forma esses dois Planos de Ação são os alicerces fundamentais para a expansão do capitalismo na agricultura, sendo o II PND que mais gera base para esse processo de implantação modernização conservadora da agricultura. Almeida (2008) coloca que no II PND foram fortes os investimentos nas áreas petroquímica, fertilizantes e defensivos agrícolas.

Nesse processo da implantação da “modernização” da agricultura e ações econômicas, embora de cunho estatal, é importante salientar que o regime militar teve como características o prevalecimento dos interesses da burguesia nacional e estrangeira com alianças de antigas oligarquias, e a implantação de uma política econômica que passou a ser exercida por uma burocracia e tecnocracia civil e militar provenientes da classe média identificada com o regime militar (DUARTE, 2009).

Isto posto, observa-se que as políticas implantadas nesse período em diante pelo regime militar são mais concisas para uma modernização conservadora do latifúndio brasileiro sendo alicerçadas por esses dois grandes PNDs. O sistema de crédito fundiário institucionalizado em 1965, pode ser visto como um dos grandes motores para essa implantação da revolução verde e da modernização conservadora da agricultura. Souza et al. (2020) coloca que a estrutura e o mercado privilegiaram nos primeiros anos a adesão dos grandes produtores, os quais eram majoritariamente beneficiados, ou seja, existcanue grande disparidade no acesso dessas políticas, a qual por sua vez é um dos fatores do desencadeamento da modernização sobretudo das grandes propriedades.

Esse privilégio dos latifundiários para acessar crédito fundiário estatal facilitado começa a modificar as paisagens rurais brasileiras, se modernizam para o aumento da produtividade, redefinindo assim novos padrões mínimos para lucratividade no setor agrícola. Tais elementos corroboram para a manutenção da grande fazenda, justificando a concentração de terras (SOUZA et al. 2020).

A institucionalização do crédito fundiário é verificada a partir do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Para Belik (1997):

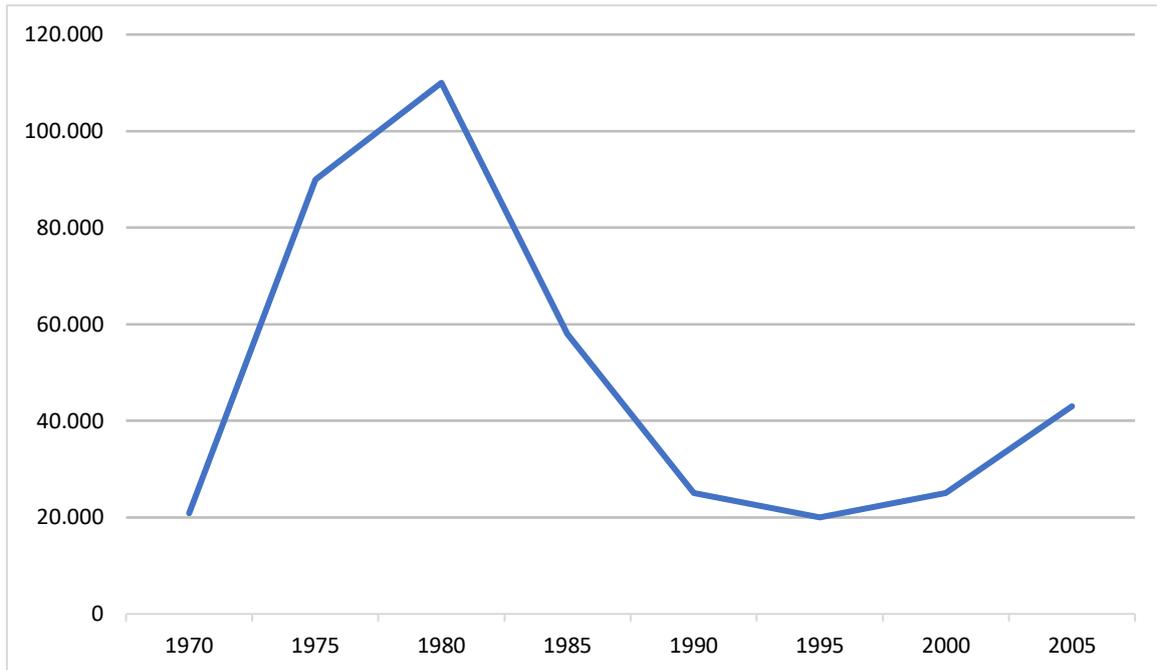
A partir da constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965, o setor agropecuário passa a contar com fundos permanentes, destinados ao financiamento das atividades agropecuárias. Esses fundos tinham como fontes: a) as exigibilidades bancárias sobre os depósitos à vista dos correntistas; b) os empréstimos externos; e c) os recursos do orçamento fiscal da União. A sua destinação principal eram as atividades agropecuárias, mas esses fundos eram vinculados à utilização de insumos e de equipamentos modernos. O impacto dessa política foi imediato. Para se ter ideia da abrangência das mudanças ocorridas, basta dizer que, entre 1960 e 1980, a relação entre hectares cultivados e tratores diminuiu sete vezes. Já na década de 70, o país ostentava o título de "segundo mercado para tratores", o mesmo se deu com a absorção de fertilizantes e defensivos, que foram diretamente afetados por uma política de substituição de importações acelerada (BELIK, 1997, p.16).

Esse período foi marcado por forte investimento de dinheiro público na agricultura, com o plano de modernizar essa estrutura, os subsídios para as grandes fazendas potencializam o desenvolvimento dentro das relações capitalistas. Simone; Junior (2010) descrevem que esse período foi marcado por forte intervenção governamental na atividade agropecuária, pautando o aumento em larga escala de subsídios no crédito rural.

O incremento de dinheiro público, permitia a concessão de empréstimo com juros nominal inferior à inflação. Assim, tendo uma taxa de juros negativa, ocorre uma transferência de renda do agente que concede o crédito para aquele que o recebe. (RAMOS; JUNIOR, 2010).

Essas taxas de juros subsidiadas são ponto crucial para a entrada do capital na agricultura. Dessa forma, o Gráfico 1, mostra o montante de dinheiro público concedidos aos produtores rurais e cooperativas no período de 1969 a 2006, sendo que o período de 1974 a 1983 se destacam fortemente dos demais em termos de volume de crédito, assim o crédito rural desempenha função de impulsionar a modernização da agricultura (ALVES; CONTINI; GASQUES, 2008).

Gráfico 1- Evolução do crédito rural no Brasil.



Fonte: ALVES; CONTINI; GASQUES, 2008.

No período de 1965 a 1980, constituiu-se o desenvolvimento da agricultura capitalista integrada com a economia industrial e urbana, sob forte mediação financeira do setor público. Assim, “as funções da agricultura na economia vão tomando outras dimensões, há um aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo” (DELGADO, 2001, p.164).

Para Delgado (2001), esse processo foi responsável pelo aumento da produção de várias mercadorias, conforme descreve:

Denominei este processo de integração técnica-agricultura-indústria, caracterizado de um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.); e máquinas industriais (tratores, colheitadeiras, implementos, equipamentos de injeção, entre outros). De outro lado, ocorreu uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais (oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas etc.) (DELGADO, 2001, p. 164).

Para o autor, fica evidente que o plano dos governos militares pós anos 1970, era transformar a agricultura e colocar nela elementos do sistema capitalista, potencializados pela entrada de créditos rurais com juros subsidiados. Também se somam a esse processo a instituição agrícola de garantia de preços mínimos e o seguro agrícola, dando ao produtor rural todo o suporte necessário mais uma vez aos médios e grandes produtores, bem como também para a cultura da soja (MATOS, PESSÔA, 2011).

Perpassado pela importância do crédito rural para a modernização rural conservadora ao

qual se mantém atualmente, deve-se também somar a esse processo de reflexão a importância que a pesquisa e extensão rural teve nessa implantação da revolução verde, sobretudo pelo conjunto de estruturas estatais como universidades públicas e empresas de pesquisa e extensão rural.

Neste contexto, em 1973, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e um ano depois, em 1974, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), esta segunda que foi extinta em 1990. (ALVES; CONTINI, 1988).

Na década de 1970, o aumento da produtividade foi considerado como alvo importante na política econômica do país, dessa forma, se conduziu um apoio substancial a pesquisa agrícola através da Embrapa, e se difundiu por todo o território nacional o serviço de extensão rural, liderada pela EMBRATER (ALVES; CONTINI, 1988).

A potencialização deste novo modelo agrícola também aconteceu através do meio acadêmico. Para Alves; Contini (1988) o ensino das ciências agrárias foi demasiadamente estimulado, “houve uma federalização de muitas entidades de ensino, o curso superior de agricultura foi dividido em vários outros cursos. No início dos anos 1960 apareceram os cursos de pós-graduação, sendo inicialmente de mestrado e posteriormente de doutorado”.

Essa disseminação de “conhecimento” gerou uma vasta produtividade por área, além de dar dinamismo para o crédito agrícola. Essas novas configurações de modernização dos espaços agrícolas possibilitaram “artificializar” a terra, que corresponde a um aumento do capital fixo, tendo em vista a necessidade de grandes investimentos em extensões de terra, em maquinários e de capital circulante para investir nas exigências científicas e técnicas (MATOS; PESSÔA, 2011).

Com esse novo jeito de olhar para a terra, “se acirram as relações mercantis no meio rural, consolidando-se as empresas rurais capitalistas, sendo que a visão de latifúndio passa a ser algo do passado, enquanto a empresa rural moderna é sinônimo de desenvolvimento do campo e também de modernidade” (MATOS; PESSÔA, 2011, p.12).

Essa narrativa de modernização da agricultura é utilizada pelo capital como sinônimo de progresso para as populações. No entanto, é uma perspectiva de modernização conservadora que possui princípios de defesa dos interesses da burguesia nacional, latifundiários e capitalistas, (MENDONÇA, 2004).

O autor descreve ainda que, as ações adotadas nos anos 1970 são de subordinação da agricultura ao capital.

(...) também é feita por cientistas sociais, inclusive geógrafos, que se colocam numa perspectiva crítica, mas apenas lamentam as desgraças cometidas pelo processo de modernização da agricultura, enfatizando o deslocamento populacional e as sequelas ambientais, sem considerar as formas de controle

social, impetradas sobre o trabalho e a ação política dos trabalhadores. A modernização da agricultura é a expressão da modernização capitalista em seu movimento constante de auto expansão, alterando o processo produtivo, acarretando diferenciações espaciais nos territórios, territorializando a contradição capital x trabalho e, assim, conformando possibilidades emancipatórias – contradição viva – a partir da luta pela terra e pela reforma agrária. A modernização conservadora da agricultura é compreendida como o processo de reformulação das técnicas, sem alteração das relações de propriedade, que permanecem centradas no latifúndio moderno, escudado na denominação de empresas rurais (MENDONÇA, 2004, p. 228).

Corroborando com essas elaborações, Norder (2000, p. 97) diz que “a ideia de modernização não se prendia apenas à aplicação na agricultura de novas tecnologias químicas e mecânicas de origem industrial. Tratava-se da transformação de fazendas tradicionais em modernos empreendimentos capitalistas, com significativa redefinição das relações sociais”.

Assim, essas novas relações sociais entre empresas agropecuárias e trabalhadores rurais tornaram-se demasiadamente conturbadas, somada a esse processo, há por parte dos militares, a repressão contra camponeses e princípios de organização social por lutas e direitos. Dessa forma conseqüentemente acontecem fluxos migratórios significativos sentidos região norte amazônica (NORDER, 2000).

Tais fluxos migratórios são elementos fundamentais na compreensão da modernização conservadora. Foi amplamente difundida pelos governos militares, ao qual foram realizadas de duas formas, a privada, com empresas de colonização levando famílias de agricultores para essas novas regiões, e por empresas estatais.

Sendo a empresa estatal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado em julho de 1970. A qual foi importante ferramenta do governo federal para aumentar a colonização de algumas regiões do Brasil. Para isso, veiculava-se na mídia a distribuição de lotes por meio do Incra, sendo propagandas de todas as condições necessárias, tais como transporte, alimentação, água potável, estradas, habitação, escola, saúde, crédito e assistência técnica (LAMDIM, 2006).

Essa migração foi justificada pelos militares com o intuito de colonizar o interior do Brasil, delimitando suas fronteiras. No entanto, de forma reflexiva, apenas expulsava o campesinato para os interiores do Brasil, o recriava nesses locais, uma vez que esses sujeitos não eram contemplados pela “nova agricultura moderna” das propriedades rurais, ou seja, pretendia transferir os conflitos rurais (BARQUETE, 2006).

Desta forma o que se observou na prática dessa política migratória foram resultados catastróficos, pois esses projetos eram ambientalmente insustentáveis, pois eram praticadas uma agricultura e pecuária esgotavam os recursos naturais em pouco tempo. Havia também falta de uma infraestrutura social mínima como transporte, saúde, educação, eletrificação, entre

outras necessárias para estabelecer adequadamente essas famílias (NORDER, 2000).

Após colocados esses elementos do recorte histórico compreendido pela modernização conservadora da agricultura pelos militares (1964-1980), podemos extrair desse processo que agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos em proprietários de terra, em latifundiários. As políticas de incentivos fiscais foram instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão, assim os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história. (OLIVEIRA, 2001).

Após esse processo de modernização conservadora da agricultura, tem-se outros elementos que irão compor a entrada do capital na agricultura, como por exemplo na década de 1980 já está acontecendo a entrada do capital financeiro na agricultura brasileira, sendo que o estado tem papel central nesta ação. Ao mesmo tempo (1980) há uma exaustão desse modelo de crescimento proposto pelos militares, passando por várias crises e passando pela onda neoliberal devastadora dos anos 1990 (DELGADO, 2012).

Uma das primeiras crises é a cambial de 1982, que arrasta o sistema econômico para improvisar saídas conjunturais e com o tempo se estruturam novos arranjos de economia política. Adotam-se medidas de ajustamento econômico, como se fosse o embrião para iniciar grandes exportações de commodities, sendo essa medida de exportação de matéria prima efetivada contundentemente a partir dos anos 2000 (DELGADO, 2012).

Outro elemento da mudança para a economia do agronegócio está na promulgação da constituição de 1988, a qual alterou fortemente condições políticas agrícolas e agrárias do regime militar. Assim as reformas neoliberais dos anos 1990 nas políticas agrícolas abriram caminhos de comércio exterior de maneira muito diferente daquela que existia no período militar (DELGADO, 2012).

Portanto, deixa-se claro que essa transição ao agronegócio aconteceu de forma gradual, e houve intensificação no início dos anos 2000. Estas novas formas do capital organizar a agricultura se potencializam ainda mais quando ativos como terra e *commodities* são introduzidos no mercado financeiro.

Assim os próximos tópicos abordarão essa nova fase da agricultura, bem como irão debater as questões de como o mercado de terras se torna um ativo financeiro para especulação nos mercados de capitais.

1.3 AGRONEGÓCIO E A SUA SUBORDINAÇÃO NO MERCADO FINANCEIRO.

1.3.1 Fundamentos da Renda Fundiária no sistema capitalista; Renda da Terra e suas variações.

Para melhor compreensão da nova fase da agricultura após os anos 2000, é necessário primeiramente fazer algumas abordagens sobre renda da terra e suas variações, para a partir desse pressuposto compreendermos como se comporta essa agricultura globalizada a qual transforma a terra em ativo financeiro nos mercados especulativos.

Esse tema da renda fundiária surge neste momento do texto no entendimento que ela se potencializa e se complexifica devido à maior entrada do capital na agricultura. Assim sendo, quando analisamos as transformações da sociedade, e na medida que passa a existir o direito sobre a propriedade privada na civilização, e possui firmes alicerces de carácter jurídico, fica permitido a transferência de parcela da mais-valia a esses proprietários privados, ou seja, a propriedade privada gera o direito de apropriar de uma renda, a qual é conhecida como Renda Fundiária (ALMEIDA, 2002).

Assim, os proprietários rurais possuem esse “privilégio”, representado pela propriedade privada da terra que lhes dá o direito a essa renda, de modo que podem usufruir permanentemente desse rendimento, obtendo a chamada renda fundiária, a qual também pode ocorrer da exploração de suas terras por terceiros (ALMEIDA, 2002). Desta forma os proprietários fundiários assumem privilégios por diferentes motivos conforme explicitado por MARX (2007):

A propriedade fundiária baseia-se no monopólio de certas pessoas sobre porções definidas do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade privada, com exclusão de todas as outras. Estando isso pressuposto, passamos a exposição do valor econômico, isto é, da valorização desse monopólio que se encontra na base da produção capitalista. A isso não acrescenta nada o poder jurídico dessas pessoas de usar e abusar de porções do planeta. O uso dessas porções depende inteiramente de condições econômicas que não estão relacionadas à vontade desses proprietários. A própria ideia jurídica significa apenas que o proprietário fundiário pode proceder com a terra tal como o proprietário de mercadorias o faz em relação a essas últimas [...] nesse sentido, o monopólio da propriedade da terra é uma premissa histórica e continua a ser base constante do modo de produção capitalista, assim como de todos os modos de produção anteriores que, de um modo ou de outro, fundam-se na exploração das massas (MARX, 2007, p. 582).

Dessa forma, Oliveira (2007) coloca que a renda fundiária é descrita também como lucro exorbitante suplementar permanente, é, portanto, produto do trabalho excedente. Sendo o trabalho excedente a parcela do processo de trabalho que o trabalhador fornece ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir o necessário para a sua subsistência (OLIVEIRA, 2007).

Nessa perspectiva a renda da terra é uma fração da mais valia, assume precisamente como componente particular e específico da mais valia. Sendo que Oliveira (2007, pg. 43) descreve, “para Karl Marx, mais-valia é, no modo capitalista de produção, a forma geral da soma de valor (trabalho excedente e realizado além do trabalho necessário que por sua vez é pago sob a forma de salário) de que se apropriam os proprietários dos meios de produção (capitalistas e ou proprietários de terras) sem pagar o equivalente aos trabalhadores (trabalho não pago) sob as formas metamorfoseadas, transfiguradas de lucro e de renda fundiária”.

Ainda nessa perspectiva de compreensão da renda da terra como componente da mais valia, Oliveira (2007) traz dois exemplos, o primeiro são as relações pré-capitalistas em suas formas menos desenvolvidas, podemos observar produto excedente na fração de produção entregue pelo parceiro ao proprietário de terra, como pagamento pela autorização que este lhe dá para cultivar a terra, assim o produto excedente é a parcela da produção além da parte necessária de subsistência do trabalhador.

O segundo exemplo se refere às formas mais desenvolvidas do modo capitalista de produção, sendo a renda da terra sempre sobra acima do lucro, sendo que lucro médio todo capitalista retira de sua atividade econômica, capitalista rural ou urbano, e sem esse lucro médio, nem um capitalista colocaria seu capital para produzir. Ela é dessa forma, sobra acima da fração do valor das mercadorias, que é nada mais do que mais-valia, ou seja, trabalho excedente (OLIVEIRA, 2007).

Portanto compreendido que a propriedade privada da terra garante que seu dono receba essa renda. Do ponto de vista do capitalista que paga essa renda, esse capitalista irá antes de produzir, incluir em seus cálculos os custos, o lucro médio e o custo do arrendamento. Dessa forma a propriedade privada da terra, associada à produção capitalista, força um encarecimento geral de todas as mercadorias agrárias, ou seja, o produto já chega com esse preço a mais para venda, observamos desta forma que toda a sociedade paga os valores dessa renda da terra (PAULA, 2018).

Isto posto sobre a renda da terra, existem outros dois desdobramentos a partir dessa renda da terra absoluta, a renda diferencial I e renda diferencial II, as quais podem ser colocadas como pilares no conceito de renda da terra e para entendimento das demais rendas da terra já citadas.

Tais rendas diferenciais são produtos de caráter capitalista de produção, sendo fundamental que haja concorrência entre produtores capitalistas, e que a terra seja colocada para produzir, para que aconteça a renda diferencial da terra, ou seja, ela acontece apenas no modo de produção capitalista. Sendo a diferencial I independente de capital aplicado na produção

específica, enquanto a diferencial II acontece quando há investimento de capitais para melhorar a fertilidade natural da terra (PAULA, 2018).

A renda diferencial I pode ser entendida a partir de dois elementos, a diferença na fertilidade natural dos solos existentes e a localização da terra. Sendo a fertilidade natural resultante de uma força natural monopolizada, que foi a propriedade da terra, pode-se dar o exemplo que solos do tipo terra roxa possuem produtividade natural por hectare maior do que aqueles locais com solos areno-argilosos laterizados.

O outro elemento da renda diferencial I, leva em consideração a distância das propriedades até onde serão comercializados esses produtos ali produzidos, pois há o cálculo no preço do frete dessa mercadoria. Portanto, propriedades mais distantes desses mercados de comercialização tendem a ter custos maiores com transportes, refletindo assim que propriedades mais próximas conseguem obter mais renda, pois deixam de gastar com esse item.

Item importante nesses dois pressupostos é colocado por Oliveira (2007), é como se fosse uma “lei”, de que os preços de produção geral pago aos produtores, advém das “piores” terras produtivas no que concerne à fertilidade natural. Sendo também o preço geral dos produtos, determinado pelos terrenos mais distantes. Ou seja, são as “piores” condições necessárias ao abastecimento do mercado que determinam os preços pagos aos produtores, o que sobra acima dessa linha é a renda diferencial I.

E para corroborar tem-se as ponderações de Paula (2018) na leitura sobre preço pago dos produtos

Ao contrário da indústria e da produção capitalista em geral, na agricultura o preço de produção regulador não se baseia no preço de custo médio, mas no preço de custo do capital que produz nas piores condições. Isto ocorre pelo seguinte: se a produção é feita por capitalistas, ela tem que ser rentável. Supondo que a demanda pela produção agrícola existe, ela será excedente à oferta para qualquer preço de mercado abaixo do PPM³ da pior terra utilizada de forma capitalista (considerando que esta terra, para ser viável do ponto de vista do capital, precisa permitir, via de regra, a rentabilidade média ao menos) para a produção agrícola, fazendo com que o preço de mercado suba até esse PPM dessa pior terra utilizada de forma capitalista. A existência da demanda garante que esse PPM será o regulador da produção. Note-se que esta explicação da renda da terra proposta pela teoria marxista da renda pressupõe a concorrência entre diversos capitalistas (ou seja, contradiz a hipótese de existência de um monopólio). (PAULA, 2018, p. 136).

Em proposta para fins didáticos, as duas tabelas a seguir foram propostas por Oliveira (2007) para melhor exemplificar a renda diferencial I.

Tabela 2- Dois terrenos exemplificando a renda diferencial I no que concerne à fertilidade natural da terra.

³ Preço de Produção do mercado (PPM), preço em que as produções são comercializadas no mercado. (PAULA, 2018).

Natureza do terreno	Arroz produzido sc/ha	Custo Operacional R\$/ha	Taxa de Lucro Médio 30%/R\$	Preço de Produção Particular		Preço de Produção Geral		Renda da Terra Diferencial I R\$/ha
				Total R\$/sc	Saca R\$	Total R\$/sc	Saca R\$	
A	50	1.050,00	450,00	1.500,00	30,00	1.666,66	33,33	166,66
B	45	1.050,00	450,00	1.500,00	33,33	1.500,00	33,33	0

Fonte: Oliveira (2007), adaptado pelo autor.

Nesta tabela observamos dois terrenos com produtividades de arroz diferentes, e com custo de produção iguais, e o que determina o preço de produção é o “pior” terreno (terreno B com custo de produção de R\$33,33 por saca de arroz). E no final do cálculo podemos observar o aparecimento da renda diferencial I (no terreno A) quando levado em consideração a fertilidade natural do terreno.

Tabela 3- Três terrenos exemplificando a renda diferencial I no que concerne à localização da terra em relação ao mercado de comercialização.

(1) Natureza do terreno	(2) Arroz produção sc/ha	(3) Custo Operacional R\$/ha	(4) Taxa de Lucro Médio 30%/R\$	(5) Distância do Mercado Km	(6) Custo do Frete saca por km R\$	(7) Despesa Total com Transportes R\$/ha (2)x(5)x(6)	(8) Preço de Produção Particular Total (3)+(4)+(7)
A	50	1.050,00	450,00	200	0,005	50,00	1.550,00
B	45	1.050,00	450,00	1.000	0,005	225,00	1.725,00
C	40	1.050,00	450,00	2.700	0,005	540,00	2.040,00

(Parte B)

(1) Natureza do terreno	(2) Arroz produção sc/ha	Preço de Produção Particular		Preço de Produção Geral		(13) Renda da Terra Diferencial I Efeito da Diferença na Fertilidade Natural dos solos R\$/ha (15) – (14)	(14) Renda da Terra Diferencial I Efeito da Diferença do frete devido a distância do mercado R\$/ha (7) = C-A; C-B e C-C	(15) Renda da Terra Diferencial I TOTAL R\$/há (11) – (9)
		(9) Total R\$/SC (8)	(10) Saca R\$ (8) / (2)	(11) Total R\$/SC (2) X (12)	(12) Saca R\$			
A	50	1.550,00	31,00	2.550,00	51,00	375,00	625,00	1.000,00
B	45	1.725,00	38,33	2.295,00	51,00	187,50	382,50	570,00
C	40	2.040,00	51,00	1.837,50	51,00	0	0	0

Fonte: Adaptado de OLIVEIRA (2007).

Nesse exemplo observamos que o terreno A tem maior produtividade é também mais perto do mercado de comercialização, diminuindo assim seus custos com transporte, antagônico é o terreno C, com menor fertilização natural do solo e mais distante também. O custo de transporte foi fixado padrão para todos os exemplos para facilitar.

O cálculo pode ser entendido através de uma sequência lógica ao qual foram calculados

os custos dos fretes dos três terrenos, em sequência pegou-se o maior custo de produção (o terreno C) de R\$ 2.040,00 e averiguou-se que o maior custo para produzir uma saca de arroz foi de R\$51,00 então esse valor foi usado para estimar o preço final geral de venda (até para os terrenos A com custo de produção de R\$31,00, e terreno B com custo de R\$38,33).

Essa diferença que os terrenos A e B conseguiram, pois o seu custo é menor que o preço de venda, pode ser observado nas colunas finais, essa diferença que aparece é a renda diferencial I, chama-se atenção também a diferença que existe entre os terrenos A e B.

Esse exemplo proposto é simplório, mas relata didaticamente a relação da fertilidade de solo e distância dos terrenos para exemplificar a renda diferencial I. Deve-se complexificar mais esse exercício empírico na medida que colocamos elementos como, o terreno com maior fertilidade natural, mas que esteja mais longe dos mercados de comercialização, ou de que os terrenos mais próximos possuem fertilidade natural de solos mais deficitários.

Isto posto, partiremos para a renda diferencial II, recapitulando, já nos é sabido que a renda capitalista da terra é aquela parte suplementar do lucro que o capitalista recebe acima do lucro médio e que diferentes fertilidades naturais de solo e localização com centros consumidores vai surgir a renda diferencial I. No entanto, quando provém aumento da fertilidade decorrente de investimentos de capitais para melhorar a fertilidade natural, e investimentos em tecnologia para aumentar produção é chamada de renda diferencial II, ou seja, renda diferencial II necessariamente surge no sistema capitalista, com capitais sendo investido na agricultura com fins de aumentar produção (OLIVEIRA, 2007).

Assim, ao levar em consideração as duas rendas diferenciais temos a complexificação do objeto, na tabela se observa o comportamento dessa renda diferencial II.

Tabela 4- Dois terrenos exemplificando a renda diferencial II no que concerne aplicação de capital para aumentar produção.

Situação I

Natureza do terreno	Arroz produzido sc/ha	Custo Operacional R\$/ha	Taxa de Lucro Médio 30%/R\$	Preço de Produção Particular		Preço de Produção Geral		Renda da Terra Diferencial I R\$/ha
				Total R\$/sc	Saca R\$	Total R\$/sc	Saca R\$	
A	50	1.050,00	450,00	1.500,00	30,00	1.666,66	33,33	166,66
B	45	1.050,00	450,00	1.500,00	33,33	1.500,00	33,33	0

Situação II

Natureza do terreno	Arroz produzido sc/ha	Custo Operacional R\$/ha	Taxa de Lucro Médio 30%/R\$	Preço de Produção Particular		Preço de Produção Geral		Renda da Terra Diferencial II R\$/ha
				Total R\$/sc	Saca R\$	Total R\$/sc	Saca R\$	
A	50	1.050,00	450,00	1.500,00	30,00	1.500,00	30,00	0
B'	60	1.250,00	510,00	1.760,00	29,33	1.800,00	30,00	100,00

Fonte: Adaptado de OLIVEIRA (2007).

Verifica-se na situação 1 que a renda de R\$ 166,66 é proveniente da renda diferencial I, a diferença para a situação 2 é o aumento do investimento de capitais (coluna do custo operacional na tabela) que saiu de R\$ 1.050,00 para R\$ 1.250,00, e como resultado elevou a produção de 45 para 60 sacas de arroz, como resultado da sequência lógica de cálculos o terreno A passou a ser o “pior” terreno em produção de mercadorias, então o cálculo do preço pago agora leva em consideração os custos de produção de “A”, que no caso hipotético é de R\$ 30,00 por saca. A diferença entre esses dois terrenos A e B’ na situação 2 se dá a partir de investimentos de capital para aumentar produção, ou seja, renda diferencial II, que na última coluna como resultado está R \$100,00.

Essa condição de maior taxa de renda, lucro suplementar auferido, na medida em que acontece mobilização de capital para aumentar a produção, pode ser compreendida pela busca incessante em que capitalista possui em aumentar suas produções. Pois como averiguado, essa discrepância de renda tende a aumentar quando há diferença entre terras “piores” cultivadas incorporadas ao sistema de produção e terras com altos investimentos de capitais.

Assim, compreende-se que renda da terra é assunto complexo e carece de mais reflexões sobre os termos. As considerações aqui colocadas são embaadoras para seguirmos com o debate dos arrendamentos de terra, pois compreender os fundamentos da renda da terra como e onde surgem bem como suas variações nos é imprescindível para o assunto. Desta forma, agora sim, voltamos as reflexões da expansão do capitalismo na agricultura, e como comentado, deixaremos a agricultura potencializada pelos militares nos anos 1970 e 1980 partindo para observações acerca da nova agricultura que se coloca a partir dos anos 1990 e sobretudo 2000 no Brasil.

1.3.2 A terra como ativo financeiro e o Agronegócio.

Ao voltarmos para o debate da expansão do capitalismo na agricultura o recorte agora pode ser entendido a partir dos anos 1990 em diante, não há datas delimitando quando termina aquela agricultura preconizada pelos militares desta nova que surge, mas fato que ela se potencializa a partir da virada do século XX para o XXI, então é um processo gradual de transformação (pois o próprio texto aqui apresentado traz autores que já debatiam tais perspectivas nos anos 1970 e 1980), sendo vários os fatores para tal, tanto a nível mundial como nacional.

Mas que tipo de agricultura é essa? Quais são seus vieses de produção e organização da agricultura? Para essas perguntas, é importante esclarecer item importante que às vezes fica à

margem quando se debate agronegócio, e aqui no trabalho se tornou central, que é a terra como ativo financeiro no mercado de capitais.

Tal ponto importante a ser esclarecido deve considerar a compreensão da renda da terra. O primeiro elemento a ser compreendido é que, com a entrada cada vez mais profunda do capitalismo na agricultura e conseqüentemente a consolidação da propriedade privada da terra, a terra foi se transformando em mercadoria. No entanto, é mercadoria do tipo especial, mercadoria que ao contrário das outras, não se constituem produto do trabalho humano, e não tem valor como as outras (OLIVEIRA, 2007).

Desta forma a terra não gera lucro, mas sim como já observado, dá o direito a renda para indivíduos que possuem a sua propriedade privada. Oliveira (2007) argumenta que assim tem-se a renda capitalizada da terra, e que a diferença está justamente nesse ponto, enquanto em outras mercadorias o capitalista paga o preço dela com os custos e mais valia, aqui na negociação de terra, quando os capitalistas a compram, estão convertendo o seu capital-dinheiro em renda capitalizada da terra, ou seja, estão na verdade comprando o direito de extrair renda ao longo dos anos.

Esse aspecto da compra e venda de terras por capitalistas pode ser observado em Schumpeter (1982) da seguinte maneira: os possuidores de "agentes naturais" e os monopolistas possuem razão em comparar sua renda com o rendimento que poderiam obter sobre o capital a ser vendido. E os capitalistas também possuem razão ao comparar sua renda proveniente do juro com a renda da terra ou a receita de monopólio permanente que poderiam obter com seu capital.

Ora pois, nem um capitalista, quando se coloca como comprador irá estimar um valor ao qual seja mais alto que a soma em dinheiro da renda ao longo dos anos, pois se custasse mais, essa terra seria assim invendável. Esse princípio não se altera com os mecanismos (renda da terra e suas variáveis e taxa de juros) que fazem as terras valerem mais ou menos, ou seja, o "valor de capital" das fontes permanentes de renda é inequivocamente determinado (SCHUMPETER, 1982).

Um segundo aspecto fundamental a ser compreendido é de que essa compra e venda de terras nesse novo modelo de agricultura está em que esses preços também são regulados pela taxa de juros no mercado de capitais⁴. Que basicamente, quando essa taxa sobe, o preço da terra

⁴ O Mercado de Capitais compreende um conjunto de instituições e instrumentos que negociam títulos de valores mobiliários, direcionando os recursos entre compradores e vendedores, disponibilizando às empresas condições de captarem recursos de maneira mais direta com os investidores, objetivando a realização de projetos de investimentos, de médio e longo prazo (CARVALHO, 2014).

baixa, e quando acontece ao contrário, quando a taxa baixa, o preço da terra eleva-se. E para chegar ao preço final da terra, soma-se o montante da renda que ela pode fornecer mais a taxa de juros (OLIVEIRA, 2007).

Essa dinâmica pode ser observada ao longo dos anos, pois ela explica a tendência na venda de terras quando a taxa de juros sobe no mercado de capitais, pois os capitalistas buscam transformar a terra em capital-dinheiro e conseqüentemente aplicá-lo no mercado de capitais, quando acontece ao contrário, na baixa da taxa de juros, os capitalistas procuram vender seus papéis e empenham-se em comprar terras, como forma de preservar seus capitais (OLIVEIRA, 2007).

Podemos seguir com a análise da seguinte maneira.

Este comportamento se dá porque a terra, particularmente no Brasil, adquiriu o caráter de reserva de valor, reserva patrimonial, ou seja, a terra é apropriada principalmente com fins especulativos e não para produzir. Ou seja, os capitalistas, em decorrência da inflação quase permanente que durante muito tempo existiu na economia brasileira, vêm na terra um "investimento seguro", que não se "desvaloriza". É assim que se retêm terrenos urbanos vazios e latifúndios improdutivos (OLIVEIRA, 2007, pg.64).

Portanto assim se constitui o segundo aspecto do raciocínio que fora colocado como de elementar compreensão, chegamos a esse ponto compreendendo que a terra assume inteiramente o caráter de ativo mercantil, ou seja, esses papéis que simbolizam o preço da terra podem ser negociado nesse mercado de capitais, podem ser usados para adquirir mais capital para ser reinvestidos.

Nas palavras de Delgado (2012, pg. 47) “os mesmos princípios de formação do preço dos títulos financeiros com direito a renda, aplica-se a formação do preço da terra, não apenas sob o seu aspecto formal (preço como capitalização dos rendimentos futuros) mas, sob o aspecto da racionalidade financeira que passa a governar o cálculo econômico, que com essa ótica, a terra se torna ativo financeiro no mercado de capitais”.

Estas ações ocorrem através dos grandes conglomerados empresariais, tanto rurais como urbanos, marcado pela organização de *holdings*, *trustes*, cartéis e um sem-número de processos de fusão e cruzamento de grandes grupos econômicos e blocos do capital, dirigidos por uma espécie de cabeça financeira que se cruza com bancos e outras instituições financeiras do conglomerado (DELGADO, 2012).

Essas conglomerações de diversos ramos produtivos acontecem segundo Giannotti (1979) para tornar possível e sacrificar a lucratividade num setor para maximizar a lucratividade do todo, são assim socialmente planejadas. Sendo a compensação cega do mercado responsável pela geração da taxa média de lucro, substituída por uma planificação do lucro que atinge a

todos.

Assim esses conglomerados industriais irão constituir a priori, as principais facetas dessa nova agricultura que se constrói, óbvio que no meio dessa agricultura, que também será chamada de agronegócio, permanecem contradições como os grandes latifundiários e camponeses, cada um com suas especificidades, no entanto o recorte se dá a partir da formação desses conglomerados e como irão atuar na agricultura.

Pois bem, o primeiro elo para continuar no entendimento da terra como ativo financeiro foi colocado, a formação desses conglomerados de empresas. Mas para que esses conglomerados possam efetivamente negociar esses títulos nos mercados de capitais, temos que passar pela mobilidade de capitais.

Para compreensão de mobilidade de capitais na agricultura, começamos compreendo o que é capital fixo na agricultura, que para Delgado (2012) é expresso especificamente pela rotação dos capitais aplicados em equipamentos, rebanhos, culturas perenes e infraestruturas incorporadas aos recursos naturais (obras de irrigação, e drenagem). Assim a principal distinção de capital fixo na agricultura, quando comparados aos processos de produção contínuos (fábricas tradicionais), é a sua ociosidade parcial durante o ano civil.

Assim na agricultura, esse capital fixo reduzido a forma dinheiro é somente transferido ao valor de mercadoria por ocasião do giro de capital circulante, que acontece em geral nessas ocasiões uma vez ao ano. Esse processo acontece distintamente na maioria dos processos industriais urbanos, pois a continuidade de giro do capital circulante possibilita uma rotação mais rápida do capital fixo ao qual é reduzido a dinheiro.

E para mobilidade de capital pode ser entendida em Hilferding (1963) como se apoiando na possibilidade em que capitalistas possuem de poderem retirar a todo momento o seu capital invertido em forma de dinheiro, transferindo-o para outras aplicações, ou seja, mobilidade de capital está na prática em que capitalistas conseguem retirar capital-monetário de seus ativos imobilizados (fixos) e aplicá-los no mercado de capitais. Ação facilmente feita por capitalistas dos ramos de capital fixo convertido em capital-dinheiro mais rapidamente, no entanto, na agricultura essa mobilização de capital fixo em capital-dinheiro é demasiada demorada e dificultosa.

Desta forma a mobilidade de capitais é prejudicada na agricultura justamente por essa dificuldade de transformar capitais fixos em capital-dinheiro, sendo tendencialmente reflexo desse processo a resistência na nivelção da taxa de lucro em proporções cada vez maiores na impossibilidade de se retirar de um ramo de produção, o capital produtivo, cujo componente principal está formado pelo capital fixo (HILFERDING, 1963).

Essa dificuldade de mobilidade de capitais na agricultura é transpassada na medida que acontecem inversões no capital financeiro⁵, a qual assegura oportunidades de operações financeiras de tal modo que “determinadas inversões que são ‘fixas’ para a comunidade, se transformem em ‘líquidas’ para o indivíduo” como exemplo (terra como títulos de valor, *commodities* agrícolas que ganham valores), ou seja, capital antes estático por longos períodos assumem essa características de capital-dinheiro a qualquer momento, a famosa emissão de papéis com valores futuros (KEYNES, 1977).

Assim possível essa mobilidade de capitais, pressupõem a negociabilidade de ações ou títulos de renda em geral emitidas por bancos, Sociedades Anônimas (S.A) em associações ou outras instituições financeiras. Sendo que estas assumiram a função monetária de deter o controle da liquidez geral da economia, tornaram-se peças imprescindíveis para bancar a negociação de quaisquer títulos de renda, assim essa nova função de negociar papéis requer a organização paralela de um mercado de títulos, a qual se institucionaliza na Bolsa de Valores (DELGADO, 2012).

Desta forma entendido como a terra se transforma em “papel” para ser negociado no mercado financeiro nessa nova agricultura, são inúmeras as consequências desse processo, pois a terra perde sua origem de produção de alimento, torna-se mera moeda de troca (valiosa por sinal) nas negociações que acontecem no mercado financeiro. Também podem ser descrito exemplos de empresas do ramo automobilístico possuidoras de grandes quantidades de terra conseguirem inverter esse capital fixo em capital líquido e na bolsa de valores conseguirem mais crédito para ser reinvestido em suas fábricas urbanas, ou simplesmente especularem esses títulos de terras nesse mercado financeiro para aumentar seu valor de mercado.

Outro aspecto que essa especulação financeira dos títulos de terras pode trazer é a tendência ao crescimento da renda através da possibilidade de mobilização do capital-dinheiro nessas terras via sistema financeiro Silva (1984). Essas especulações financeiras refletem nos preços das terras em geral, tal debate será retomado com mais ênfase no tópico seguinte, mas o elemento importante é a contradição do capital, que por um lado materializa capitais, mas em terras que assumem caráter de valor no mercado de capitais, mas como apontado por Marx, a imobilização de capital na compra de terras não é a forma ideal de aplicação de capital na agricultura, o ideal para os agricultores capitalistas é usar do arrendamento, pois nesse permite com uma menor mobilização de capital, desenvolver atividades agrícolas, e geração de maiores lucros.

⁵ É uma relação social abstrata e geral, comandada pelas instituições controladoras da liquidez e dos meios de financiamentos como um todo, que envolve crescente organização monopolista dos mercados (Delgado, 2012).

Esses pontos mostram os aspectos marcantes da expansão do capitalismo na agricultura ao que concerne os dias atuais. Delgado (2012) coloca que essa separação da esfera capital produtivo com relação a esfera financeira é uma das características fundamentais do funcionamento do capitalismo contemporâneo, que por sua vez assume um significado peculiar com a crescente autonomização e hegemonia das instituições financeiras, crescentemente envolvidas com o comando da centralização e valorização dos capitais.

Com essas considerações sobre a terra como ativo financeiro, partiremos para a segunda análise que o tópico se propõe, debater as demais características da agricultura a partir dos anos 2000, ao qual se convencionou denominar agronegócio, também entendendo-se que essa face do mercado financeiro é basilar nesta nova forma de organização da agricultura a partir do início do século XXI.

Desta forma, no Brasil o termo agronegócio se popularizou por volta do ano 2000, essa palavra passou a denominar as complexas características da relação capital e agricultura nesse período. No entanto, descrever agronegócio apenas sob sua forma de organização de negócios no campo e os ramos de produção a montante e jusante da agricultura, se torna apenas uma descrição técnica Delgado (2012). Portanto é crucial debater o sentido essencial das relações econômicas e sociais que acontecem no interior deste agronegócio.

O agronegócio pode ser entendido como uma grande associação do capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, sendo que essa associação realiza estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio do Estado através das políticas de créditos subsidiados (DELGADO, 2012).

Delgado (2012) pontua ainda que a primeira década do século XXI ficou claramente marcada pela inserção primário-exportadora no plano externo, e no plano interno esse autor argumenta que houve uma reestruturação daquilo que ele chama de pacto de economia política do agronegócio. Ou seja, a agricultura brasileira agora volta-se apenas à produção de matéria prima e suas exportações, tendo para atingir esse objetivo, o aparato do estado, sendo essa última a mesma característica observada no período militar.

Outro embasamento que podemos ter é em Stédile (2013), descrevendo que o agronegócio se caracteriza sucintamente por organizar a produção agrícola na forma de monocultivo em grandes escalas de plantio, uso intensivo de maquinários agrícolas, no seu extremo, expulsando mão de obra do campo, uso intensivo de venenos agrícolas, destruição do ambiente e contaminação dos alimentos, o uso intensivo de sementes transgênicas, e sobretudo obtenção de lucro através da produção de *commodities*.

Stédile (2013) também coloca que nas últimas décadas estamos vivenciando uma nova

fase do capitalismo agora dominado pelo capital financeiro (como demonstrado anteriormente), e ainda reforça que essa nova estrutura passou a controlar a agricultura através dos seguintes mecanismos:

- a) Através do excedente de capital financeiro, os bancos passaram a comprar ações de centenas de médias e grandes empresas que atuavam em diferentes setores relacionados com a agricultura e, a partir do controle da maior parte das ações, promoveram então um processo de concentração das empresas que atuavam na agricultura. Em poucos anos, elas tiveram um crescimento fantástico de seu capital, em consequência dos investimentos feitos pelo capital financeiro, e passaram a controlar os mais diferentes setores relacionados com a agricultura, como: comércio, produção de insumos em geral, máquinas agrícolas, agroindústrias, medicamentos, agrotóxicos, ferramentas etc. É importante compreender que foi um capital acumulado fora da agricultura, mas que, aplicado nela, aumentou rapidamente a velocidade dos processos de crescimento e concentração que, pelas vias naturais de acumulação de riqueza das mercadorias agrícolas, levariam anos...
- b) O segundo mecanismo de controle foi através do processo de dolarização da economia mundial. Isso permitiu que as empresas se aproveitassem de taxas de câmbio favoráveis, entrassem nas economias nacionais e pudessem comprar facilmente empresas e dominar os mercados produtores e o comércio de produtos agrícolas.
- c) O terceiro mecanismo foi obtido por meio das regras do livre-comércio impostas por organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), e acordos multilaterais, que normatizaram o comércio de produtos agrícolas de acordo com os interesses das grandes empresas e obrigaram os governos a liberalizar o comércio desses produtos. Com isso, as empresas transnacionais puderam entrar em diversos países e controlar o mercado nacional dos produtos e insumos agrícolas em praticamente todo o mundo.
- d) O quarto mecanismo foi o crédito bancário. Em praticamente todos os países, o desenvolvimento da produção agrícola está cada vez mais dependente de insumos industriais e à mercê da utilização de créditos para financiar a produção. Esses créditos permitiram financiar a ofensiva desse modo de produção da “agricultura industrial” e suas empresas produtoras de insumos. Ou seja, os bancos financiaram a implantação e o domínio da agricultura industrial em todo o mundo.
- e) Por último, na maioria dos países, os governos abandonaram as políticas públicas de proteção do mercado agrícola nacional e da economia camponesa. Liberalizaram os mercados e aplicaram políticas neoliberais de subsídios justamente para a grande produção agrícola capitalista. Esses subsídios governamentais foram praticados principalmente através de isenções fiscais, nas exportações ou importações, e na aplicação de taxas de juros favoráveis à agricultura capitalista (STEDILE, 2013, p. 21).

Assim, esses cinco elementos colocados por Stédile foram e continuam sendo a ponte e o caminho para a agricultura ir avançando no que conhecemos hoje por agronegócio, observa-se nesses pontos o fundamental papel do Estado nesse processo de ascensão, bem como a atuação do mercado globalizado.

Outros mecanismos que propiciaram essa potencialização do agronegócio também podem ser observados em (DELGADO, 2012, p. 94).

“O segundo governo FHC iniciou o relançamento do agronegócio, senão como política estruturada, com algumas iniciativas que ao final convergiram, (1) um programa prioritário de investimentos em infraestrutura territorial, com “eixos de desenvolvimento”, visando a criação de economias externas que incorporaram novos

territórios meios de transporte e corredores do agronegócio, (2) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa (Embrapa), a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio, (3) uma regulação frouxa do mercado de terras, (4) mudança na política cambial, que ao eliminar naquela conjuntura a sobrevalorização do real, tornaria a economia do agronegócio competitiva junto ao comércio internacional para a estratégia do ajustamento macroeconômico perseguida, (5) reativa-se a provisão do crédito rural nos planos de safra, iniciada com programa Moderfrota, e retomada com vigor no período de 2003/2010”. (DELGADO, 2012, p. 94).

Essas características abordadas fazem o capitalismo se intensificar cada vez mais na agricultura. Canuto (2004) relata o aumento da produtividade com essas inserções de avanços tecnológicos na agricultura, com as safras tendo apresentado números cada vez maiores, e crescimento das receitas econômicas.

Ao que se observa ao âmbito interno brasileiro são vários os aspectos que enraízam a lógica do agronegócio de forma contundente, como as feiras do agronegócio, músicas sertanejas, cursos dos mais variados níveis, desenvolvimento de rodovias e ferrovias, terminais cerealistas, campanhas publicitárias e muitas outras que poderiam ser mencionadas.

Basilar para esse debate por sobre agronegócio são os créditos destinados para a fomentação deste mercado. Observa-se que entre os meses julho a dezembro de 2020, a contratação de crédito rural para a safra 2020/2021 teve expansão de 18% em relação ao período da safra anterior, atingindo o patamar de 125,3 bilhões de reais. Desse montante, 67,8 bilhões foram para financiamentos chamados custeio⁶, e 39,5 bilhões de reais foram para os créditos chamados investimentos⁷, e os demais em outras linhas (GOVERNO DO BRASIL, 2021).

Dessa forma, fica visível a disparidade de acesso ao crédito investimento, apenas 10% dos contratos foram para os pequenos produtores (Pronaf), 11% para os médios (Pronamp), e o demais 62% para os grandes produtores. Para a linha custeio, os pequenos produtores correspondem 16% dos contratos, os médios produtores 7%, e os grandes produtores correspondem a 77% dos contratos assinados nesse período (GOVERNO DO BRASIL, 2021).

Quando esses dados são comparados com o número de estabelecimentos rurais, observa-se que a categoria “grande proprietário” possui poucas unidades, mas acessa maior parte destas linhas de créditos. Já a agricultura camponesa é representada por número maior de

⁶Os montantes recebidos são destinados para comprar os insumos no processo produtivo dos bens da agropecuária (insumos intermediários e fatores de produção). A referida Resolução no 4.106 do MRC (BCB, 2017) define como crédito de custeio as despesas envolvidas com o ciclo produtivo de lavouras periódicas, a entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa, bem como a exploração pecuária e de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários (JUNIOR; FARIA; ALBUQUERQUE, 2019).

⁷Na prática, quando a atividade da agropecuária recebe recursos para investimento, significa que ampliará galpões e armazéns, o que implica contratar a indústria da construção civil, bem como comprar máquinas e equipamentos, tratores, material elétrico, entre outros (JUNIOR; FARIA; ALBUQUERQUE, 2019).

estabelecimentos, acessando parte ínfima dos recursos. Assim a tabela faz observação de diferenciação dessas propriedades através da Lei 8.629 de 1993, e leva em conta o módulo fiscal que varia de acordo com cada município (IBGE, 2021).

Tabela 5-Estabelecimentos e áreas segundo as classificações por módulos fiscais-Brasil 2017.

Classificação por módulos fiscais	Estabelecimentos	Área total (ha)	Área média (ha)
Pequena	4.672.951	96.597.717	20,68
Média	231.430	66.332.617	286,62
Grande	92.806	188.359.482	2.029,60
Sem declaração de área	77.037	-	-
Total	5.073.324	351.289.816	69,24

Fonte: IBGE (2021).

Essa compreensão que o processo de aquisição de crédito público é seis vezes maior nas grandes propriedades do que nas pequenas, é primordial no debate de entendimento de como o agronegócio se a porta de financiamentos públicos para produzir, ou seja, sem essas subvenções os capitalistas do agronegócio ficam a mercê de não conseguirem manter suas produções.

Outro ponto a ser considerado é a elevada concentração de crédito agrícola destinado a apenas dois produtos, com total de 62,6% dos recursos nacionais da linha Pronaf são para custeio de soja e milho. Chama atenção que os itens básicos de alimentação, como o arroz e feijão somam 3,94% dos recursos, e ao somar fruticultura, olerícola e condimentos somam 11,93% dos recursos do Pronaf, ou seja, da totalidade do crédito, o montante destinado a alimentação brasileira não chega a 1/3 do total desembolsado, e grande aporte de recursos são destinados para *commodities*, que em geral são voltados para exportação (REIS et al. 2021).

Desta forma, observamos a materialização do modelo dominante do agronegócio também nessas políticas para a agricultura familiar, esse volume de crédito destinado a apenas dois produtos revela que o Pronaf potencializa essa forma de produção também nas pequenas propriedades, fugindo de suas premissas base de fomentar a produção diversificada de alimentos.

Outro espectro relevante do agronegócio, diz respeito a forte atuação das cooperativas do agronegócio na região do centro, oeste e noroeste paranaense. No ranking Forbes das 100

maiores empresas do agronegócio de 2020 estão; COAMO (receita de R\$ 18,86 Bi); C, VALE (receita de R\$12,27 Bi); LAR COOPERATIVA (receita R\$ 11,28 Bi); COPACOL (receita R\$ 5,37 Bi); AGRÁRIA (receita, 4,48 Bi); FRIMESA (receita 3,72 Bi); COOPAVEL (receita 3,44 Bi); COPAGRIL (receita R\$ 2,48 Bi), Gioia; Ondeí (2022). Essas cooperativas possuem milhares de sócios e famílias integradas espalhadas pela região, produzindo conforme a lógica imposta pelo agronegócio.

Na região oeste também se encontra a Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (Ferroeste), essa empresa estatal é importante ferramenta do agronegócio, através da malha ferroviária entre o porto de Paranaguá e Cascavel. Nela são movimentados adubos sintéticos importados no sentido oeste, grãos e carne no sentido oeste leste (Cascavel-Paranaguá). Neste terminal ferroviário, estão empresas multinacionais do setor, como a Yara fertilizantes e Bunge entre outros.

Esse terminal rodoviário também conta com a forte articulação das cooperativas do agronegócio da região oeste. As quatro maiores cooperativas da região - Coopavel, C. Vale, Copacol e Lar -, se uniram e formaram a Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda.⁸ (Cotriguaçu) e construíram dentro da Ferroeste um dos maiores terminais complexos frigoríficos do Brasil. Nesse espaço a câmara frigorífica movimenta 22 mil toneladas/mês, o pátio armazena 500 containers de uma única vez, também possuem complexo de armazenagem de grãos com capacidade de 360 mil toneladas (FERROESTE, 2013).

Fotografia 1- Unidade da Cotriguaçu Cascavel.



Fonte:Histórico - Cotriguaçu, 2022.

⁸ Em 13 de dezembro de 1975 surge a Cooperativa Central Ltda. conglomerado cooperativas do agronegócio de Cascavel, Palotina, Marechal Cândido Rondon e Campo Mourão. Tal conglomeração da região oeste paranaense comprou um milhão de hectares no noroeste do Mato Grosso em 1984 com o intuito de que os filhos dos associados colonizassem essa região, pois o oeste do Paraná encontrava-se saturado. No entanto, essa região desde sempre foi ocupada por povos indígenas de língua Tupi, que hoje estão confinados em poucas e ameaçadas reservas indígenas (PREFEITURA DE COTRIGUAÇU, 2022).

Ainda ao que concerne o agronegócio na região oeste paranaense, acontece anualmente durante uma semana o Show Rural Coopavel, sendo uma das maiores vitrines do setor na América Latina, ao qual na 34ª edição em 2022 o evento movimentou 3,2 bilhões em comercialização, sendo o maior de sua história (SISTEMA OCEPAR, 2022).

Fotografia 2- Show Rural Coopavel, 2022.



Fonte: Show Rural Coopavel, 2022.

Esses conglomerados do agronegócio colocam o estado do Paraná como um expoente do agronegócio no âmbito nacional, sendo que em 2020 o estado foi o segundo maior produtor de grãos, o segundo em faturamento bruto agropecuário e o terceiro maior exportador, contou com 5 milhões de hectares destinados a produzir soja, obteve produção de 20 milhões de toneladas. Fato importante desses dados é que Cascavel na região oeste teve o maior VBP⁹ do estado SEAB (2022), ou seja, os agricultores dessa região foram os que mais receberam por suas produções de *commodities* do estado.

Essas forças atuam na materialidade da agricultura da região oeste, esse crescimento exacerbado das cadeias agroindustriais desencadeou grandes concentrações de determinados segmentos do comércio externo ligados a produtos do complexo soja, rações animais, carnes, açúcar, eucalipto e soja (DELGADO, 2012).

Essa concentração do mercado nacional para produção de *commodities* pode ser observada na tabela abaixo, nela observamos que dos anos 1990 até 2021 a área no Brasil destinada ao plantio da soja mais que triplicou, em comparação com itens da cesta básica, o arroz e feijão, a área destinada ao plantio dessas lavouras diminuíram consideravelmente durante os anos.

Tabela 6- Área de plantio (em ha) de soja, feijão e arroz no Brasil, nos anos de 1990, 2000 e

⁹ Valor Bruto da Produção (VBP) é um índice de frequência anual, calculado com base na produção agrícola municipal e nos preços recebidos pelos produtores paranaenses (SEAB, 2022).

2021.

	Soja	Feijão	Arroz
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
1990	11.584.734	5.304.267	4.158.547
2000	13.693.677	4.441.431	3.704.863
2021	35.930.334	2.769.934	1.727.194

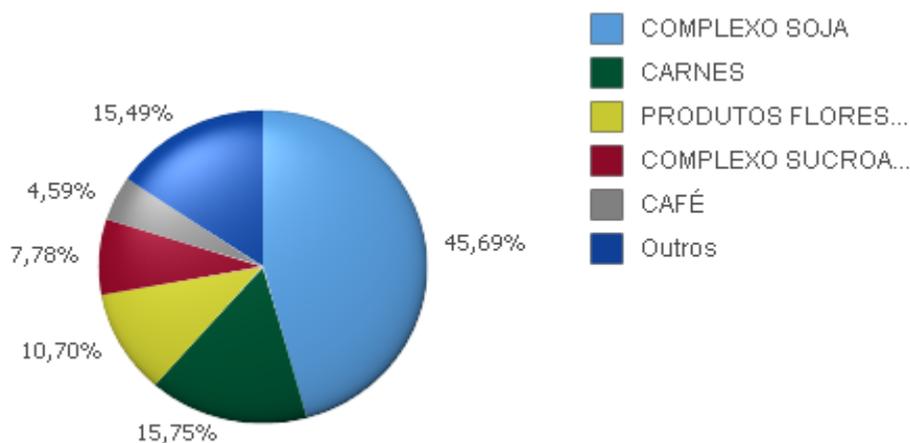
Fonte: SIDRA, IBGE (2021).

Em relação a essa alta escalada do agronegócio em centralizar poucas atividades agrícolas, Canuto (2004) coloca que a produção de alimentos está correndo sério risco, porque a área que lhe era destinada está sendo ocupada rapidamente para cultivo de produtos de exportação, principalmente a soja. O reflexo desse processo é que o Brasil hoje importa grande parte do trigo que consome e, ainda, arroz, milho, leite em pó entre outros produtos. É difícil entender que um país com a disponibilidade de terras agricultáveis, como o Brasil, importe alimentos da cesta básica (CANUTO, 2004, p. 7).

Exposto a enorme concentração nacional de produção, verifica-se que essas *commodities* são destinadas majoritariamente para exportação como matérias-primas. Em 2021 até agosto, o agronegócio brasileiro exportou 83,58 bilhões de dólares, e ao longo do ano foram exportados 120,6 bilhões de dólares (IPEA, 2022).

Desse montante exportado até agosto de 2021, o chamado complexo soja representou 46,69% das exportações, em segundo foram as carnes com 10,70% e terceiro os produtos florestais com 7,78% das exportações (AGROSTAT, 2021).

Gráfico 2- Exportações brasileiras do agronegócio por setores em 2021.



Fonte: AGROSTAT, MAPA (2021).

Isto posto, observarmos em dados as afirmações postas anteriormente, sendo característico do agronegócio essa exportação de matéria prima, sendo o complexo soja dominador dessas exportações. Por esse motivo, serão feitas algumas ponderações acerca do complexo soja, outro motivo desse aprofundamento com o mercado da soja, é que a região pesquisada (oeste paranaense) é profundamente impactada por esse setor do agronegócio

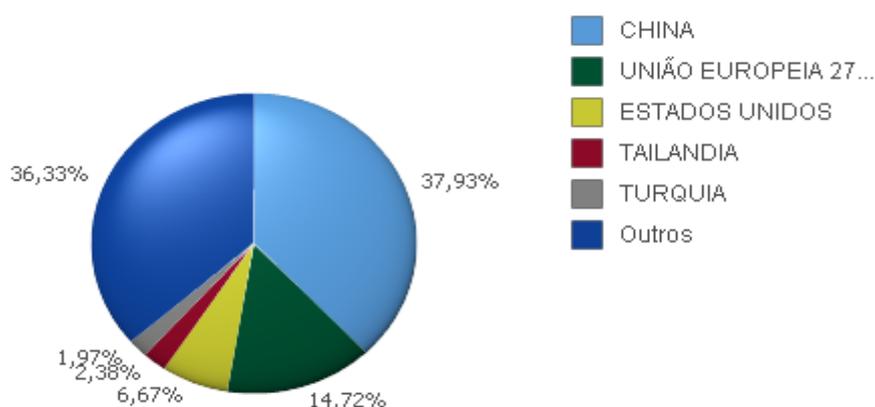
Ainda sobre essas cadeias de produção no agronegócio, esses produtos adquirem outras características que vão para além de produto ou alimentação, passam a ser chamadas de *commodities*, tendo como fundamentos, ser mercadoria padronizada de baixo valor agregado, produzida por diferentes produtores, e comercializada em nível mundial. Sendo produtos fabricados em grandes quantidades, utilizando principalmente processos contínuos, com especificações padronizadas e preços que tendem a ser mais importantes do que seu desempenho para os clientes (AGUIAR, 2014).

Desta forma, esse *boom* das exportações pode ser levado em consideração o exponencial crescimento econômico chinês nas últimas décadas. Esse crescimento pressionou a demanda por bens e serviços, ao mesmo tempo que o crescimento populacional fomentou a compra externa de alimentos e demais produtos, evidencia-se assim um salto nas importações de alimentos por esse país.

Pois quando observamos o destino de toda essa exportação brasileira, temos a China adquirindo 37,93% desses produtos.

Gráfico 3- Exportações brasileiras do agronegócio por mercados em 2021.

Valor US\$ 83.588.551.327



Fonte: AGROSTAT, MAPA (2021).

O mercado chinês possui grande capacidade de absorver essas *commodities*, demandas que só aumentaram nos últimos anos. Em reportagem publicada pela *Farm News* em junho de

2021, são revelados dados da compra da soja brasileira pelos chineses nos últimos 10 anos. Sendo que o Brasil exportou 48,3 milhões toneladas nos 5 primeiros meses de 2021, desse montante 34,0 milhões de toneladas foram vendidos para a China, o que corresponde a 70,4% do total (FARM NEWS, 2021).

Num retrospecto cronológico, se observa na tabela a seguir, que em dez anos, de 2010 a 2020, as exportações de soja para o mercado chinês triplicaram quando se observa os valores em toneladas.

Tabela 7-Valores em dólares e peso de soja comercializado do Brasil para a China entre 2010 e 2020.

Ano	País	Descrição	Valor FOB (US\$)	Quilograma Líquido
2010	China	Soja	\$ 7.133.440.544,0	19.064.457.911,00
2011	China	Soja	\$ 10.951.902.030,00	22.094.719.466,00
2012	China	Soja	\$ 12.028.317.833,00	22.885.886.927,00
2013	China	Soja	\$ 17.147.972.473,00	32.251.520.741,00
2014	China	Soja	\$ 16.615.159.624,00	32.664.328.180,00
2015	China	Soja	\$ 15.787.785.730,00	40.925.506.994,00
2016	China	Soja	\$ 14.386.114.595,00	38.563.909.133,00
2017	China	Soja	\$ 20.310.207.678,00	53.796.980.317,00
2018	China	Soja	\$ 27.233.070.721,00	68.556.622.506,00
2019	China	Soja	\$ 20.452.339.452,00	57.963.479.623,00
2020	China	Soja	\$ 20.903.176.750,00	60.595.850.757,00

Fonte: MDIC, COMEX STAT(2021).

Assim colocado, algumas ponderações acerca do agronegócio, se observa no real concreto que a lógica do agronegócio é dominante, sobretudo com o complexo soja, ao qual se mostra com grande capacidade produtiva e de escoamento desta produção, esse reflexo de demandas cada vez superiores, e maiores empenhos do agronegócio brasileiro em produzir em maior intensidade, é profundamente impactante na vida social de pessoas, meio ambiente, economia, entre outros.

Na região oeste paranaense esse cenário é visível e reflete em muito nas estruturas práticas de produção e relações entre agricultores, tanto ao que concerne grandes latifundiários

como aos pequenos agricultores camponeses.

Fotografia 3- Reflexo do agronegócio na paisagem, Cascavel inverno de 2021.



Fonte: Prefeitura de Cascavel (2021). Créditos: Vanderlei Faria.14.

Tal fotografia expõe a força do agronegócio na região oeste paranaense, por si só esse tipo de paisagem é exposto como o desenvolvimento da região, o motor produtivo e econômico, no entanto são territórios contraditórios, excludentes de camponeses. Esses agricultores vivem rotineiramente com essa “força” do agronegócio aos seus flancos.

Desta forma colocada a terra como ativo financeiro e caracterização do agronegócio, entende-se que são assuntos complexos por essência. E antes de fazer o fechamento do capítulo retomo duas ponderações importantes acerca do agronegócio.

Em primeiro, esses elementos pautados, renda da terra, conglomeração agroindustrial, terra como ativo financeiro e potencialização de *commodities*, desencadeiam o forçamento de novas terras agricultáveis para manter essa roda do “desenvolvimento” girando e aumentando, reflexo disso são consequências desastrosas ao meio ambiente.

Em relatório publicado pela ONG Forest Trends, revela que a produção agrícola comercial foi motor do desmatamento ilegal de florestas, pois entre 2013 e 2019 foram desmatadas o equivalente a 32 milhões de hectares no planeta, cuja devastação para a produção de itens como carne bovina e soja (DUMMETT; BLUNDELL, 2021).

No Brasil o desmatamento vem ocorrendo de forma extremamente acelerada na Amazônia, o desmatamento foi de 10,3 mil km² em 2021, um acréscimo 29% nos últimos 10

anos IMAZON (2022). Na Amazônia legal¹⁰, em 2014 foram desmatados 5,1 mil km², esse número salta para 12 mil km² devastados em 2021. No Cerrado, foram desflorestados 6,3 mil km² em 2019, esse número se eleva para 8,5 mil km² em 2021 INPE (2022).

Esses aumentos nos desmatamentos são reflexos do avanço do agronegócio na busca de novas áreas produtivas, essas ascensões possuem relações diretas com as políticas de apoio ao a esse modo de agricultura por parte dos últimos chefes do executivo, sobretudo com Michel Temer (2016-2018) e Jair Messias Bolsonaro (2018-2022).

Isto posto, Canuto (2004) observa que o agronegócio é responsável pelo uso em altíssima escala dos mais variados tipos de agrotóxicos, gerando cargas pesadíssimas ao meio ambiente, e incontáveis caso de intoxicação e suicídio de agricultores. Para se ter dimensão, no planeta cresceu em 100% o uso de agrotóxicos entre 2000 e 2010, no mesmo período no Brasil, esse aumento chegou a quase 200% Bombardi (2017). Em 2020 foram comercializados no Brasil 685,7 toneladas de agrotóxicos, destes, 71 mil toneladas só no estado do Paraná IBAMA (2022).

Esses dados expostos denunciam a forma de fazer agricultura do agronegócio, pois este possui em sua racionalidade os desmatamentos de biomas e usos intensivos de agrotóxicos que são desastrosos para todas as formas de vida no planeta. essa racionalidade parte da necessidade de homogeneização dessa agricultura. Necessidade de homogeneizar que também é observada na terra se transformando em ativo financeiro e conseqüentemente nos arrendamentos de terras.

Assim colocados, se abstrai desse processo todo que esses a prática arrendamentos se tornam complexos justamente pelos diversos fatores apontados. Os elementos colocados foram desde a gênese do Brasil com os grandes latifúndios impostos na estrutura agrária, perpassando pelas modernização conservadora tecnológica-científica no rural, chegando ao atual momento do agronegócio do capital financeiro juntamente com os conceitos de renda da terra, e logo depois como surge a figura de poucos produtos dominando os espaços agricultáveis e os mercados de comercialização com as chamadas *commodities*.

Portanto, a compreensão desses elementos se torna chave no objetivo geral do trabalho, o de compreender arrendamentos em áreas de assentamentos. Crucial também é entender e internalizar que essa expansão do capitalismo na agricultura, onde figura-se a ampliação cada vez maior do capitalismo industrial no campo, nada mais é do que o próprio caminho de sujeição da renda fundiária ao capital (NETO, 1998).

Dessa forma para fechar o capítulo I, O desenvolvimento do capitalismo na agricultura,

¹⁰ A Amazônia legal é constituída pelos seguintes estados: Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá.

o próximo tópico irá fazer algumas abordagens acerca dos arrendamentos de terras no sistema capitalista, bem como, fazer algumas abordagens das tendências que vigoram por detrás desses arrendamentos no sistema capitalista como um todo, para somente mais adiante no texto, entrarmos com o debate acerca dos arrendamentos com pequenos agricultores camponeses assentados.

1.3.3 Apontamentos sobre arrendamentos de terras no sistema capitalista.

Até o presente momento foram debatidos alguns aspectos da expansão do capitalismo na agricultura, bem como averiguações do surgimento da renda da terra através dessas relações. Debates esses importantes para o objetivo geral de compreender as questões de arrendamentos em assentamentos rurais.

Legalmente os arrendamentos rurais são configurados pelo Decreto nº 59.566 de 14 de novembro de 1966 que regulamenta seções da Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, e da Lei nº 4.947 de 6 de Abril de 1966;

Art 3º Arrendamento rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista, mediante, certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da Lei (JUSBRASIL, 2021).

Nessa perspectiva tem-se os dados a nível nacional sobre arrendamentos, ao qual o último censo agropecuário foi realizado no Brasil no ano de 2017, nele constavam total de 5.073.324 estabelecimentos rurais no Brasil, o que significa redução de 102.312 estabelecimentos rurais em relação a 2006. No que diz respeito às práticas de arrendamentos o número de estabelecimentos que usam dessa prática decaiu de 333.975 em 2006, para 320.263 em 2017. No entanto, fato curioso é que a área em hectares de arrendamentos dobrou, passando de 15.127.498 em 2006 para 30.171.451 hectares em 2017 conforme exemplifica a tabela a seguir.

Tabela 8- Condição legal das terras, segundo as modalidades -Brasil-2006/2017.

Modalidades	Censos Agropecuários			
	2006		2017	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)

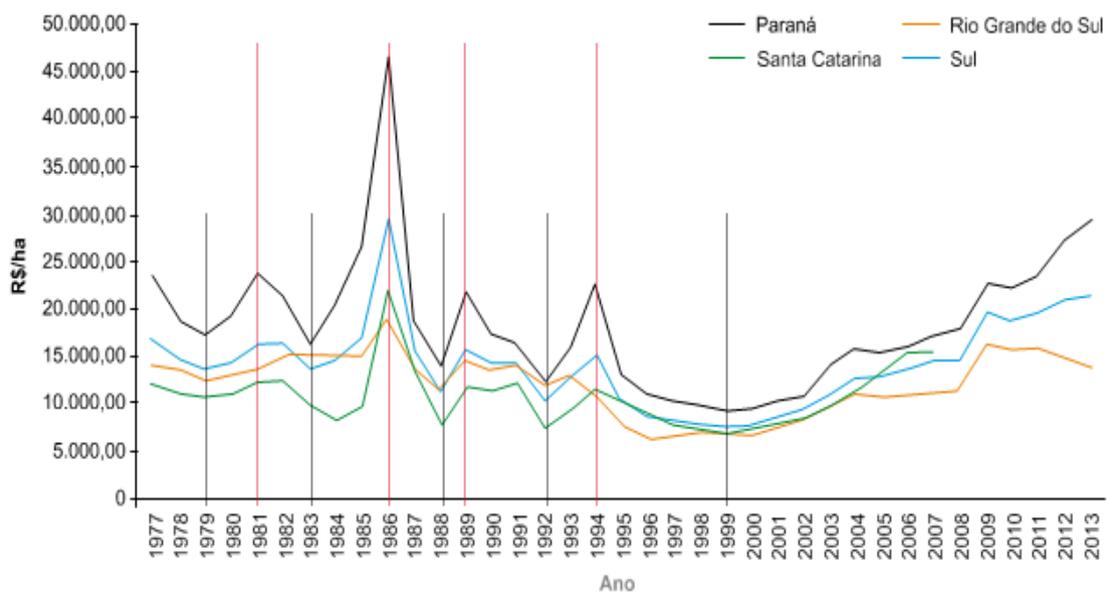
Próprias	3.946.411	302.138.391	4.107.762	298.323.489
Sem titulação definitiva	194.867	5.957.124	266.910	6.165.766
Arrendadas	333.975	15.127.498	320.263	30.171.451
Parcerias	186.363	3.240.841	177.803	7.830.479
Ocupadas	474.133	7.216.236	464.253	8.798.642
Total	5.175.636	333.680.037	5.073.324	351.289.816

Fonte: IBGE (2019).

Assim demonstrados, esses arrendamentos no modo capitalista de produção tendem a ter relação intrínseca com o preço das terras. Esses preços por sua vez possuem um complexo dinamismo nos seus aumentos. Alguns elementos já foram abordados, como a taxa de juros, mas existem ainda outros fatores que favorecem essa alta ou baixa nos valores das terras.

E para entrarmos na temática do preço da terra atualmente, se observa os ciclos dos preços de terras ao longo dos anos. O gráfico a seguir mostra este dinamismo nos três estados do sul.

Gráfico 4- Evolução dos preços de terras do Sul, de 1977 a 2013- Valores em reais de dezembro de 2015.



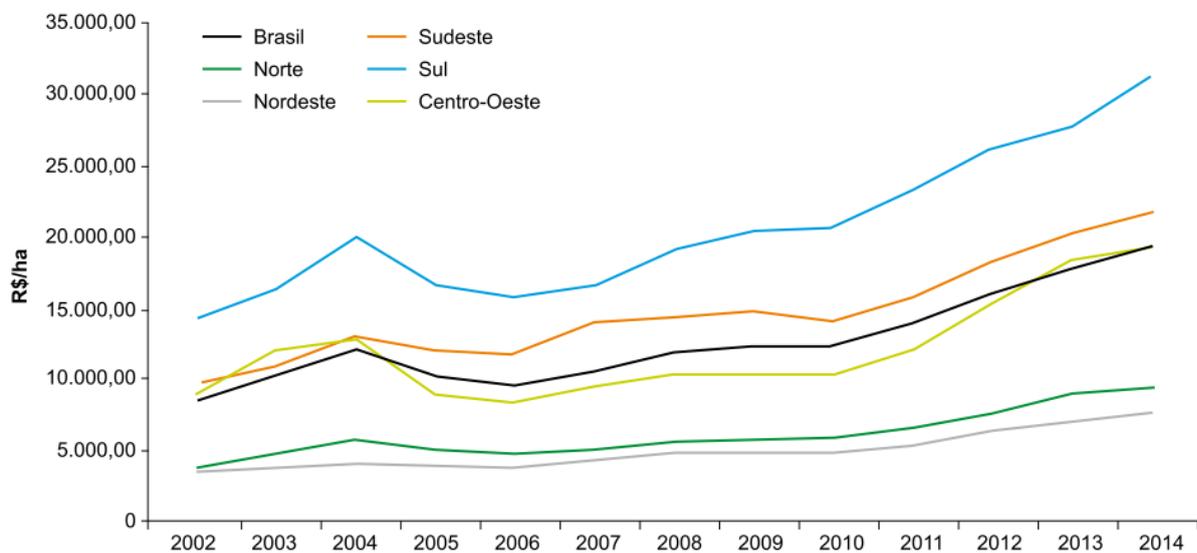
Fonte: BACHA; STEGE, HARBS, 2016.

Averigua-se o exponencial aumento nos preços nos de 1980 (crise da dívida externa,

capitalistas tendem a materializar seus capitais no mercado de terras, maior procura eleva os preços). Logo após, dos anos 2002 em diante se observa novo ciclo de aumento dos preços, todavia que as diferentes frentes do agronegócio aqui estão influenciando estes acréscimos, ou seja, mercado de terra não é processo estático, está em plena movimentação, a depender dos períodos históricos e suas conjunturas.

Outra observação importante deste tema, pode ser observado no gráfico 5 que mostra a evolução dos preços de terras por regiões do Brasil, e que são propícias para o plantio de grãos.

Gráfico 5- Evolução dos preços de terras para grãos (soja, milho, trigo, arroz e algodão) no Brasil em de 2002 a 2014.



Fonte: BACHA; STEGE, HARBS, 2016.

Neste gráfico 5 observamos o aumento significativo no preço de terras da região sul para grãos, dela extrai-se influências da renda diferencial I e II, bem como a valorização de *commodities* como soja e milho favoreceram esse mercado (aprimoramento do agronegócio), como também de certa forma a crise financeira do capitalismo em 2008.

Referente a esse processo de valorização, se observa nos últimos anos aumento significativo dos preços das terras. Tanto que em julho de 2021 o Jornal O Estado de São Paulo publicou matéria com manchete “Preço de terras dispara no Brasil e atinge maior valor em 20 anos”. A reportagem entrevista Mauro Melo, sócio em imobiliária que vende terras no centro-oeste, ele comenta que o grande aumento no mercado de compra e venda de terras nos anos de 2021 chegou a fechar 30 negócios em seis meses (CHIARA, 2021).

Em dados recentes na região pesquisada, se observa o quadro a seguir dados de 2020. Foram coletadas informações de distintas regiões do estado do Paraná para fazer comparações de preços por região.

Tabela 9- Preço de terras no Paraná - 2020.

Municípios pesquisados							
Município	A- I ¹¹	A- II	A- III	A- IV	B- VI	B- VII	C- VIII
Cascavel	129.200	102.300	77.200	58.000	44.900	26.900	12.700
Lindoeste	-	100.100	75.400	52.100	44.600	24.500	10.800
Santa Tereza do Oeste	131.200	104.600	85.900	61.900	57.700	28.100	13.700
Outros municípios							
Foz do Iguaçu	157.800	125.600	108.900	75.700	-	-	14.500
Maringá	128.800	105.700	86.700	74.300	54.300	38.500	15.700
Londrina	101.500	84.800	72.000	56.200	38.500	32.300	12.400
Almirante Tamandaré	-	-	36.400	28.000	19.900	9.500	5.600
Porto Vitória	-	-	32.900	23.200	12.800	7.400	2.900

Fonte: Adaptado de SEAB/DERAL (2021).

Na tabela é visível que a renda diferencial I impacta nos valores de comercialização das terras, nos municípios mais próximos de lugares com infraestrutura para a agricultura possuem maiores valores em suas terras, bem como a fertilidade, na região oeste do Paraná há predominância do solo do tipo latossolo mais férteis naturalmente, do que aqueles neossolos litólicos encontrados na região de Porto Vitória no sul do Paraná.

Nestes pontos se observa concretamente a atuação das terras como ativos financeiros, pois ao ocorrerem crises, os capitalistas buscam alocar seus capitais em propriedades fundiárias como forma de proteção, essa procura maior por terras às faz aumentar de preço. Outro mecanismo de aumento que pode ser observado é que uma maior valorização e demanda de *commodities*, implicará nos preços de terras e arrendamentos, ocasionando assim em ambos os

¹¹ São as classes de aptidão de uso, de maneira geral, quanto menor o algarismo romano (I), mais intensivo pode ser o uso, e quanto maior (VIII), mais restrito. As letras correspondem aos grupos que sucintamente podem ser descritas como passíveis de uso agrícola intensivo (A), de uso silvipastoril (B) e servidão florestal SEAB/DERAL (2021).

casos elevação na renda fundiária macroeconômica, e dos preços de terras rurais em geral (DELGADO, 2012).

Dessa forma existe certa relação entre preços das terras e arrendamentos. Esse ponto está quando os preços das terras aumentam demasiadamente e a mobilização de capital que um capitalista precisa fazer para adquirir essas terras já não os favorecem (que nada mais é do que estar pagando a renda da terra de uma só vez a quem vendeu), alternativa é arrendar as terras de outrem para produzir, pagando assim a renda da terra ao seu proprietário (OLIVEIRA, 2007).

Essa relação é uma tendência que se encontra no objeto de estudo, a constante geral é de que nas relações capitalistas na agricultura o arrendamento se coloca como o ideal para os capitalistas, justamente pelo fato de evitar converter grandes quantidades de capital para a aquisição destas terras, pagando assim apenas a renda da terra. No entanto, é fato que a relação preço da terra, e valorização das *commodities* influencia diretamente nos valores de arrendamentos, mas, independentemente de seus preços, os capitalistas sempre irão buscar por essa prática dos arrendamentos.

Isto posto, na tabela abaixo observamos uma síntese dos principais elementos constitutivos que influenciam na formação do preço de terras. Nela observamos os distintos fenômenos que ocorrem, desde a renda da terra e suas variações de diferenciais, perpassando por infraestruturas do agronegócio até o mercado financeiro.

Diagrama 1- Identificação dos influenciadores da formação do preço de terras.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Dessa forma apresentada, observamos a intrínseca conexão entre preço da terra e arrendamento. Sendo que este último se comporta como uma prática consolidada e muito utilizado no campo, representa a potencialização do agronegócio, pois é a forma ideal de o capital se reproduzir na agricultura.

Assim sendo, agora o texto avança a análise para áreas da reforma agrária. E quando nos referimos a arrendamentos em áreas de assentamentos, essa prática se torna ilícita, pelo motivo de serem implementados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Este instituto por sua vez possui em suas regras que beneficiários do programa de reforma agrária devem morar em suas parcelas e explorá-las para seu sustento, utilizando exclusivamente mão de obra familiar, não podem **vender, alugar, arrendar ou emprestar a sua terra a terceiros** (INCRA, 2020).

Mesmo sendo um ato desaprovado legalmente pelo Incra, os assentados da reforma agrária tomam como normal, justamente pelo fato de estarem imersos na realidade de subordinação do rural ao capitalismo na sua versão potencializada na figura do agronegócio. Aqui cabe uma das reflexões sobre arrendamentos em assentamentos da reforma agrária.

Entende-se que as práticas camponesas são contundentes nesses territórios de

assentamentos. No entanto, eles recebem cargas constantes da forma que o agronegócio se coloca nesses territórios. Bourdieu (2004) coloca que no mundo existem sistemas simbólicos para além da linguagem e mito, de que há estruturas objetivas independentes da consciência e das vontades dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações.

Portanto o agronegócio atua como força de naturalização dos arrendamentos perante a construção das relações sociais no mundo camponês.

As disposições dos agentes, o seu habitus, isto é, as estruturas mentais através das quais eles aprendem o social, são em essência produto da interiorização das estruturas do mundo social. Como as disposições perceptivas tendem a ajustar-se à posição, os agentes mesmo os mais desprivilegiados, tendem a perceber o mundo como evidente e a aceitá-lo de modo muito mais amplo do que se poderia imaginar, especialmente quando se olha a situação dos dominados com o olho social de um dominante (BOURDIEU, 2004, p. 158).

Nessa perspectiva, o agronegócio atua com seu *modus operandi* com suas determinações sob as práticas camponesas. No entanto, existe contradição nesse processo, pois os camponeses também irão tentar colocar suas práticas em ação, assim observa-se na realidade que essas conflitualidades entre arrendamentos/agronegócio avançam em determinados períodos históricos e localidades, em outros momentos avançam as práticas campesinas por sobre estas.

Essas contradições são descritas em Bourdieu (2004) como lutas simbólicas.

Essas lutas simbólicas, tanto as lutas individuais da existência cotidiana como as lutas coletivas e organizadas da vida política, têm uma lógica específica, que lhes confere uma autonomia real em relação às estruturas em que estão enraizadas. Pelo fato de que o capital simbólico não é outra coisa senão capital econômico ou cultural quando conhecido e reconhecido, quando conhecido segundo suas categorias de percepção que ele impôs, as relações de forças tendem a reproduzir e reforçar as relações de força que constituem a estrutura social. Em termos mais concretos, a legitimação da ordem social não é produto, como alguns acreditam, de uma ação deliberadamente orientada de propaganda ou de imposição simbólica, ela resulta do fato de que os agentes aplicam às estruturas objetivas do mundo social estruturas de percepção e apreciação que são provenientes dessas estruturas objetivas e tendem por isso a perceber o mundo como evidente (BOURDIEU, 2004, p. 158).

Como observado, o arrendamento se populariza como atividade no meio rural, os camponeses inseridos nessa realidade concreta do agronegócio (sendo que nesse momento histórico o agronegócio tende a estar logrando êxito nessa “queda de braço”) também são colocados nessas perspectivas.

Por outro lado, pode-se inferir nesse momento que a prática do arrendamento de terras também é mecanismo de manutenção do campesinato no meio rural, os fatores que fazem chegar a essa conjuntura, pode ser justamente o comportamento de exclusão do campesinato

por parte do agronegócio.

O agronegócio é inerente ao momento atual de desenvolvimento capitalista na agricultura, e tem efeito potencializador da diferenciação e exclusão do campesinato Gonçalves (2011). Essa agricultura “moderna” apesar de milhões gastos, utilizando muito capital e pouca mão de obra penetrou em pequenos setores nos países desenvolvidos, a grande maioria dos agricultores são muito pobres para adquirir maquinários pesados e tecnologias recentes, continuam a trabalhar unicamente com ferramentas manuais (MAZOYER; ROUDART, 2010).

No entanto, “entre essas agriculturas, as mais prejudicadas e menos produtivas são inevitavelmente marginalizadas, mergulham na crise e são eliminadas, mas aquelas que têm os meios para subsistir e progredir, revelam criatividade imensa e continuam a desenvolver-se” Mazoyer; Roudart (2010, p. 42). Dessa forma, o camponês cria estratégias de sobrevivência na sua parcela de terra, forjando assim contradições entre camponês e o agronegócio.

Portanto nesse bojo de elementos aqui brevemente colocados, na figura das rendas diferenciais (preços distintos de terras em diferentes locais do Brasil), somados aos preços especulativos cada vez maiores das terras, o agronegócio transformando física e culturalmente os camponeses até chegar na diferenciação das pequenas propriedades, em que poucas se sobressaem e muitas ficam marginalizadas por esse processo. Poderiam ainda ser citados inúmeros outros elementos no debate, são contradições que perpassam por algo tão relevante, um mecanismo que influencia cotidianamente, e que raros são os momentos de reflexão por esse tema, a renda fundiária.

Renda fundiária essa, como já visto, surge da propriedade privada da terra e de relações capitalistas. Portanto, enquanto perdurar essas conexões com a agricultura, essas rendas fundiárias estarão necessariamente vigorando, sendo que sua erradicação somente ocorrerá com a eliminação da lei do valor, ou seja, com o fim das relações capitalistas de produção (NETO, 1998).

Essa supressão da renda da terra pode acontecer da lógica de relações produtivas estritamente camponesas, sem promover ou submeter a um efetivo sistema de assalariamento ou renda da terra, assim não experimenta um processo de sujeição do trabalho ao capital, pois tais formas de subsunção ocorrem porque (e aqui umas das chaves para compreensão do problema de pesquisa) o que se encontra submetido ao capital é a renda da terra que em si parte da propriedade privada (NETO, 1998).

Desta forma colocado as ponderações, a renda fundiária atua contundentemente nas relações do rural brasileiro, Martins (2003, p. 14) coloca que “a verdadeira alma do latifúndio não é a extensão territorial pura e simplesmente, é também sobretudo a renda da terra e a

natureza tributária e especulativa da riqueza que recria”. Ou seja, o latifúndio tem seu sentido na renda da terra sendo um elemento estrutural na sociedade presente.

Assim, entendendo-se o papel central que renda da terra se constitui para os arrendamentos, o próximo capítulo irá descrever sobre o surgimento do MST bem como o camponês que faz parte desse movimento social, para a partir disso discorrer sobre o comportamento da renda da terra nos assentamentos da reforma agrária.

CAPÍTULO 2- A LUTA PELA TERRA E O MST

Ao passo que o capitalismo se expande em meio ao setor agrícola, identifica-se diferentes formas organizativas dos camponeses em relação a essa situação. Mesmo que existam grandes alterações, elas não podem ser por completo. Muitos dos grupos humanos buscam manter sua dinâmica organizativa, partindo de seu conhecimento local, repassado de geração em geração. Dessa forma, o campesinato brasileiro é composto por indígenas, povos escravizados e imigrantes, que desde a formação brasileira foram privados do acesso a terra.

Ploeg (2008) descreve que o campesinato sempre foi representado por uma série de expressões específicas de cada lugar e período. Na cultura grega, o camponês era um homem livre que praticava a agricultura de forma orgulhosa, já para os romanos, eram pessoas subordinadas, feias, incapazes de controlar seu próprio destino, no Brasil, “Urupês” com o jeca tatu.

O camponês tem certas condições, a qual “é definida como a luta constante por autonomia e progresso em um contexto caracterizado por padrões de dependência múltiplos e pelos processos de exploração e marginalização associados” Ploeg (2008, p. 5). Sendo que em cada lugar específico a luta pela liberdade e o perigo da subordinação se acompanham, nunca estando longe um do outro.

Dentro desse espectro, Ploeg (2008) ainda faz uma abordagem contemporânea sobre as “condições camponesas” reconhecendo suas condições de agente, para ele sinteticamente as características fundamentais camponesas são:

A luta por autonomia que se realiza em um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em a criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontroladas e auto-gerenciadas, a qual por sua vez permite formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que interagem com o mercado, permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia, dessa forma reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos próprios poderão ser fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações (PLOEG, pág. 40, 2008).

Shanin (2005, p.1) coloca também a dimensão da mistificação para conceituar camponês, diz que “para começar, um camponês não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo”. Sendo que também “a história acrescenta sua dimensão da diversidade, pois inclusive “o mesmo” poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos” (SHANIN, 2005, p.1).

Para além desse enfoque místico, Shanin (2005) apresenta seis grandes categorias de características, às quais os camponeses podem ser distinguidos.

Em primeiro, a economia camponesa se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma, pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional, onde o cálculo de desempenho difere substancialmente dos de uma empresa capitalista[...] Em segundo lugar, os padrões e tendências da organização política dos que os camponeses têm, frequentemente, mostrado considerável semelhança em diferentes regiões e países do mundo[...] Em terceiro, normas e crenças típicas e muito semelhantes têm sido percebidas em campesinatos suficientemente afastados para obstar qualquer afirmação de simples dispersão. Esses padrões tanto refletem como por sua vez influenciam as formas de produção e vida social, a preeminência da racionalização tradicional e conformista, o papel da tradição oral[...] Em quarto, as unidades básicas e características de organização social e seu funcionamento tem mostrado considerável semelhança em todo o mundo[...] quinto lugar, pode-se isolar analiticamente uma dinâmica social específica da sociedade camponesa[...] Sexto, as causas e os padrões fundamentais de mudança estrutural têm sido vistos, mais uma vez, como genéricos e específicos dos camponeses. (SHANIN, 2005. p.3)

Outro elemento que pode ser colocado é que os camponeses brasileiros, são sujeitos que desde sempre foram expulsos de suas terras, ou seja, possuíam apenas sua força de trabalho (MARTINS, 1981).

Martins (1981) também coloca outras características dos camponeses, como a desenraização, a qual se descreve na passagem a seguir.

[...] o nosso camponês não é enraizado. Ao contrário, é desenraizado, é migrante, e itinerante. A história dos camponeses-possesores é uma história de perambulação. A história dos camponeses-proprietários do sul é uma história de migrações. Há cem anos foram trazidos da Europa para o Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Espírito Santo. Há pouco mais de trinta anos se deslocaram para regiões novas do Paraná, e hoje muitos se deslocam para regiões de Rondônia e Mato Grosso. Tanto o avanço do posseiro quanto do pequeno proprietário é determinado fundamentalmente pelo avanço do capital sobre as terras. (MARTINS, 1981, p. 17).

Ao mesmo tempo que concebe esse camponês desenraizado, Martins (1981) também o coloca como contradição viva do capital, portanto esse é ao mesmo tempo resultado das desigualdades sociais do campo e fomentador de lutas contra o próprio capital.

Nessa contradição, Paulino (2006) relata que a propriedade capitalista coloca a terra como objeto de negócio, pelo fato de constituir como instrumento de exploração de trabalho de mais valia, renda da terra e especulações. Lógica inversa na propriedade camponesa, ao qual se constitui em terra de trabalho, estando a exploração restrita ao regime de trabalho familiar, assim não se configura como instrumento de acumulação de capital, mas de sobrevivência da família, a lógica camponesa reside no princípio da produção de *Mercadorias* objetiva a obtenção de *Dinheiro*, ao qual será usado para comprar *Mercadorias* necessários à reprodução familiar camponesa (PAULINO, 2006).

Assim, coloca-se sinteticamente alguns elementos camponeses, de essencial abordagem para a caracterização do mesmo, constitui dessa forma a linha mestra dessa pesquisa e do debate político aqui colocado. Portanto, a essência camponesa parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social (SHANIN, 2005).

Dessa forma, vão se constituindo elementos para o debate, de como famílias assentadas deixam de ser camponesas ao arrendaram suas parcelas de terras por completo, e retirar sua reprodução familiar de outras fontes. E como se comportam os camponeses atuais que trabalham com suas parcelas de terras. Tal conceituação nos serve para mapear como se comportam e quem são esses sujeitos históricos do campo brasileiros.

No entanto, é de fundamental importância também conhecer as suas relações históricas, e de como surgem os movimentos sociais camponeses de lutas. Resumidamente, até os anos de 1940, essas lutas se davam pelo messianismo e Cangaço, cujas lutas de resistência se davam tipicamente na relação do latifúndio se ampliando e se apropriando de terras devolutas. A partir desse ponto, as manifestações e rebeldias, mais específicas, após 1950, se davam na configuração das ligas camponesas e os sindicatos, como forma mais importante das lutas políticas e de resistências.

Colocadas as condições de vida, o recorte teórico abordará o período após 1950, onde os camponeses foram se articulando a fim de atingir seus objetivos enquanto classe. Estes também contaram com a ajuda de terceiros, as primeiras articulações se dão a partir do PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Essas organizações tiveram origem no período conhecido como redemocratização, após a ditadura do presidente Getúlio Vargas. Camponeses e trabalhadores rurais construíram associações civis sob a iniciativa do Partido Comunista Brasileiro, que ficaram conhecidas como Ligas Camponesas, as quais lutavam pelo acesso à terra e contra a exploração do trabalho (OLIVEIRA, 2007).

As ligas camponesas tiveram maior atuação no território nordestino, entre os anos de 1950 e 1960. Uma das figuras mais importantes, foi o advogado e político pernambucano Francisco Julião. Esse movimento trouxe inúmeros benefícios sociais para os camponeses, que até então estavam às margens dos direitos trabalhistas e sindicais.

No entanto, as ligas camponesas foram duramente perseguidas pelos latifundiários, tanto em âmbito nacional como no estado da Paraíba, eram reprimidas, desarticuladas e seus líderes mortos. Um exemplo desses foi o líder camponês líder João Pedro Teixeira que com duro golpe em 1962, foi morto a mando de um usineiro local (ARAÚJO, 2015).

Este momento histórico ocorreu em um contexto de ebulição político-econômico-social, ingredientes para uma possível revolução fundamentada nas ideias socialistas, eram construídas em diferentes frentes brasileiras, e as ligas camponesas tinham papel fundamental em articular camponeses e dessa forma contestar a concentração dos meios de produção e das terras. (ARAÚJO, 2015).

Dessa forma, instaurou-se fortes políticas de repressão contra qualquer princípio de organização social, que seguiu pelas décadas subsequentes a 1964. Fortalecia-se a perseguição policial a partidos políticos, líderes sindicais, músicos com letras que faziam o mínimo de alusão contra os pensamentos recém impostos, artistas, intelectuais, jornalistas. Ou seja, qualquer pessoa que representasse o mínimo de preocupação por parte dos militares devido possuir um posicionamento contrário ao imposto, era veemente perseguido.

Conforme as repressões aumentavam, começaram a aparecer pequenas manifestações de desprezos pelas atrocidades que aconteciam por parte da ditadura militar. As Comunidades Eclesiais Base (CEBs) foram fundamentais nesse processo de retomada da movimentação social em plena ditadura

As CEBs germinaram nas igrejas que procuraram colocar em prática as orientações do Concílio do Vaticano II, animadas por bispos que tomaram posição contra as violações dos direitos humanos e a própria ditadura. Nesse trabalho de base, os bispos tiveram reforço dos agentes pastorais que atuavam na ação católica e em outras iniciativas da educação popular. As CEBs são grupos formados por cristões que, inspirados na leitura comunitária da bíblia, atuam na realidade de sua vida através da organização de diferentes formas de reivindicações, junto com a promoção de iniciativas de trabalho cooperativo e criação de frentes populares que visam conquistar transformações estruturais. É através desse trabalho de organização e conscientização popular que, aos poucos, a questão da terra retornará como questões políticas (POLETTTO 2010, p. 141).

Para Poletto (2010) a igreja contribuiu na discussão sobre o direito de acesso à terra, que de fato, parecia inovador em seus princípios, a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) reconheceu a importância de sua prática e visão crítica em relação à questão agrária. Assim, definiu-se que a propriedade da “terra trabalho” é legítima, pois, seu uso através do trabalho, se coloca a serviço da vida. Em contraposição, a CNBB afirmou que a “terra negócio” serve à especulação e exploração, favorecendo só o proprietário, não cumprindo assim, com sua função social, e por isso é ilegítima (POLETTTO, 2010).

Outra questão que potencializa os conflitos rurais por terra, foi a forma como o governo militar beneficiou vários grandes grupos empresariais, os quais adquiriram nas regiões centro-oeste e norte do Brasil, grandes áreas de terras para supostos projetos de colonização e projetos agropecuários. (FERNANDES, 1996)

Ao passo que tais medidas extremistas vão ganhando força, acentuadas pelo governo do

General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), período de maior repressão política dos 20 anos de ditadura, a igreja católica assume as bandeiras do campesinato brasileiro e as suas lutas por terras. Em 1975, deu-se origem a CPT (Comissão Pastoral da Terra), a qual nasceu não para responder às necessidades da igreja, como era de se esperar, mas para fortalecer a presença da igreja na realidade camponesa. (FERNANDES, 1996).

Esses grupos eram formados pelos conhecidos agentes de pastoral, tendo como missão:

(...) articular, assessorar e dinamizar os que realizavam trabalhos a favor dos camponeses e, mais amplamente, deviam provocar as igrejas locais a assumirem organicamente a causa dos direitos dos camponeses em seu planejamento pastoral. Com isso a CPT se propôs a romper o isolamento dos agentes de pastoral, criando espaços para trocas de experiências, para aprofundar os conhecimentos da realidade, qualificar os trabalhos da Pastoral da terra e refletir sobre os sentidos teológicos desse engajamento na defesa e na promoção dos direitos dos camponeses. Demonstrando corresponder a uma necessidade, foram se multiplicando as Comissões Pastorais da Terra em cada região amazônica e, em seguida, nos demais estados brasileiros. Em 1979, já havia regionais da CPT em praticamente todos os estados do país (FERNANDES, 1996, p. 147).

Nos anos 70, conforme se fortalecem as organizações populares, as ocupações de terras são intensificadas, dando os primeiros passos para criação de movimentos com características de uma organização social.

Neste bojo, começaram a ser construídas as bases para a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os camponeses que aos poucos eram articulados, lideranças progressistas vinham surgindo das massas, estavam cada vez mais organizados.

Essa articulação da CPT foi de fundamental importância para a garantir o surgimento do MST, o que do contrário, leva a pensar nas incertezas quanto à real formação desta organização. A “semente” inicial do MST foi plantada em plena ditadura militar, mais especificamente em 1979 com a ocupação da Fazenda Macali em Ronda Alta - RS. (MORISSAWA, 2001).

Mas para chegar a esse ponto voltamos a 1962, Morissawa (2001) comenta que 5 mil famílias haviam acampado às margens da fazenda Sarandi, essa com 24 mil hectares, articulação feita pelo antigo Movimento dos Agricultores sem Terra (1960-1964) (MASTER). Esse processo desencadeou uma ação do então governo estadual gaúcho Leonel Brizola em 1961, ao qual expropriou antiga fazenda e assentou algumas centenas de famílias, outras milhares foram mais para o norte gaúcho, numa reserva indígena kaingang.

Famílias essas que são expulsas dessa reserva indígena em 1978, dessas 1200 famílias, metade foi transferida para a Amazônia através dos programas de colonização do governo, outro grupo foi assentado perto da fronteira com o Uruguai, mas cerca de 400 famílias sem-terra permaneceram perto da paróquia do Padre Arnildo Fritzen, no pequeno município de Ronda Alta, também no norte gaúcho. Essas famílias moravam em condições precárias e se

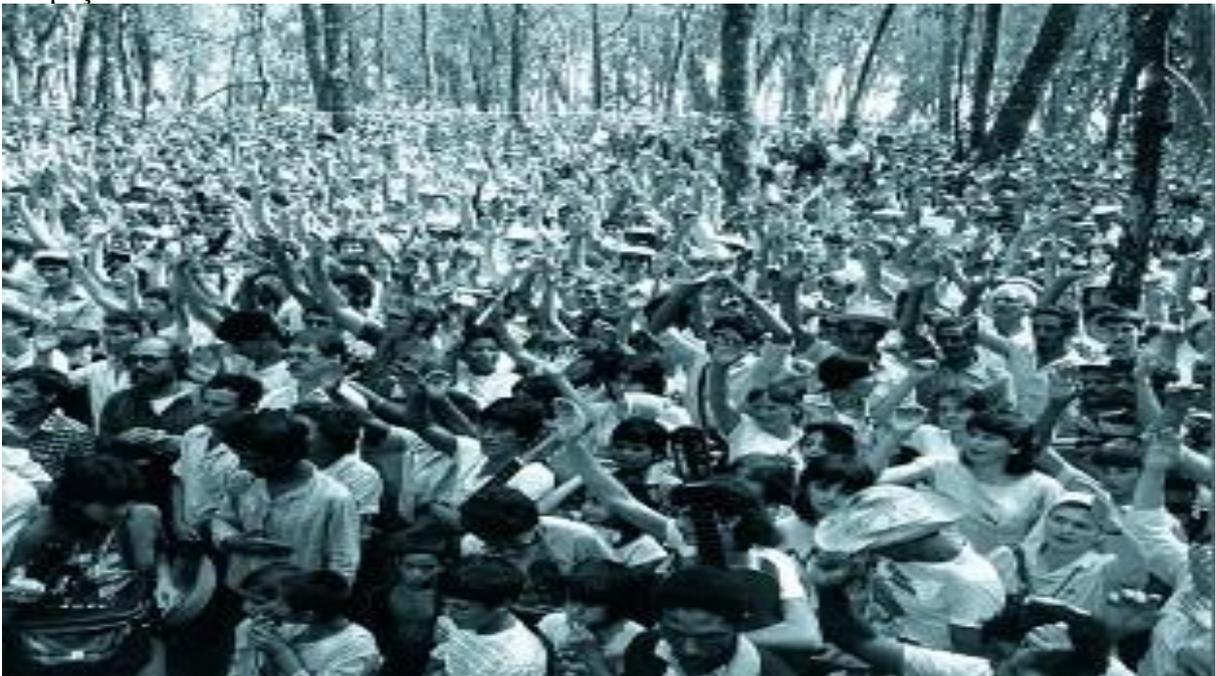
alimentavam como podiam, recebendo ajuda do padre e da paróquia (CARTER 2010).

Tal condicionante foi se dando na realidade daquele momento histórico para a formação do que seria o MST. E no inverno de 1979, padre Arnildo recebe a visita de quatro jovens da capital numa Kombi, esses tinham ouvido falar de um padre progressista no Norte que ajudava camponeses que vinham até ele para pedir ajuda, esses jovens profissionais se dedicam a estudos das questões agrárias, entre eles estava o ativista João Pedro Stédile, que mais tarde viria a ser um dos mais importantes coordenadores desse movimento social. Desse encontro surgiu a articulação de três grandes assembleias com os camponeses sem terra, ao qual foi tirado como encaminhamento, a ocupação da fazenda Macali.

Embarcaram em dois caminhões velhos e seguiram o Fusca do padre Arnildo até a Terra Prometida. Às 2h30 da manhã, eles ocuparam a fazenda Macali. Naquela madrugada estrelada do dia 7 de setembro de 1979, o Dia da Independência do Brasil, os humildes camponeses, os jovens ativistas e o padre progressista -sem imaginar- deram início a organização do principal movimento social da América Latina: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (CARTER 2010, p. 201).

Outro momento que marca o início desse processo é a ocupação da Encruzilhada Natalino em 1981, área próxima a essa primeira de 1979, se tornando assim a ocupação de latifúndios, símbolo de luta e resistência camponesa organizados em movimento social de massas, que desse ponto em diante desencadeiam muitas outras ocupações.

Fotografia 4- Assembleia dos acampados da Fazenda Annoni-1987, período de intensas ocupações.



Fonte: MST, 2021.

Assim estava semeado os primeiros ideais de movimento camponês articulado, com essas

características de luta pela terra e contra o latifúndio brasileiro e por transformações sociais no Brasil. Dessa forma, em 1984, houve um aglutinamento dessas forças, trabalhadores rurais que protagonizam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade se organizaram oficialmente no 1º Encontro nacional em Cascavel no Paraná, surgindo assim o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (MST 2020).

Portanto, entende-se que o MST emergiu das conflitualidades rurais que se intensificaram nos anos 70, este sendo fruto de diversas organizações sociais camponesas e religiosas, sobretudo da CPT e a Teoria da Libertação que surgiu no seu interior. Estes foram os elementos constitutivos do MST, algumas de suas características de lutas e filosofia se devem a essas estruturas em condições adversas dos camponeses sem terras.

Para essa gênese do MST Stédile; Fernandes (1996) colaboram com as seguintes ponderações.

O principal deles (fator de formação do MST) foi o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970. Nessa década, houve um processo de desenvolvimento que José Graziano da Silva denominou de “modernização dolorosa”. Foi o período mais rápido e mais intenso da mecanização da lavoura brasileira[...] A mecanização da lavoura e a introdução de uma agricultura com características mais capitalistas expulsaram do campo, de maneira massiva esses camponeses[...] era uma agricultura que usava intensiva mão de obra e pouca mecanização, e com o advento da mecanização liberou também muita gente, que num primeiro momento, essa massa migrou para as regiões de colonização, especialmente Rondônia, Pará e Mato Grosso nesse período, também foram para regiões periurbanas [...] Do ponto de vista socioeconômico, esses camponeses tiveram as duas portas de saída fechadas, o êxodo para cidades e para fronteiras agrícolas. É essa a base social que gerou o MST, uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como a solução de seus problemas (STÉDILE, FERNANDES, 1996, p. 17).

Desta forma o MST toma corpo e se constrói a partir de articulações sociais nos demais estados do país, se torna movimento social demasiado complexo nas suas estruturas orgânicas internas e forma novos sujeitos sociais, carregados de identidades em seu próprio nome “*Sem Terra*”.

Essa identidade Sem Terra constrói este movimento social carregado de preocupações em diversas frentes para além da luta pela terra, ao longo dos anos vão sendo incorporados debates de temas como igualdade de gênero, LGBTQI, educação do campo, relações internacionais com outros movimentos camponeses, preocupações ambientais, produção e alimentação de base agroecológica entre outros. E para compreensão dessas incorporações nas formas de lutas, pode-se fazer reflexão a partir dos Congressos Nacionais, onde reúne grande parte da militância, e ocorre a cada certos períodos, para reafirmações de lutas, novos desafios, e perspectivas para próximos ciclos.

O Primeiro Congresso Nacional do MST acontece em janeiro de 1985 em Curitiba-PR com 1.600 delegados do Brasil todo, sendo a palavra de ordem foi “Ocupação é a única solução”, mostrando quão importante o caráter dessas ações para as lutas camponesas, onde logo depois só em Santa Catarina 5 mil famílias em 40 municípios ocuparam 18 fazendas, nos anos sucessivos essas ocupações de latifúndio se potencializam pelo restante do Brasil (MORISSAWA, 2001).

O segundo congresso nacional dos Sem-Terra foi em maio de 1990, em Brasília, com participação de 5 mil delegados de 19 estados, esse período foi de forte repressão às lutas sociais no campo e o não avanço da Reforma Agrária (RA), se fez a reafirmação das ocupações de terras e começam surgir elementos e preocupações com a produção de alimentos, as palavras de ordem que orientaram esse período foi “Ocupar, Resistir, Produzir” (MST, 2021a).

O terceiro congresso foi em julho de 1995, com 5.226 delegados de 22 estados, com convidados da América Latina, EUA e Europa, em Brasília, onde o MST percebe que a RA era uma luta para além dos camponeses, se comportava como uma forma de melhorar também a vida de pessoas que vivem no meio urbano, através da alimentação saudável e redução do inchaço das cidades, as palavras de ordem desse período foram “Reforma Agrária, uma luta de todos” (MST, 2021b)

Entremeio o terceiro e quarto congresso nacional se acirram os conflitos agrários, o MST vinha de uma crescente intensificação de lutas a partir de ocupações dos latifúndios, a partir das diretrizes e palavras de ordem dos congressos precedentes. As mortes de trabalhadores rurais sempre aconteceram no rural brasileiro, no entanto em 1996 acontece o maior massacre de trabalhadores rurais sem terra e o mundo volta os olhos para o estado do Pará, agora a denúncia dos assassinatos no meio rural toma a opinião pública, fato que irá desencadear importantes bandeiras de luta do MST nos próximos anos.

Para esse acontecimento Barreira (1999), relata.

Por volta das 16 horas do dia 17 de abril, os trabalhadores rurais foram literalmente cercados por policiais do quartel de Parauapebas, há controvérsias sobre quem atacou primeiro: Os trabalhadores rurais jogaram paus e pedras e os PMs chegaram lançando bombas de gás lacrimogêneo. O resultado, entretanto, foi bem preciso: morrem 19 trabalhadores rurais, com 37 perfurações de bala, e 56 ficaram feridos. Segundo o médico legista Nelson Massini, houve tiros na nuca e na testa, indicando assassinato premeditado de sete vítimas. Ficaram nos corpos dos mortos 17 balas e 12 deles apresentaram cortes profundos com foices e facões, provavelmente instrumentos retirados dos próprios trabalhadores rurais. Um teve a cabeça esfaçalhada (BARREIRA, 1999, p. 138).

Tal massacre ficou marcado na história do MST e do Brasil, e como observado esses conflitos acontecem de forma periódica no rural brasileira. Em dados da CPT, observamos esse

período descrito, na tabela abaixo são sistematizados diversos tipos de agressões físicas aos camponeses, são números que retratam as contínuas agressões e conflitos.

Tabela 10- Violência contra a pessoa 1990-1997.

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Assassinatos	82	54	47	52	47	41	54	30
Tent. Assassinato	90	48	48	37	62	43	71	37
Ameaça de morte	232	173	173	156	212	155	88	92
Presos	27	305	305	272	333	833	198	381
Lesões Corporais	130	91	91	2.048	151	528	220	109
Agredidos	3.348	1.690	1.379	717	998	2.010	124	640
Torturados	25	166	15	85	39	72	12	5

Fonte: CPT, 1997.

Esse massacre em Eldorado dos Carajás gerou protestos em todo território nacional, e o grande ato feito pelo MST foi “a “Marcha Nacional por Reforma Agrária e Justiça”, realizada um ano em 1997 um ano após o massacre, seu objetivo era protestar contra a exclusão social e dar maior visibilidade e legitimidade ao MST, carregando simpatia popular à causa da reforma agrária” (AGUIAR, 2000, p 137).

Essa ação se estendeu por dois meses de caminhada diária, onde camponeses partiram de diferentes estados da federação (São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso), onde passaram a integrar três colunas que formava a Marcha Nacional, cada uma complementando percurso superior a 3.000 km, com chegada em 17 de abril na capital federal, com apoio da população e reunião com o presidente da república Fernando Henrique Cardoso (CHAVES, 2016).

O resultado foi demasiado importante para o MST, e contribuiu com os rumos que este deveria seguir pelos próximos ciclos. Aguiar (2000) coloca que a marcha conseguiu transmitir os fundamentos ideológicos e os propósitos políticos do MST para a sociedade, pode também ser considerada um ritual de longa duração onde houve redimensionamento das relações do movimento social com a sociedade e o estado.

É com esse acúmulo que o MST organiza em agosto de 2000, o seu 4º Congresso Nacional, com mais de 11 mil pessoas vindas do Brasil todo para Brasília, onde a palavra de

ordem era “Por um Brasil sem Latifúndio” MST (2021c). Assim, algumas foram as decisões políticas tiradas desse congresso nacional, sobretudo intensificar ainda mais as ocupações de terras, agora com a estratégia de preparar militantes e constituir brigadas para fazer ocupações de terras massivas e permanentes, e outras pautas que vinham ganhando força, como a alimentação saudável na figura de contrapor os produtos transgênicos (extremamente em pauta na época) (MORISSAWA, 2001).

Tais fatores de intensificação da luta pela terra acontecem pela grande articulação que o MST alcançou nesse período dos anos 2000. O MST contava com atuação em 23 estados, 1,5 milhão de pessoas, 350 mil famílias assentadas e 100 mil vivendo em acampamentos. Foram construídas associações de produção, comercialização e serviços, além de cooperativas associadas e de agroindustrialização. No setor de educação no ano 2000 o MST já contava com 1500 escolas públicas nos assentamentos, 150 mil crianças matriculadas e cerca de 3500 professores em escolas onde se desenvolve uma pedagogia específica para o campo (MST, 2021c).

No entanto, o novo ciclo do MST no decorrer dos anos 2000 vai acirrando disputas com a expansão do modelo agrícola do agronegócio. Assim os próximos congressos vão fazer contraponto a essas novas relações capitalistas na agricultura, sendo o quinto congresso realizado em 2007 com o lema “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular”, e o sexto em fevereiro de 2014 com o lema “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular”, aquele contou com participação de 17,5 mil pessoas, e este com 16 mil pessoas (MST, 2021d).

Nesse último período o MST assume a bandeira da agroecologia, mais especificamente a partir do quarto congresso nacional, esse modo de produção é prática agrícola menos agressiva ao meio ambiente, mas também é colocada para fazer o embate com as relações políticas agrícolas que estavam sendo adotadas pelo estado brasileiro, que por sua vez fomentava uma agricultura de larga escala, fortemente mecanizada, voltada para a exportação e dependente de complexos agroindustriais oligopolizados (BORSATTO, CARMO, 2013).

Dessa forma relatado brevemente a luta pela terra e a formação histórica do MST com os seus ciclos de lutas que o próximo tópico fará abordagem dos assentamentos objetos de pesquisa, entendendo-os como parte desse ciclo maior, assim assegura-se fazer análise a partir desses elementos abordados.

CAPÍTULO 3- A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS NA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se embasa nas ocupações de terras improdutivas e grandes latifúndios no território brasileiro, nessa condição Fernandes (2000) argumenta da importância das ocupações de terras como meio para que esses camponeses desenraizados possam ter acesso a ela, e conseqüentemente se tenha a obtenção dos assentamentos rurais.

Tais assentamentos que o MST almeja sempre levar em consonância com seu programa agrário, sendo esse programa fruto de vários debates e reflexões com a base social pertencente a esse movimento social. Ali no seu programa agrário tem as diretrizes de como essa organização camponesa almeja trabalhar e desenvolver suas ideias no interior de seus assentamentos. Assim, tem-se escrito que o MST “busca mudanças estruturais na forma de usar os bens da natureza, que pertencem a toda sociedade, na organização da produção e nas relações sociais no campo, e contribuir de forma permanente na construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna” (MST, 2014, p. 31).

Porém, tal movimento social camponês surge das contradições do próprio capital, contradições de concentração de terras, de desigualdades sociais que deram origem aos camponeses sem terras, das inúmeras mazelas e condicionantes que o capital causa nesses setores rurais da sociedade brasileira, tendo em vista, a própria formação territorial brasileira.

Nesse sentido, os assentamentos são conquistados à base de muitas lutas, com camponeses articulados em algo maior, num movimento nacional, com vários setores organizacionais e coordenações horizontais dos mais variados modelos, sempre com vozes a todos os camponeses sem terras. Mesmo com todas as condições para o desenvolvimento desses assentamentos, uma vez conquistados, podem se desenvolver como almeja o MST através de seu programa agrário, estes enfrentam dificuldades, e muitas contradições, sendo as questões dos arrendamentos o ponto inicial para outras questões complicadas de desmoronamento de todas essas construções sociais que são cotidianamente buscadas.

Porém, é primordial sempre ter em mente, e aqui faz parte do método materialista histórico-dialético, que a existência camponesa deve ser compreendida no interior da expansão das relações capitalistas de produção, que ocorre de forma desigual, onde por sua vez os camponeses dos assentamentos têm resistido ao projeto de desenvolvimento elaborado pelo MST, por vários fatores que serão debatidos no trabalho (FABRINI, 2002).

Essas relações de produção capitalista forjam elementos que fazem os assentamentos

entrarem em contradições, ideológicas e produtivas, onde esses fatores fazem com que famílias, que passaram anos lutando para conquistar as terras para nelas trabalharem e tirarem seus sustentos, são obrigadas a buscarem rendas de sobrevivência, fora dos lotes, justamente e por uma série de fatores, desde modos de produção do agronegócio brasileiros, passando por falta de políticas públicas e por questões culturais, os quais serão elementos abordados com mais detalhes na pesquisa.

Assim, o desenvolvimento deste trabalho poderá trazer contribuições qualitativas importante para a compreensão da Reforma Agrária na região, pois com as reflexões e maior entendimento sobre as os arrendamentos em áreas de assentamentos, as tomadas de decisões podem ser feitas de forma mais claras, pois conhecer o objeto para além das aparências fenomênicas, entender as relações e contradições que há nesse, em muito ajuda no esclarecimento das reais situações que ali ocorrem.

Para entender melhor como se dá esse processo de luta pela terra e por essas contradições ideológicas e produtivas nos assentamentos, se realizou na quarta rodada de aproximação com a realidade, em maio de 2021, entrevistando pessoas chaves para levantar o histórico dos assentamentos. De onde vieram as famílias, quem era essas, quais processos de lutas passaram, quais os sistemas produtivos tiveram ao longo dos anos, como se deu a organização coletiva em associações, agroindústria e cooperativas, divididas por regiões de assentamentos.

As áreas estudadas foram os assentamentos do município de Lindoeste (Vitória, Verdum e Capão Verde). Em Cascavel (Valmir Mota e Santa Terezinha), e no município de Santa Tereza do Oeste (Olga Benário e Sepé Tiaraju). A seguir mostra-se panorama geral desses assentamentos pesquisados, onde estão por ordem cronológica de criação

Tabela 11- Lista dos assentamentos objetos de estudo, por ordem cronológica de criação.

Nome PA ¹²	Município	Capacidade	N. Famílias assentadas	Área PA (ha)	Data criação PA
PA Vitória	Lindoeste	154	150	2.372,26	18/02/1987
PA Verdum	Lindoeste	16	14	308,94	23/11/1995
PA Capão Verde	Lindoeste	20	19	516,29	04/12/1997
PA Santa	Cascavel	60	41	786,36	19/12/1997

¹² Projeto de Assentamento (PA).

Terezinha					
PA Sepé Tiarajú	Santa Tereza do Oeste	20	20	432,1	25/09/2000
PA Olga Benário	Santa Tereza do Oeste	10	10	89,33	07/01/2005
PA Valmir Mota de Oliveira	Cascavel	84	82	889,5	13/12/2010
Total			336	5.394,78	

Fonte: Painel Incra, 2017, tabela elaborada pelo autor.

Dessa forma, se entende a dimensão do objeto de pesquisa, contudo, de forma alguma é representativo de todos os assentamentos do Paraná. A tabela abaixo mostra a significância desse universo pesquisado quando comparado aos dados dos assentamentos rurais de todo o Paraná em 2017.

Tabela 12- Lista comparativa, total de assentamentos do Paraná com total de Assentamentos pesquisados.

	Números de assentamentos	Famílias assentadas	Área (ha)
Total de assentamentos no Paraná (2017)	329	18.772	429.771,28
Total dos assentamentos pesquisados	7	336	5.394,78

Fonte: Adaptado de PAINEL INCRA (2017).

Assim, quando comparado em porcentagem dos dados pesquisados em relação aos dados estaduais, os oito assentamentos equivalem a apenas 2,43% do montante total de assentamentos no Paraná, para as famílias assentadas pesquisadas esse percentual equivale a 1,89%, e em relação área, apenas 1,41%, ou seja, a região de recorte para a pesquisa, representa apenas parcialmente o que acontece nos demais assentamentos da região do estado. Pois entendesse, que nessa esfera local, de oito assentamentos, esses já são extremamente heterogêneos em si próprios, mas que existem pontos de ligação que os unem.

Para melhor localização geográfica dos assentamentos, estes estão constituídos na região oeste do estado do Paraná. Cascavel é município polo da região, com população estimada em 2020 de 332.333 habitantes, e os dois outros municípios que fazem parte do estudo são

consideradas integrantes da região metropolitana de Cascavel, Santa Tereza do Oeste com população estimada de 10.096 pessoas e Lindoeste com 4.592 habitantes em 2020, (IBGE, 2021).

Assim os próximos tópicos irão detalhar os assentamentos por município, levando em consideração diversos fatores, como origem dessas famílias, históricos de luta, organização social entre outros, para se construir entendimento quem são essas famílias que hoje estão nesses assentamentos.

3.1 AS FAMÍLIAS INSERIDAS NOS ASSENTAMENTOS DE LINDOESTE (VITÓRIA, VERDUM E CAPÃO VERDE).

O levantamento das questões históricas e ciclos de sistemas produtivos, aconteceu a partir de entrevista qualitativa semiestruturada denominada aqui de PARTICIPANTE-74, a qual hoje reside no assentamento Vitória em Lindoeste. A entrevistada relatou como se desenvolveu o processo nos assentamentos Vitória, Verdum e Capão Verde, pesquisa que faz parte da quarta rodada de aproximação com a realidade.

Fotografia 5- Rodadas de aproximação com a realidade.



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (maio de 2021).

Embora a PARTICIPANTE-74 seja moradora do Assentamento Vitória, ela foi importante dirigente regional do MST nesse período, portanto possui os elementos para debater e relatar sobre os demais assentamentos de Lindoeste, Verdum e Capão Verde. Dessa forma, para melhor visualização se tem a imagem do perímetro urbano de Lindoeste com as devidas

marcações dos assentamentos.

Figura 2- Localização dos Assentamentos de Lindoeste, Vitória, Verdum e Capão Verde.



Fonte: Google Earth.

As ocupações desses latifúndios realizadas pelo MST, aconteceram no que hoje é o assentamento Vitória, 31 de julho de 1986, Capão Verde em 12 de novembro de 1996, Verdum 10 de junho de 1990. Todas as ocupações no município de Lindoeste, no oeste paranaense.

Tal perspectiva histórica é fundamental para se compreender como estão as famílias hoje, entender quais foram suas lutas, e como foram construindo suas experiências políticas, acertos e desacertos produtivos nesses anos, pois essa população do oeste paranaense possui origens diferentes, conforme relata Brenneisen (2004).

Para melhor didática, o relato inicia-se pelo acampamento Vitória (1986), pois foi uma das primeiras ocupações do MST na região oeste paranaense na antiga fazenda Vitória. Entende-se que a origem e a forma de organização dos trabalhos práticos desse assentamento são diferentes dos outros dois (Verdum e Capão Verde), pois cada local possui suas peculiaridades, a diferença de tempo entre ocupações também é contribuinte nessas dessemelhanças.

Essa diferenciação do Vitória com os demais assentamentos de Lindoeste foi construído num processo de reflexão com a PARTICIPANTE-74, a qual relata que um ano antes de virem ao Vitória, houve uma grande ocupação desse pessoal, no município de Salto do Lontra, na comunidade Pio X, a qual, foi uma das primeiras ocupações de terra no Paraná. Participaram

desse processo de ocupação 600 famílias, que entraram da noite pro dia, relata a entrevistada.

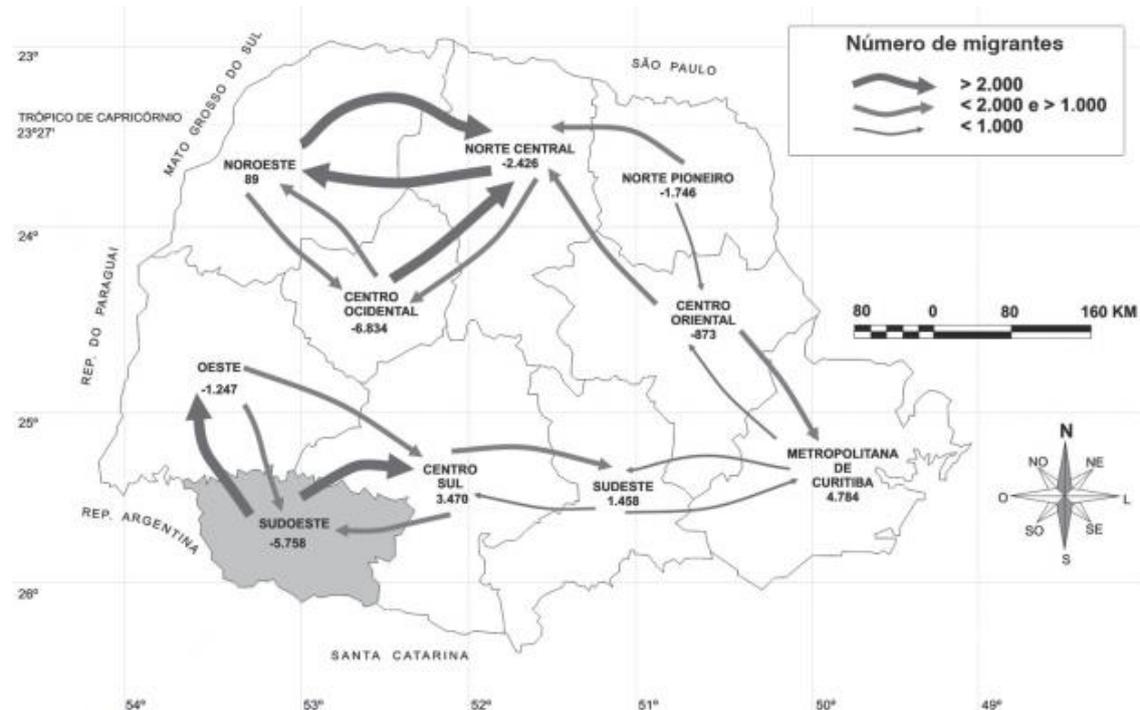
Famílias essas que vieram de Santa Catarina e Rio Grande do Sul como descreve a PARTICIPANTE-74, sendo os seus pais uma dessas famílias. Nesse sentido, houve a situação que nos anos 1940 e 1970 ocorreu forte migração dos chamados caboclos gaúchos e catarinenses para o sudoeste e oeste do Paraná, assim se descreve.

Esses migrantes (tratados genericamente como caboclos) eram, principalmente, antigos ocupantes do espaço das fazendas, peões, agregados, em sua maioria escravos, estancieiros e/ou fazendeiros empobrecidos que, excedentes nesses espaços de latifúndio, deslocaram-se pelas matas em busca de alternativas à sobrevivência, em busca de recursos, terras, ou, numa perspectiva ampla, à procura do território para sua reprodução. Em uma sociedade polarizada e com o trabalho desvalorizado do “nacional”, que era como se configurava o Brasil nesse momento histórico, a alternativa para estes sujeitos foi a procura por territórios (MONDARDO, 2011, p. 106).

Portanto, essas famílias que se acamparam em Salto do Lontra no ano de 1986, são de origem camponesas, tinham na sua concepção mudar de lugar em busca de ambiente para estabelecerem laços de território para sua reprodução. Assim, nas análises feitas, se averiguar que os demais assentamentos pesquisados, as origens das famílias já são de localidades diferentes, famílias de geração, posterior a essa que se acampou nos anos 80, pois são os filhos dessas.

Tal migração é intensa nesse período dos anos 1980, e como observado na entrevista, o Sudoeste foi o grande gargalo por onde passaram esses emigrantes. Assim, na pesquisa teórica se observa o mapa de fluxo migratório, ao qual mostra o oeste paranaense como um dos principais destinos dessas correntes de migração.

Figura 3- Principais fluxos migratórios de origem e destino rurais Estado do Paraná – 1986/1991.



FONTE: IBGE, MONDARDO, 2011.

Este mapa nos mostra que grande parte das famílias camponesas do Oeste, são oriundas do Sudoeste, que por sua vez migraram dos estados mais ao sul do Brasil. Camponesas, com origens e adjetivos já relatados no texto, são formados majoritariamente pelas segundas e terceiras gerações dessas famílias que habitavam os estados do sul.

Outro elemento de fundamental é no que relata o PARTICIPANTE-76, do Assentamento Capão Verde, ao qual vai dando cara para a segunda geração de assentados, esses por meados dos anos 1995 a 2000, “Nasci em Santa Catarina, e fui ao Paraguai, fiquei 18 anos lá, naquele tempo muita gente ia pra lá, por volta dos anos 2000, começou muito fazendeiro entrar lá, e tomar nossas terras, tivemos que voltar ao Brasil, aí viemos nos acampar, veio muita gente de lá naquela época”.

Ainda que essa fala não represente o global de camponeses que se acamparam nesse momento histórico, representa a dimensão de onde provinham algumas dessas famílias, e quais foram suas experiências históricas, tanto políticas como agrícolas. Esse relato chama atenção que as origens dessas famílias são um pouco diferentes daquelas do assentamento Vitória.

Essa entrada de famílias brasiguaias¹³ nos espaços de acampamentos do MST em meados de 2000 é fato importante no contexto histórico do fluxo migratório e, portanto, de

¹³ O termo brasiguaião foi criado em 1985 por um deputado brasileiro quando do retorno ao Brasil do primeiro grupo de brasileiros que viviam no Paraguai e reivindicavam direitos. O nome brasiguaião designava, inicialmente, “brasileiros pobres” que “viviam na agricultura, vítima de duas expulsões, tanto do Brasil como do Paraguai e que não possuíam cidadania paraguaia nem brasileira” (COSTA, 2013, p. 15).

reflexão sobre os temas aqui debatidos.

Esse fluxo se dá pelas seguintes ponderações (COSTA, 2013).

O nome brasiguai retoma também a memória de todo o processo de ocupação de fronteira entre Brasil e Paraguai em que a migração de brasileiros para a região de fronteira constitui a relação entre paraguaios e brasileiros. O processo de migração de brasileiros para o Paraguai iniciou-se a partir dos anos de 1960 com a expansão da fronteira agrícola na Região de Fronteira com o Paraguai no governo de Strossner, que tinha um plano de crescimento econômico por meio do processo agrícola [...], em 1967 o governo paraguaio revogou a lei que proibia a venda de terras para estrangeiros na região da fronteira; entre 1962 e 1965, foi construída a Ponte Internacional da Amizade ligando os dois países; em 1973 foi assinado o Tratado de Itaipu. Foram criados incentivos, como o financiamento da produção agrícola e baixos impostos (COSTA, 2013, p.17).

Assim, com esse grande fluxo migratório de camponeses ao Paraguai, dentre eles de agricultores brasileiros que compraram terras por lá, muitos trabalhadores assalariados do campo, camponeses sem terras que viram certas oportunidades nesses desbravamentos. E também seguiram esse fluxo migratório algumas famílias de brasileiros que tiveram suas terras desapropriadas com a construção da Itaipu Binacional (COSTA, 2013).

Essa última característica mencionada, é relatada pelo PARTICIPANTE-81, do Assentamento Santa Terezinha, “Meu pai tinha um sítio na região da Itaipu, na época dos anos 80, meu pai era um dos atingidos na época, a igreja e sindicato organizaram essas famílias. Algumas famílias foram indenizadas pela Itaipu, outras ficaram as margens¹⁴”.

Para complementação dessa abordagem, ciclo migratório Brasil Paraguai e vice versa, bem como as conflitualidades da construção da barragem do lago de Itaipu, se tem o relato de Melo (2018), que realizou entrevista com assentados do Valmir Mota de Oliveira, falando que muitos dessas famílias camponesas também passaram por esse processo, ou seja, a vinda de camponeses dessa experiência brasiguai começa nos assentamentos por volta dos anos 95 a continuam, a que se verifica até nos últimos assentamentos regularizados, como é o caso do Valmir Mota, de 2014.

“A família de Vaneide não é a única neste assentamento a ter trajetória de vida passagens por vários lugares na busca por uma vida melhor. Em boa parte das histórias dos sujeitos neste capítulo são semelhantes no que se refere à migração entre Brasil e Paraguai, fenômeno histórico experimentado pelos trabalhadores rurais e ex-pequenos proprietários de terra da região oeste desde a década de 1970, pelo menos e não apenas porque é próximo da fronteira. Esta característica fronteiriça da região Oeste tem uma histórica e conflituosa trajetória de trabalhadores [...] Uma história de conflito agrário que se intensifica a partir do processo da construção da usina hidroeétrica Itaipu Binacional, na década de 1970 até os dias atuais, envolvendo sujeitos que formaram vidas e famílias nesse

¹⁴ A construção da Itaipu teve um grande impacto na região oeste, essa construção mexeu irrevogavelmente em mais de 100 mil hectares, atingindo vários municípios da região oeste, totalizando 9 mil famílias desabrigadas. Com um ressarcimento abaixo do valor real das terras no Brasil, muitos sujeitos buscaram terras no Paraguai pelo seu baixo preço (SCHMITT, 2008).

percurso”. (MELO, 2018, p.20).

Assim, no processo de reflexão com os entrevistados nos três assentamentos de Lindoeste, o Vitória, Capão Verde e Verdum, se verifica essas considerações das origens das famílias, em alguns e poucos resquícios se relatam algumas famílias de origem urbanas proletárias, assim nos próximos assentamentos que será levantado os períodos históricos, se abordará tais particularidades dessas famílias.

3.2 AS FAMÍLIAS INSERIDAS NOS ASSENTAMENTOS DE SANTA TEREZA DO OESTE (SEPÉ TIARAJU E OLGA BENÁRIO).

Avançando no tempo e no relato de formalização dos assentamentos pesquisados. Os de Santa Tereza do Oeste foram formalizados nos anos de 2000 (Sepé Tiaraju) e 2004 (Olga Benário). E estão localizados, no oeste do Paraná, há 19,5 km de Cascavel. A figura 4 mostra a localização dos assentamentos analisados em relação a área urbana do município de Santa Tereza.

Figura 4- Localização dos Assentamentos de Santa Tereza do Oeste Olga Benário e Sepé Tiarajú em relação ao perímetro urbano de Santa Tereza do Oeste.



Fonte: Google Earth.

Apontados os locais, cabe salientar novamente, que o texto trata os assentamentos separados por municípios para melhor didática e compreensão em relação às origens dessas famílias assentadas. Essa prática facilita a compreensão das origens camponesas que hoje formam socialmente os locais pesquisados, corroborando assim no objetivo geral do trabalho.

Como relatado no tópico anterior, as primeiras famílias assentadas na região pesquisada, tinham origens majoritariamente camponesas, à medida que demais assentamentos vão surgindo por volta dos anos 2000, se tem a agregação nesse grupo, dos já mencionados camponeses brasileiros, onde possuem práticas/experiências/vivências diferentes daqueles camponeses imigrantes do Sul, em relação ao contato com a terra, ou seja dentro da sua complexidade, carregam outras bagagens de experiência.

No entanto, nos assentamentos surgidos após os anos 2000 em diante, percebeu-se nas rodadas de aproximação com a realidade, mais uma tipologia de famílias que foram aos acampamentos e conseqüentemente algumas foram assentadas nos locais pesquisados.

Essa tipologia de famílias observadas é de origem urbana, difícil é mensurar as suas quantidades ou proporções que compunham tais assentamentos, bem como existem diversas variáveis de características dessas famílias, por exemplo se tem famílias assentadas urbanas, que jamais tinham trabalhado com lavoura.

Verifica-se essa situação com a PARTICIPANTE-78, que participou da pesquisa, e mora no assentamento Olga Benário. Como também é o caso do PARTICIPANTE-1, ao qual faz análise profunda, e descreve diversas famílias, hoje assentadas, onde são típicos exemplos de camponeses expulsos pelo êxodo rural, e que anos depois voltaram ao meio rural através dos acampamentos e assentamentos rurais.

Fotografia 6- Rodadas de aproximação com a realidade.



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (Junho de 2021).

Esse novo grupo de famílias que se junta aos assentamentos da região são heterogêneos em si próprios, do sentido de tratos com a terra, perspectivas de o porquê foram acampar e do

que pretendem no futuro, e na gestão do próprio lote depois de assentados. Essas reflexões vão surgindo ao longo das rodadas de aproximação com a realidade, nos mostra que tais indicativos se comportam nesses assentamentos que recebem essas famílias urbanas.

Com essa característica, é difícil relacionar quais foram as mudanças nesses assentamentos que contém essas especificações de assentados com origens urbanas, em relação àqueles assentamentos antigos que só possuíam famílias camponesas. São vários os fatores que podem desencadear diferenças, uma vez que diversas famílias acamparam apenas como alternativa de fuga da crise do meio urbano, e/ou nas possibilidades de eleição de um governo progressista de cunho carismático para a reforma agrária nos anos 2002.

Tais perspectivas, serão levadas em consideração no capítulo futuro do texto, ao relacionar com as perspectivas históricas produtivas desses assentamentos que se enquadram nesse período histórico, e quais são diferentes em si, por possuírem em seu bojo, famílias com esses elementos urbanos, e quais impactos isso tem no tempo presente nas questões de arrendamentos ou não, nos espaços de assentamentos.

3.3 AS FAMÍLIAS INSERIDAS NOS ASSENTAMENTOS DE CASCAVEL (VALMIR MOTA E SANTA TEREZINHA).

Em terceira etapa, se encontra aqui a análise dos assentamentos de Cascavel, com a perspectiva de se entender de onde e como se dão as origens dessas famílias assentadas no tempo presente, e como já mencionado, num debate futuro no texto, como essa perspectiva histórica pode afetar ou não os meios produtivos e a forma de trabalhar com a terra.

Assim como nas outras duas cidades, tem-se a figura da localização dos dois assentamentos objetos de pesquisa, ao qual mostra o perímetro urbano de Cascavel, seguindo a marca se encontram o Assentamento Valmir Mota de Oliveira e Santa Terezinha, que margeiam a BR 277, sentido Cascavel-Curitiba, oeste-leste.

Figura 5- Localização dos Assentamentos de Cascavel, Santa Terezinha e Valmir Mota em relação ao perímetro urbano de Cascavel.

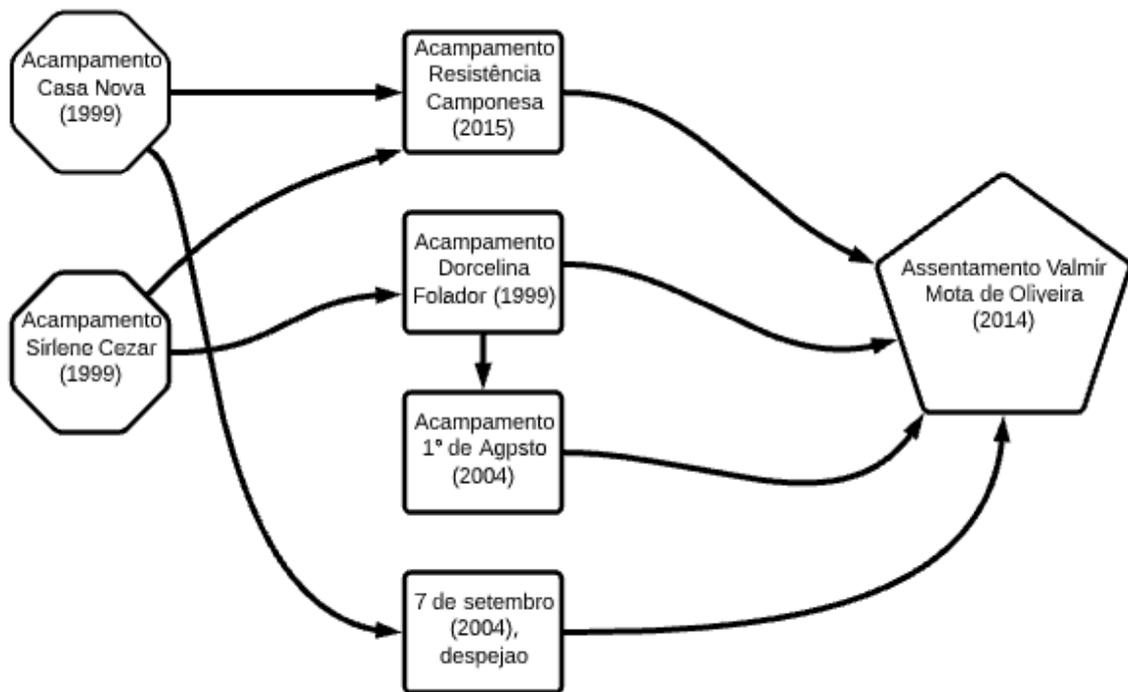


Fonte: Google Earth.

No presente tópico para fins didáticos, será abordado apenas o assentamento Valmir Mota, se observou na pesquisa a campo, que o assentamento Santa Terezinha (1987) possui as mesmas origens debatidas no tópico 4.1, portanto já foi síntese de observação, ao qual carrega as mesmas origens das famílias dos assentamentos mais antigos de Lindoeste.

Para o resgate de onde vieram as famílias do assentamento Valmir Mota, se observa o esquema seguinte, a qual é síntese de dissertação elaborada nesse assentamento, este esquema fez levantamento da história dessas famílias que ali moram.

Diagrama 2- Síntese do fluxo das famílias que hoje estão no Assentamento Valmir Mota de Oliveira.



Fonte: Mello, 2018. Adaptado pelo autor¹⁵.

A construção do Assentamento Valmir Mota é diferente dos demais apresentados no texto, nos demais, as famílias passavam por processo de acampamento não mais que quatro anos, neste as famílias passaram por longo processo de tempo em acampamento, até que fossem assentadas. Observa-se na figura 8, que as famílias vieram de quatro principais acampamentos da região, portanto, uma marcha que levou em média 10 anos de acampamento.

Assim, são famílias com as mesmas características já abordadas, que foram para acampamentos entre os anos 2000 e 2005, por questões de pressões territoriais, entrada de famílias que viviam no Paraguai e voltaram ao Brasil e de famílias das cidades que voltaram ao rural, ou que tinham sua gênese inteiramente urbanas.

Tal perspectiva também é reafirmada pelo PARTICIPANTE-80 que é assentado no Valmir Mota, “Vim do Paraguai, primeiro me acampeei na Dorcelina, depois fomos levados para um novo acampamento, o Primeiro de Agosto”. Assim, neste relato se averigua o longo tempo que as famílias do Valmir Mota ficaram acampadas, todavia esse período foi de maior contato com as lutas travadas para conseguir a conquista do assentamento, são diversas experiências a depender de suas inserções no movimento social.

Esse tempo mais longo em acampamento pode ser fator de diferença no processo de

¹⁵ O acampamento Resistência Camponesa é rebatizado em 2015 com esse nome, mas o acampamento é anterior a esse processo, pois algumas famílias saíram deste espaço para formar o assentamento Valmir Mota em 2014.

arrendamentos em assentamentos? Também pode haver considerações acerca de assentamentos serem mais velhos ou novos de criação? Ou depende de família para família, talvez, são complexos os estímulos, que podem se complementarem para ocorrer maior incidência de arrendamentos em determinados locais.

Mas, fator importante é que os sujeitos podem ter certas diferenças na visão de mundo com essas maiores trajetórias de luta. Vendramini (2005) coloca que a ocupação de um latifúndio em si já é um ato radical e coletivo, e em época de acampamento, a vida cotidiana exige extrema organização, disciplina com regras muito firmes, aprendizado de viver e organizar a vida com outras pessoas, e ainda se organizam em reuniões, setores como saúde, segurança, higiene, educação, e ainda em núcleos, portanto esse tempo é toda uma escola.

Essa complexidade de organização das famílias acampadas, coloca o MST como movimento social criador de um novo sujeito social, construindo camponeses conscientes de suas responsabilidades na mudança da realidade do campo, através da construção de uma identidade sem-terra, que converta famílias camponesas despossuídas em comunidades em lutas, ou seja, em sujeitos coletivos BELO (2012).

Nessa perspectiva de construção de sujeitos é que o Assentamento Valmir Mota pode sair na frente, ou até que ponto, o longo tempo em acampamentos podem surgir famílias preocupadas com as questões pertinentes aos arrendamentos, fato esse que se contrapõem na realidade, pois embora com essas famílias “calejadas” com o processo de luta, o que se observa é a prática frequente de arrendamentos também nesses assentamentos.

Partindo desta análise, em nada se justifica que o contrário é verdadeiro, pois não se pode argumentar o fato de que os demais assentados não tiveram processo de formação do sujeito social por passarem menos tempo em seus respectivos acampamentos até virar assentamento. Esse elemento do tempo se coloca como um condicionante na formação desses esperados sujeitos críticos, mas não o é absoluto, são outros vários fatores que podem contribuir nessa formação, talvez a questão tempo seja central nesse processo, mas não único.

Outro elemento importante na formação desse espaço, foi a construção de um diagnóstico, ao qual o escritor do presente texto participou ativamente das coletas e síntese dos dados no ano de 2020. Os dados apresentados se justificam pelo motivo desses acampamentos pesquisados no diagnóstico (Resistência Camponesa, Primeiro de Agosto e Dorcelina) fazerem parte do processo de constituição do Assentamento Valmir Mota, como se verifica no diagrama 2.

Embora haja essa diferença de tempo, onde famílias saíram desses acampamentos para a formação do assentamento Valmir Mota em 2014, e o diagnóstico foi realizado em 2020,

pode-se extrair informações importantes desse estudo. Pois as famílias que ainda permanecem nesses acampamentos, possuem as mesmas origens dos camponeses que foram assentados no Valmir Mota.

Esse diagnóstico faz análise da origem das famílias ali acampadas, tal abordagem de origem é importante para a reflexão. Observar se essas origens urbanas ou campesinas influenciam no modo dos assentados trabalharem com seus lotes de terra. Assim, a tabela abaixo mostra a origem dessas famílias acampadas.

Tabela 13- Origem urbana ou rural das famílias acampadas no Resistência Camponesa, Dorcelina e Primeiro de Agosto (2020).

Acampamentos	Origem Rural	Origem Urbana
Resistência Camponesa	92%	8%
Dorcelina	81%	19%
Primeiro de Agosto	79%	21%

Fonte: GEOLUTAS, 2020.

Dessa forma se comporta o quadro de mensuração dessas famílias acampadas, importante salientar que tais dados não refletem a realidade do assentamento Valmir Mota, apenas nos serve como norte para o debate, pois como já explicado, esses camponeses acampados são remanescentes dos que saíram e foram assentados. Para maior dimensão a média desses três acampamentos fica em 84% das famílias com origem rural, ou seja, todo aquele quadro de camponeses já relatado, que por pressões territoriais viram como alternativa a luta pela terra. Os outros 16% das famílias têm origem urbana, aqui entrando naquela dimensão das dificuldades e grande trabalho de base feito pelo MST no início dos anos 2000.

Essa mescla de pessoas com origens urbanas e rurais, que tem pôr fim a conquista da terra e nela trabalhar, independente do seu saber ou não de como cultivá-la, se deve a reflexão de que por volta do ano 1996, surgiram vários outros movimento sociais de luta pela terra, sendo que o desemprego gerou demanda crescente principalmente nas pequenas e médias cidades, uma opção importante para os trabalhadores assalariados rurais e urbanos é a luta pela terra, assim é constante a formação de um movimento social no interior do Brasil, e surge desse ponto, certa heterogeneidade nas origens das famílias nesses acampamentos (FERNANDES 2012).

Outro aspecto relevante no processo de formação do Assentamento Valmir Motta se remonta a um aspecto de vários dirigentes do MST ali assentados. São dirigentes regionais, estaduais e nacionais, de frentes de setores da produção e educação desse movimento social,

bem como assentados que passaram por longos períodos de contribuições orgânicas ao MST, também conta com profissionais de algumas áreas e filhos de assentados que possuem alguma formação acadêmica.

3.4 SÍNTESE DOS ASSENTAMENTOS PESQUISADOS NA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE.

Assim colocado sucintamente as questões dos sete assentamentos objeto de pesquisa, separados por tópicos de município onde se encontram localizados. Questões essas descritas que procuraram ir para além das aparências fenomênicas de datas ou localidades, debatendo as origens dessas famílias, como algo importante para a compreensão de como atuam e trabalham nos assentamentos, bem como as de origens rurais e urbanas, processos de acampamentos mais demorados, e famílias de militantes mais inseridos (dirigentes e pessoas com graduação).

Esse complexo de entendimentos e debates fomentam para a pesquisa ir mais a fundo nas percepções da realidade concreta, como o desafio da metodologia do materialismo histórico-dialético. Como síntese do processo e para melhor compreensão, o Quadro a seguir mostra pequeno esboço de classificação por períodos de constituição dos assentamentos, é importante ressaltar que essa “classificação” em nada separa os assentamentos entre si, apenas alguns resquícios e características podem ser diferentes de um ao outro, como se verificou nas entrevistas a campo, ao qual se averiguou a partir da terceira rodada de aproximação com a realidade.

Quadro 1- Classificação por grupo de assentamentos em relação ao período histórico.

Assentamentos	Período Histórico	Algumas características fundantes.
Vitória	1987	Famílias do Sudoeste paranaense.
		Pequenos camponeses de SC e RS.
Verdum, Capão Verde, Sepé Tiaraju	De 1995 a 2000	Famílias do Sudoeste paranaense.
		Famílias da região oeste paranaense.
		Famílias brasiguaias.
		Algumas famílias que moravam na cidade.
Santa Terezinha, Jangadinha,	De 1998 a 2004	Famílias da região.

Olga Benário		Famílias brasiguaias.
		Forte entrada de famílias exclusivamente urbanas. Volta ao rural de famílias que haviam sido expulsas para o urbano.
Valmir Mota	2010	Camponeses vindos de outros acampamentos da região.
		Militantes formados em espaços de luta.
		Processo mais demorado de acampamento.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, colocados esses elementos, observamos que as origens familiares desses assentados são complexas e contraditórias, fato que reflete intensamente nos aspectos da realidade no cotidiano da vida de assentado. Logo suas práticas nesses assentamentos serão, todavia, complexas e contraditórias.

Por esse motivo, necessitamos perpassar por esses aspectos até aqui no texto apresentados, desde como ocorreu a estruturação de uma agricultura moderna conservadora e posteriormente se metamorfoseando no agronegócio com todos seus adjetivos, passando pela conceituação de renda da terra e suas derivações, explorando a ótica da luta pela terra do MST, até a trajetória e caracterização dessas famílias pesquisadas.

Todas essas facetas contribuem para a complexificação da análise sobre arrendamento de terras em áreas de reforma agrária, assegurando-se assim que o debate será feito primeiramente em aspectos de observações gerais. No entanto logo após, e mais destacado, serão discutidos elementos em suas especificidades almejando aprofundar nos diversos componentes que aparecem ao longo da pesquisa. Dessa forma que avançamos ao capítulo posterior, que tem por objetivos fazer esse debate sucinto do geral e seguir com as ponderações das especificidades.

CAPÍTULO 4- OS ASSENTAMENTOS NO OESTE DO PARANÁ E OS ARRENDAMENTOS DE TERRAS.

Dessa forma colocados os assentamentos e as origens desses camponeses assentados em conjunto com as reflexões acerca da expansão do capitalismo no campo brasileiro já descritas no corpo do texto, agora a análise se desenvolve acerca das relações que existem nesses espaços objetos de pesquisa, relação camponês agricultura, e como se coloca essas questões perante o agronegócio que está presente nesses assentamentos.

Para tais debates, em relação aos sistemas produtivos dos assentados da região oeste se propôs fazer análise da primeira aproximação com o objeto de estudo através dos conceitos de forças produtivas utilizados nos escritos de Karl Marx. Para compreender esse processo Germer (2009) coloca que desde o início, o ser humano vive em sociedade, o que implica que seu trabalho é social, uma combinação de trabalhos individuais diferenciados e interligados visando a sobrevivência do coletivo social, isso significa que os indivíduos se relacionam entre si ao trabalhar, e que essas relações recíprocas são as relações de produção, portanto emanam características materiais do processo do trabalho, isso expressa na existência de uma relação entre forças produtivas e as relações sociais de produção.

Ainda em relação às relações de produção Germer (2009) descreve:

As relações de produção que se estabelecem entre os seres humanos na “produção social da sua vida”, são “relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade”. Isso é crucial, pois significa, em primeiro lugar, que a forma das relações de produção independe da intencionalidade dos seres humanos e desenvolve-se espontaneamente, embora eles próprios as produzam ao interagirem sistematicamente no trabalho; e, em segundo, o fato de seu desenvolvimento ser espontâneo não significa que seja aleatório ou arbitrário, mas que se impõem a eles de modo irreversível, embora desconheciam a lei de seu desenvolvimento (GERMER, 2009, p.85).

Dessa forma exposto há compreensões importantes ao termo, a de que o trabalho é fonte material de novos conhecimentos, e esses por sua vez, agem por sobre as forças produtivas, aperfeiçoando-as, dessa forma as forças produtivas se tornam elemento dinâmico no desenvolvimento social ao qual possui fundamentos materialistas importantes. Assim, se observa que o trabalho é elemento fundante das forças produtivas, esse que por sua vez molda a realidade em cada momento histórico, no entanto o desenvolvimento das forças produtivas também se comporta como cumulativo ou progressivo, onde basicamente os modos de produção sucessivos são progressivamente mais avançados em nível de desenvolvimento, aos quais vão revelando níveis mais elevados da produtividade do trabalho (GERMER, 2009).

As forças produtivas são importantes por trazerem esse arcabouço da materialidade, ao

qual se mostra com papel central na construção social de tal período, para corroborar Choen (2010) coloca que as forças produtivas são as próprias edificações e os meios utilizados no processo de produção, ao qual se tem meios de produção de um lado e força trabalho de outro. Onde os meios de produção são os recursos produtivos físicos (ferramentas, maquinaria, matéria-prima, espaço físico etc.) e a força de trabalho inclui não apenas a força física dos produtores, mas também suas habilidades e seu conhecimento técnico.

Assim sendo, Santos (1986) coloca que a análise das forças produtivas acontece na materialidade das situações históricas, mas jamais se deve analisar de forma isolada. Outro elemento é que, embora os princípios das forças produtivas fossem propostos por Marx e Engels, esses autores jamais elaboraram uma lista a ser seguida, como se fossem passos metodológicos.

Porém para melhor distinção, e de forma mais didática, o presente texto fez abordagem com as quatro grandes categorias analíticas propostas por Santos (1968).

a- *A força de trabalho*, sujeito ativo do processo de produção [...] a organização do trabalho é um componente fundamental da evolução da força trabalho, essa por sua vez, aparece como elemento dinâmico, o motor que põe em marcha o desenvolvimento das forças produtivas.

b- *O objeto do trabalho*, sobre o qual atua a força de trabalho para a obtenção do bem material almejado [...] a natureza imediata, a terra, o subsolo, o rio, as matérias primas são algumas das formas que vão assumindo a natureza do objeto de trabalho, um objeto que, pela modificação do processo produtivo, é gradativamente convertido em bens de utilidade, seja de uso direto, seja para o intercâmbio num mercado em contínua expansão.

c- *Os meios de produção* utilizados pela força de trabalho para transformar o objeto de trabalho [...] só através deste que a humanidade poderá transformar radicalmente a sua capacidade de apropriação da natureza [...] evoluíram enormemente, desde pedras, madeira até aplicação de ferro e bronze em ferramentas mais sofisticadas, no tempo presente se tem mecanismos autônomos de produção, máquinas, computação eletrônica entre outros.

d- *Os elementos auxiliares*, tais como energia, as instalações, as matérias-primas auxiliares compõem os outros elementos importantes dos meios de produção, porém, desempenham elas funções auxiliares a despeito do progresso introduzidos na construção civil, nos sistemas de transporte e de comunicação (SANTOS, 1968, p. 45 a 53).

Essas categorias analíticas foram aplicadas na realidade com o ENTREVISTADO-1, ao qual possui grande experiência prática com o objeto de estudo, atuando na articulação e formação dos assentamentos pesquisados desde os anos 1980. Essa foi a primeira rodada de aproximação com a realidade, portanto, foram as primeiras impressões acerca das realidades produtivas nesses assentamentos, esse giro foi fundamental para compreender o objeto de estudo, a partir da reflexão/crítica na experiência material do entrevistado.

Desta reflexão surgiram pontos importantes ao debate, a qual o ENTREVISTADO-1

conseguiu fazer olhares holísticos nos momentos que era indagado e provocado pelo entrevistador, a cada nova síntese do objeto de reflexão, esses novos objetos eram indagados e fazendo assim novos processos de reflexão, como em espiral na construção de novos conhecimentos, visões e críticas.

Esse aporte levava em consideração as quatro categorias de análise propostas por Santos (1968) e relatadas anteriormente, a qual para cada categoria de análise elaborou-se escritas na forma de relatório junto ao ENTREVISTADO-1¹⁶. A partir dessas, foram se materializando no processo, certas diferenciações entre esses assentados a partir de suas ações, ou seja, surge da materialidade, assentados que trabalham com a reprodução social no lote de formas diferentes.

Essa diferenciação entre os assentados pode ser considerada como linha tênue, não sendo capaz de determinar com precisão onde começa ou termina a divisão entre essas diferentes práticas de reprodução nas parcelas de terras. Mas antagonicamente, tende-se a contrariedade entre essas práticas camponesas e as de arrendamentos, sendo que famílias transitam nesse meio termo, ora mais para um lado ora para outro.

No entanto, com o ENTREVISTADO-1 foram observadas três diferenciações claras entre essas práticas agrícolas nos assentamentos. São elas representadas na figura a seguir, é importante também associar as cores ao analisar essas diferenciações. Famílias que plantam ou usam toda a parcela de terra (cor Verde); Famílias que arrendam grande parte da parcela de terra e plantam pouca área para subsistência (cor Rosa); Famílias que arrendam toda a parcela de terra (cor Vermelha)¹⁷.

No entanto é fundamental haver clareza de que existem várias outras formas de esses agricultores estarem explorando suas parcelas de terras no momento, pode ser por sistema de parceria com vizinhos ou parentes, em pousio devido a fatores econômicos e/ou sociais entre outras variações.

Outra percepção que necessita-se esclarecer é de que essas três formas de exploração da parcela de terras por parte das famílias assentadas, não são estagnadas, essas famílias tendencialmente ao longo do tempo migram entre essas formas de exploração, ou seja, em determinado momento histórica determinada família pode estar usufruindo toda sua parcela de terra, em outro momento, devido a diversos fatores, podem estar arrendando toda a terra ou boa

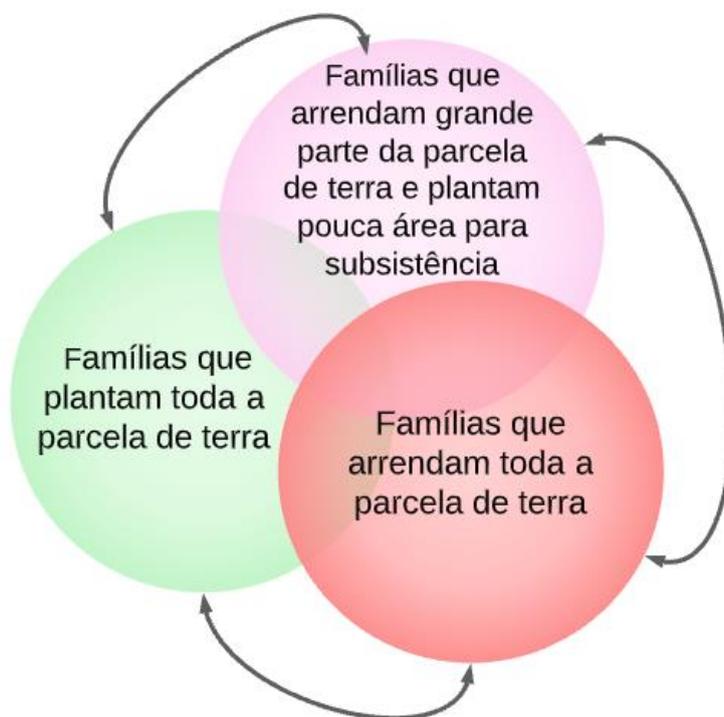
¹⁶ A verificar apêndice “A”. Na coluna as categorias propostas por Santos (1968), na linha, as categorias de agricultores encontrados.

¹⁷ Não foram levantados números quantitativos de quantas famílias fazem parte deste ou daquela forma de exploração da terra por uma série de motivos. A pesquisa se preocupou mais em identificar e caracterizar esses três eixos para posteriormente debatê-los de forma qualitativa.

parte dessa, assim as flechas nos mostram esse movimento de determinada situação a outra situação que pode ocorrer.

Outro elemento dessa análise, pode ser observada pelo fato de estarem em diagrama justapostos, mostrando a situação que essas diferenças existem, no entanto, é uma linha tênue entre o término de uma forma de exploração, para outra forma exploração da terra da terra, ou seja, entre esses três eixos principais, pode haver várias e complexas formas de organização dessas famílias e também de que esses próprios três eixos em algumas situações se entrelaçam.

Diagrama 3- Práticas de exploração das parcelas de terras identificadas nos assentamentos estudados.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa diferenciação dos camponeses é identificada também em outros lugares;

Maria da Conceição Quinteiro observou a mesma coisa em Goiás [...] há uma diferenciação social reconhecida pelos assentados: autotomoclassificam-se em três categorias, quanto a ter dado certo ou não sua participação no programa de reforma-agrária. No assentamento destacam-se três grupos de acordo com o desempenho na atividade agropecuária e com o nível da tecnologia utilizada; a) os bem-sucedidos, os que “deram certo”; b) os bem-sucedidos, mas com dificuldades, que se encontram num patamar intermediário e, c) os que “não deram certo”, que planejam com muita dificuldade. Parece que estes, a maior parte, venderam suas terras, isto é, sua dignidade e autonomia. (MARTINS, 2003, p. 108 e 109).

Tal perspectiva do mundo rural como heterogêneo também é descrita por Macedo

(2006). Assim sendo a materialidade do processo, o mais relevante no tempo presente é o agronegócio que atua de forma a pressionar os camponeses de forma geral, e não apenas aqueles que moram em assentamentos rurais. Alguns conseguem se diferenciar e continuar com suas unidades produtivas, outros vão necessitar usar de artimanhas para a manutenção da vida no campo, como trabalhar em fábricas, arrendar parte das terras, trocar dias de serviço, entre outras formas utilizadas para complementação da renda familiar.

Nesse sentido Shanin (2005) descreve.

Parece dizer que, sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês, em maneiras já parcialmente exploradas por Kautsky. Os camponeses são *marginalizados*, a importância da agricultura camponesa dentro da economia nacional diminui, o crescimento mais lento de sua produção torna-a atrasada. O mesmo pode estar acontecendo com a posição dos camponeses dentro da “nação”. Eles servem ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto, um tipo de “acumulação primitiva” permanente, oferecendo mão-de-obra barata, alimentação barata e mercados para bens que geram lucros (SHANIN, 2015, p. 9).

Nesta perspectiva os assentamentos se comportam como espaços de conflitualidades, porque o MST é movimento de destruição e recriação de relações sociais, de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato, essas conflitualidades é processo de enfrentamento constante que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista (FERNANDES, 2004).

Ainda nessas relações capitalistas e camponeses, Lenin (1982) coloca que esses dois sistemas, o das relações campesinas, e o de relações capitalistas na realidade se entrelaçam da forma mais variada e bizarra, e é perfeitamente natural que combinações de sistemas tão heterogêneos e mesmo opostos resultem na prática, numa série de contradições e conflitos profundos e complexos, que pode ocasionar na ruína de muitos proprietários camponeses.

Esses conflitos são vistos também no que relata o ENTREVISTADO-81, “O assentamento tem cerca de 60 famílias, e 40 lotes, mais de 50% sai trabalhar fora. Aqui tem uns 17 tratores vieiros, o pessoal se empolgou em plantar e arrendar dos vizinhos que não conseguem plantar”.

Portanto, dentro da contradição camponês/agronegócio a diferenciação entre os próprios camponeses é intrínseco ao processo, alguns irão "resistir" através de artimanhas perante as forças das relações capitalistas, outros serão obrigados, alguns coagidos a desenvolverem agriculturas tipicamente do agronegócio.

Assim foram colocados os elementos dessa diferenciação entre essas famílias que arrendam toda a parcela de terra, das famílias que arrendam grande parte e plantam pouca área de subsistência, das outras famílias que plantam toda a parcela de terra como exposto na figura anteriormente.

E para avançar, é importante levar em consideração a dialética. Dessa forma, a dialética como apresentada na metodologia deste trabalho, está constantemente nas abordagens reflexivas do presente trabalho, pois leva-se em consideração toda sua complexidade e contradição do objeto observado que aqui se comporta nessas três distinções de famílias com a exploração de suas terras. E para se aprofundar na dialética e o comportamento complexo dessas análises, retomaremos as ponderações feitas na metodologia acerca de dialética.

Retoma-se Friederich Engels, que trabalhou acerca da “dialética da natureza” e chegou à conclusão de três leis gerais da dialética.

Sendo a primeira, ao fato de que ao mudarem, as coisas não mudam sempre no mesmo ritmo, o processo de transformação por meio do qual elas existem passa por períodos lentos (nos quais se sucedem pequenas alterações quantitativas) e por períodos de aceleração (que precipitam alterações qualitativas, isto é, “saltos”, modificações radicais).

A segunda lei é aquela que nos lembra que tudo tem a ver com tudo, os diversos aspectos da realidade se entrelaçam e, em diferentes níveis, dependem uns dos outros, de modo que as coisas não podem ser compreendidas isoladamente, uma por uma, sem levarmos em conta a conexão que cada uma delas mantém com coisas diferentes. Conforme as conexões (quer dizer, conforme o contexto em que ela esteja situada), prevalece, na coisa, um lado ou o outro da sua realidade (que é intrinsecamente contraditória). Os dois lados se opõem e, no entanto, constituem uma unidade (e por isso essa lei já foi também chamada de unidade e luta dos contrários).

A terceira lei dá conta do fato de que o movimento geral da realidade faz sentido, quer dizer, não é absurdo, não se esgota em contradições irracionais, ininteligíveis, nem se perde na eterna repetição do conflito entre teses e antíteses, entre afirmações e negações. A afirmação engendra necessariamente a sua negação, porém a negação não prevalece como tal: tanto a afirmação como a negação são superadas e o que acaba por prevalecer é uma síntese, é a negação da negação (KONDER, 2008, p. 56).

Esses três elementos colocados por Engels ao tema dialético são imprescindível manter sempre presente nos debates e aos quais virão pelos próximos tópicos. Essa primeira lei de movimento e mudança na dialética é observada na realidade com essas famílias transitando em arrendar parte da parcela do lote ou todo ele, ou em alguns momentos fazendo uso (plantio) de toda essa terra.

Na segunda lei da dialética proposta por Engels, observamos que esse entrelaçamentos dos objetos, essas conexões entre elas em diferentes níveis, nos remetem a aferir que essas famílias, embora nesse momento fazem usos distintos de suas terras, possuem muitas semelhanças, de práticas camponesas, movimentos sociais, origens, meios de trabalho com a

terra, atuação do agronegócio entre outras situações, ou seja, necessariamente precisa-se levar em consideração as unidade do todo, os retalhos e as suas interconexões que formam a colcha maior de retalhos.

E em perspectiva da última lei da dialética proposta por Engels, é importante ficar claro que o movimento e o todo da realidade não se esgotam em contradições que parecem ser estranhas. São apenas resultados da afirmação e negação, possuindo como resultado a síntese, a negação da negação. Ou seja, ao levarmos em consideração esse movimento e mudança que essas famílias sofrem (afirmação) com as especificidades dessas famílias (negação), poderemos nos aproximar do real concreto (síntese), das considerações acerca da realidade como ela é no momento de análise. Nos aproximamos assim da síntese, a negação da negação.

Desta forma, para fazer observações em busca dessa síntese, o texto nos próximos tópicos irá debater as especificidades dessas três diferenciações observadas na realidade, ao qual obviamente levará em consideração as ponderações já sinalizadas, e almejando aprofundar o debate acerca dessas.

4.1 FAMÍLIAS QUE PLANTAM TODA A PARCELA DE TERRA.

Antes de iniciarmos as ponderações das especificidades dessas três formas de exploração da terra, é importante mencionar que para corroborar nessas análises, foi empregado a técnica de Análise Diagnósticos dos Sistemas Agrários (ADSA), ao qual trazem exemplos concretos das categorias estudadas, salienta-se que esses diagnósticos não são representativos, são inerentes ao que acontece com aquele grupo de famílias, pelo fato de terem sido realizados dois diagnósticos em cada uma dessas três categorias (não arrendamentos, arrendamento de quase toda terra, arrendamento de toda a terra).

Esses diagnósticos, segundo Miguel (2014), são realizados junto às Unidades de Produção Agrícola (UPAs), sendo por definição, estudo descritivo das parcelas de terras. Também são abordados temas pertinentes às questões e métodos agrícolas, medidas quantitativas de produção, animais e maquinários. Outra dimensão para a compreensão é que as UPAs são objetos complexos, assim tem-se o movimento das abordagens sistêmicas, que além de compreender as questões de produção, se busca observar outras funções combinadas, como a comercialização, serviços, conversão do espaços entre outros elementos (MIGUEL, 2010).

Isto posto, agora partiremos em primeira análise, caracterizando aquelas famílias identificadas que conseguem realizar o plantio ou uso de toda a parcela de terra, ou seja, que não fazem uso de arrendamentos de suas terras para terceiros. Também como já abordado, vale

frisar que algumas práticas que são descritas para esse grupo de famílias, podem muito bem ser usadas também pelas outras duas identificações analisadas (famílias que arrendam parte e plantam parte da terra, e aquelas que arrendam todo o lote).

Assim a partir das rodadas de aproximação com a realidade, um elemento observado foi a experiência no trabalho com agricultura, pois como construído em seus históricos de origem no capítulo anterior, grande parte desses assentados são provenientes do rural, constituem-se com culturas camponesas (ver quadro síntese do item 5,4), ou seja, sabem trabalhar com a terra, herdaram de seus antepassados saberes milenares que são colocados nas práticas em suas parcelas de lotes.

Práticas camponesas, as quais são amplamente trabalhadas por esses agricultores que plantam toda a parcela de terra, se verifica que possuem em comum essa subjetividade de primeiramente produzir alimento para sua família, e somente depois comercializar o excedente. Essa afirmação verifica-se no ENTREVISTADO-77, “Me organizo para ter o que comer de autoconsumo, queijo, feijão, mandioca, batata, galinha, carne. Aqui em casa produzimos de tudo, nós já pensamos em produzir alimento, mas também me organizo para ter minha plantação e ganhar dinheiro”.

Essa concepção camponesa centralizada primeiro na alimentação familiar é observada em Shanin (2005) ao qual coloca que os controles dos próprios meios de produção são feitos por esses camponeses, bem como a economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional.

Ainda nessa análise, esses camponeses conseguem se planejar com o trabalho agrícola produtivo a médio e longo prazo, ou seja, com esse planejamento conseguem elaborar sistemas produtivos e ter produção o ano todo, constroem mercados de onde conseguem comercializar seus produtos. Esse fator em muito corrobora com a luta camponesa pela autonomia perante as relações capitalistas, assim constrói alternativas potenciais, as quais são alternativas ao modo agronegócio de cultivar a terra (STACCIARINI, RODRIGUES, 2015).

Essa primazia camponesa do consumo¹⁸ está no cerne da concepção de mundo dessas famílias, pois mais adversos que sejam os obstáculos, irão buscar seguir por essa lógica de vida e produção com sua parcela de terra com todas suas forças, na impossibilidade dessa manutenção, buscarão meios de manter essas práticas, como os arrendamentos de terras.

Observa-se também que nessas famílias observadas existe a características de algumas

¹⁸ Entende-se que consumo se refere a produção camponesa de alimentação familiar, mas também que essa produção irá sofrer troca de mercadorias simples para a manutenção familiar, como por exemplo ferramentas para serem usadas na propriedade, roupas para todos da família etc.

dessas famílias possuírem implementos de trabalho, como micro tratores, sistema de irrigação, ou até pequenas agroindústrias de beneficiamento (de mandioca, abóbora, melado) além de fazerem uso constante de maquinários coletivos, como trator e implementos que existem nas associações dos assentamentos. Ploeg (2009) coloca que essa característica de investimentos é elementar nas relações camponesas de produção, em que a produtividade e o progresso futuro dependem criticamente dessa quantidade e qualidade de instrumentos de trabalho.

Outro elemento diferencial para essas famílias que usam todas suas terras está no fato de possuírem forte atuação nos mercados institucionais através da Cooperativa COPCRAF a qual é organizada pelos próprios camponeses que moram nesses assentamentos objeto de estudo. Essa cooperativa em 2019 contava com cem sócios distribuídos em nove assentamentos da região oeste paranaense, e em 2018 comercializou 90 toneladas de alimentos vindos desses assentamentos através do Programa de Alimentação Escolar (PNAE) (SOUZA, 2019).

Essa organização da cooperativa e atuação desses camponeses que usam toda sua terra pode ser observada nos diagnósticos através da ampla produção de alimentos como hortaliças de modo geral, mandioca, batata doce entre outras plantações. Pode ser observado também na fala do ENTREVISTADO-2, “Os PNAE, PAA, a produção de sementes crioulas, e feiras, nos ajudam na contraofensiva perante o agronegócio”.

Nessa perspectiva, esses camponeses também constroem mercados com as suas articulações e experiências, muitos atuam nos processos de feira, de cestas agroecológicas organizadas por aplicativos de conversa, venda porta a porta entre outros mecanismos. Assim vão se reinventando na busca da autonomia, e se aplica ainda no que relata o ENTREVISTADO-2 “os programas institucionais são nossa realidade cotidiana materializada na luta contra a ofensiva do agronegócio, temos a produção de alimentos como contraponto para os arrendamentos e as titulações”.

Assim essas condições ajudam na diversificação e produção nessas terras, os locais onde comercializar esses alimentos se mostram relevantes para a manutenção econômica dessas famílias camponesas, ou seja, se revela eficaz a produção de consumo familiar bem como para venda seguida de entrada de dinheiro para outras demandas que a família necessita e conseqüentemente bens de consumo, lazer e cultura.

Uma vez que essas famílias conseguem entradas econômicas para manutenção dessas outras demandas da vida para além da alimentação, se pode observar que esses camponeses possuem diversidade produtiva, havendo dessa maneira equilíbrio alimentar e deixando de gastar em supermercados da região.

A seguir se expõe foto de típico agricultor que produz em todo seu lote, localizado no

assentamento Valmir Mota em Cascavel-PR. Identifica-se na imagem a produção diversificada, demonstrando uma paisagem heterogênea até próximo a residência familiar.

Fotografia 7- Típica Unidade Familiar que planta toda a parcela de terra. Abril de 2022.



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (abril de 2022).

Essas análises aqui apresentadas surgem de todas as rodadas de aproximação com a realidade, as demais ponderações a seguir no texto também são objetos dessas reflexões desde o concreto real. E para aprofundarmos nos debates, apresenta-se os diagnósticos da unidade produtiva das duas famílias que fazem uso de todas as suas terras, as quais são descritas como exemplos dessa categoria.

Tabela 14- Diagnóstico da família ENTREVISTADO-82, produção em 12 meses.

Distribuição das terras do estabelecimento			
Lavouras temporárias			7,3000
Forageiras para corte			3,1000
Pastagens plantadas em boas condições			1,2000
Tanques, lagos, açudes.			0,1000
Construções, benfeitorias, caminhos.			0,3000
		Total	12,0000
Máquinas	Quantidade	Valor	
tratores	1	R\$	38.000,00
Equipamentos tratores	1	R\$	10.000,00
Animais	Quantidade	Valor	
Bovinos	22		R\$30.700,00
Suínos	21		R\$2.600,00
Avicultura	180		R\$2.800,00
Psicultura	500		R\$1.500,00
Composição Anual das receitas	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor total
Leite	16.200 L	1,25	R\$20.250,00
Soja	80 kg	71,00	R\$5.680,00
Hortaliças	600 kg	4,00	R\$2.400,00
Mandioca	1.000 kg	3,50	R\$3.500,00
Batata doce	1.000 kg	2,50	R\$2.500,00
Hortaliças consumo Familiar	100 kg	4,00	R\$400,00
Mandioca consumo Familiar	200 kg	3,50	R\$700,00
Batata doce consumo Familiar	50 kg	2,50	R\$125,00
Carne consumo Familiar	250 kg	10,00	R\$2.500,00
		Total	R\$38.055,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 15- Diagnóstico da família ENTREVISTADO-83, produção em 12 meses.

Distribuição das terras na propriedade		Hectares	
Lavouras permanentes		1,0000	
Lavouras temporárias		3,0000	
Forageiras para corte		0,2000	
Pastagens naturais (pastos não plantados)		2,5000	
Construções, benfeitorias, caminhos.		0,6000	
Total		7,3000	
Máquinas	Quantidade	Valor	
Girico	1	R\$ 10.000,00	
Animais	Quantidade	Valor	
Bovinocultura	16	R\$20.000,00	
Suínocultura	3	R\$1.500,00	
Avicultura	250	R\$1.050,00	
Animais de tração	1	R\$1.000,00	
Composição anual de receitas	Quantidade	Valor Unitário(R\$)	Valor
Leite	1.2000 L	1,27	R\$15.240,00
Hortaliças	2.000 kg	4,00	R\$8.000,00
Milho verde	500 kg	3,50	R\$1.750,00
Feijão consumo Familiar	120 kg	6,00	R\$720,00
Mandioca consumo Familiar	3.000 kg	4,00	R\$12.000,00
Milho consumo Familiar	600 kg	3,00	R\$1.800,00
Total		R\$39.510,00	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observando essas famílias, dos diagnósticos apresentados, verifica-se que ao final são somados os alimentos comercializados e de consumo familiar. E que a família ENTREVISTADO-82 possui 7,3 hectares, e o ENTREVISTADO-83 possui 12 hectares de terra. E o que tange a parte animal temos 22 bovinos, 21 suínos, 180 aves e 500 peixes em uma família. Na outra família, 22 bovinos, 21 suínos e 180 aves. Essa grande quantidade animal, como segue a lógica camponesa, primeiramente será para consumo familiar, assim tem-se a qualidade alimentar dessas famílias que plantam não arrendam suas terras.

Ao que concerne à parte vegetal dessas famílias, se observa a mesma lógica, diversidade de produções, e quantidades consideráveis de vegetais. Nas duas unidades de produção das famílias descritas como exemplos na tabela acima, tem-se 16.200 litros de leite e pouco mais de três toneladas de alimentos entre hortaliças, mandioca, batata-doce e soja. Em outra família 1.200 litros de leite, 2.200 kg de hortaliças, 500 kg de milho verde, 120 kg de feijão, 3.000 kg de mandioca¹⁹ e 500 kg de milho.

¹⁹ Alguns dados de produção se referem também para a alimentação animal, como esse exemplo no diagnóstico

Essa diversidade produtiva se mostra interessante de visualizar e debater quando mais a frente do texto mostrarmos os mesmos dados de produção referente as outras duas categorias, os que arrendam parte e plantam parte e os que arrendam toda a parcela produtiva. Nesse momento iremos observar que essa produção é tendencial nas práticas de não arrendamentos.

Ao avançarmos na reflexão, e observamos as questões econômicas, obviamente não contabilizamos a renda da terra nessa primeira análise. E serão apresentadas quantidades financeiras de 12 meses, levando em consideração a sua forma bruta, ou seja, sem descontar todos os gastos para a produção desse mesmo valor.

Ao estimarmos o valor bruto dos animais que compõem os dois exemplos de propriedade que caracterizam essas famílias. Temos a primeira família, ENTREVISTADO-82, somando valor bruto (caso fossem todos comercializados) de R\$37.600,00 em animais na propriedade, sendo estes tanto para recria quanto para consumo e venda. E na outra propriedade, ENTREVISTADO-83 tida como exemplo, temos somado valor bruto de R\$23.550,00.

Quando observamos as relações econômicas na perspectiva vegetal com toda essa diversidade, e levando em conta o consumo e itens comercializados. Tem-se a unidade produtiva ENTREVISTADO-82 com R\$ 38.055,00 e ENTREVISTADO-84 com R\$ 39.510,00. Assim, ao somar essas duas rendas provenientes da terra observamos as sínteses.

Tabela 16- Síntese dos diagnósticos aplicados.

Famílias que plantam toda a terra								
	Animais (I)	Vegetais (II)	Trabalho externo (III)	Aposentadoria (IV)	Arrenda(V)	TOTAL (X)= (I+II+III+IV+V)	Hectares da parcela (Y)	Equivalente a um ha=(X/Y)
ENTREVISTADO-82	R\$ 37.600,00	R\$ 38.055,00	NC	NC	NC	R\$ 75.655,00	12	R\$ 6.304,58
ENTREVISTADO-83	R\$ 23.550,00	R\$ 39.510,00	NC	NC	NC	R\$ 63.060,00	7,3	R\$ 8.638,36

Fonte: Elaborado pelo autor. NC=Não consta.

É importante observar nesta síntese a coluna relacionada ao equivalente a um hectare, sendo que foram somadas os ditos capitais fixos (animais) e o capital circulante (vegetais) como demonstrado anteriormente no subtópico “A terra como ativo financeiro, 3.2.2”. Em outra perspectiva, ao se retirar o capital fixo (animais) e fazer o capital circulante diluído em um ano, obteremos os resultados apresentados apurados abaixo referente a um mês, ou seja, seria esse montante econômico que as famílias que plantam todo a parcela de terra obtêm através da sua produção, se atentando que esses valores são computados consumo e comercialização.

Tabela 17- Síntese dos diagnósticos aplicados.

de 3.000 kg de mandioca para consumo familiar.

Famílias que plantam toda a terra									
	Animais (I)	Vegetais (II)	Trabalho externo (III)	Aposentadoria (IV)	Arrenda(V)	TOTAL (X)= (I+II+III+IV+V)	Hectares da parcela (Y)	Equivalente a um ha=(X/Y)	Renda capital circulante referente a um mês=(X/12)
ENTREVISTADO-82	✘	R\$ 38.055,00	NC	NC	NC	R\$ 38.055,00	12	R\$ 3.171,25	R\$ 3.171,25
ENTREVISTADO-83	✘	R\$ 39.510,00	NC	NC	NC	R\$ 39.510,00	7,3	R\$ 5.412,33	R\$ 3.292,50

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim constatado dois exemplos de famílias que plantam toda a parcela de terra, nota-se as entradas econômicas da família juntamente com seu consumo são valores considerados bons quando comparados aos salários base do estado do Paraná em 2021 que giravam em torno de mil e quatrocentos a mil e seiscentos reais.

E novamente retoma-se que essas situações são complexas e contraditórias, esses dois diagnósticos não representam o todo desses agricultores que plantam toda sua parcela de terra. Encontra-se, exemplo de agricultores que plantam todas suas parcelas aos quais não foram analisados aqui, devido ao recorte do objeto. Esses usam da lógica da monocultura do agronegócio, ou seja, fazem uso de suas terras, mas essas entradas econômicas dizem respeito apenas às *commodities* que são ali produzidas e comercializadas uma vez ao ano.

Também se observam agricultores que plantam toda sua parcela de terra na forma de monocultura e ainda trabalham fora da propriedade para complementar a renda familiar, ou aquelas famílias que plantam tudo e não possuem produção de subsistência e nem trabalham fora da propriedade, mostra-se assim esse emaranhado do real concreto.

Assim, para as ponderações finais desta análise, pode-se presumir que em certas ocasiões, não arrendamentos em áreas de assentamento se assemelham às estratégias camponesas de vida, pois ao observar fortes práticas dessas atividades, nota-se tendencialmente menores as práticas de arrendamentos.

4.2 FAMÍLIAS QUE ARRENDAM GRANDE PARTE DA PARCELA DE TERRA E PLANTAM POUCA ÁREA PARA CONSUMO.

Nessa segunda análise da diferenciação das famílias, a principal característica é que esses arrendam boa parte de suas parcelas de terras e plantam pouca área para consumo familiar. Novamente a complexidade do debate nos exige recorte do objeto pesquisado, pois famílias podem atuar dessa forma descrita, e fazerem outras atividades em paralelo, como estudar, viajar, ficar ociosos ou fato que mais acontece, o de trabalharem fora da propriedade de modo informal ou assalariado.

Desta forma, a pesquisa se debruça em torno daquelas famílias que possuem as

características descritas no título do subtópico levando em consideração aquelas famílias que trabalham fora da unidade produtiva. Sendo assim, são várias as características que diferenciam essa forma de trabalhar com a terra em comparação com a descrita anteriormente.

O primeiro reflexo dessas novas formas de trabalhar com a terra está na diminuição na diversidade e quantidade de alimentos que a família irá retirar da parcela de terra. Pois nessas realidades grande parte da parcela de terras são ocupadas por arrendatários, aos quais retiram do solo *commodities* e sua fertilidade natural.

No entanto nota-se que existe a contradição nesses agricultores, pois mesmo usando dos arrendamentos, e trabalhando nas fábricas da cidade ou fazendo diárias para fora da propriedade, esses agricultores cultivam parte de suas terras com produção para consumo familiar e às vezes até para comercializar. Tal conjunção é verificada no ENTREVISTADO-77 “Por que não consigo ganhar dinheiro? Não conseguimos fazer dinheiro na propriedade, sobrevivemos porque fazemos algumas diárias, e plantamos o que comer”.

Dessa forma, analisou-se que a incapacidade do Estado operar e realizar assentamentos de forma adequada, que dê condições a essas famílias produzirem e sobreviverem é item chave na compreensão dessas buscas por fontes econômicas externas a produção. Esse fato averigua-se na compreensão da ENTREVISTADO-3, “Não houve condicionantes para produzir, o INCRA demorou muito para dar viabilidade às famílias”.

O ENTREVISTADO-79 usa do mesmo raciocínio, “O INCRA possui o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), e dá ao assentado o Contrato de Concessão de Uso (CCU) que tem validade de dez anos, então tecnicamente é o tempo que o INCRA deveria desenvolver o assentamento conforme as diretrizes do PDA, passado esse tempo o INCRA não consegue desenvolver esses assentamentos”.

Essas considerações nos ajudam a compor o quadro regional dos assentamentos, aos quais efetivamente são constituídos de forma inadequada, e incompleta, com sérias dificuldades de infraestruturas, mas também de articulação com aspectos produtivos e comercialização dessas produções. O resultado destes assentamentos inconclusos são as dificuldades da manutenção da vida campesina nestes territórios.

Outra ponderação surge da terceira rodada de aproximação com a realidade, síntese das reflexões dos diagnósticos aplicados ENTREVISTADOS-5 a 73, ao qual segue a mesma lógica, a reforma agrária realizada de forma inadequada, sem gerar condições de sobrevivência acarretará tendencialmente nos arrendamentos, pois na incapacidade produtiva as famílias buscarão meios de sobrevivência. O ENTREVISTADO-2 afirma a mesma tendência, “A morosidade do Estado em formular assentamentos, essa lentidão, faz com que as famílias

fiquem desprovidas, acarretando os arrendamentos ou comercialização de lotes”.

Para esse elemento da ineficácia da reforma agrária realizada pelo Estado, Girardi; Fernandes (2008) colocam que a reforma agrária é socialmente justificável e indispensável, e que os assentamentos significam uma nova etapa da luta, ainda é necessário conquistar condições de vida e produção na terra, resistir e lutar por um outro tipo que permita o estabelecimento estável da agricultura camponesa, e que esses assentamentos possuem diversas dificuldades para alicerçar esse estabelecimento da agricultura camponesa por que as políticas de assentamentos rurais se constitui em reforma agrária conservadora.

Esse conjunto de elementos se observa na realidade em diversos aspectos, no assentamento Vitória com a falta de água potável para consumo familiar e estradas, no assentamento Valmir Mota a falta em alguns pontos de estradas adequadas para dias chuvosos e a falta de água potável para as famílias, entre outras adversidades que deveriam estar já inclusos nos projetos de assentamentos no momento de sua implantação.

Assim o debate da ineficácia da reforma agrária é basilar na compreensão dos arrendamentos, e para avançar no debate, se observou que essas famílias descritas com as características de arrendamento em parte de suas terras e que plantam pequena parte de suas áreas, possuem poucos instrumentos de trabalho para a agricultura.

Essa dimensão da falta de maquinários se expressa em vários outros elementos, pode ser observado a troca de serviços com quem possui maquinários. Como é o caso do ENTREVISTADO-76, ao qual é assentado no Vitória e sua parcela de terra é declivosa e com muitas pedras, dificultando assim o trabalho na propriedade. Este agricultor arrenda parte de suas terras de melhores condições, essa renda dinheiro que o arrendatário lhe pagaria o ENTREVISTADO-76 recebe em horas de serviço trator. Dessa forma ele consegue fazer, puxar e socar silagem de milho com essas horas máquinas, retira pedras de seu lote para melhorar a mecanização dele, entre outras tarefas que podem ser realizadas.

Outra perspectiva em relação a essa prática a qual foi verificada nas reflexões com os ENTREVISTADOS 5 a 73, é o comum acordo entre agricultores assentados²⁰, que fazem o plantio nas duas safras de verão (no cedo e safrinha) e no inverno, oferecem a vizinhos que possuem tratores e plantadeiras para que utilizem essas terras, a renda que os donos de lotes obtém através dessa prática é não a deixar ociosa, pois estando o inverno sem plantar, chegando

²⁰ Em relação aos arrendatários, existem aqueles que arrendam terras de vizinhos e fazem da produção a troca simples de mercadoria (consumo), irão trocar essas produções por bens de consumo como carro, roupas, viagens, alimentação, entre outros, para suprir a demanda da reprodução familiar, verificando assim a racionalidade camponesa. No entanto, também haverá aqueles arrendatários tipicamente capitalista, arrendam terras para investir capital e posteriormente obter capital linha, ou seja, a lógica capitalista.

o verão novamente esses agricultores irão encontrar quantidade demasiada de plantas espontâneas, dificultando assim o manejo.

Dessa forma, se observa que a renda da terra se metamorfoseia para além do monetário, essa renda fundiária também se transforma em “moeda de troca” para que essas famílias se mantenham nos lotes. Estes camponeses, na ausência de uma reforma agrária eficaz, e na inexistência de suporte do Estado com políticas públicas, utilizam desse espectro da renda da terra para se manterem no campo, usam a renda da terra na sua subjetividade como mecanismo de defesa, nessa perspectiva o arrendamento pode ser um passo a para a desestruturação familiar, mas também pode ser dois passos para que essas famílias continuem em suas parcelas de terras, eis a complexidade do real.

O ENTREVISTADO-4 avalia essa situação com a seguinte perspectiva: "pela condição de a família não ter condições de plantar, ela arrendar e conseguir um pouco de dinheiro, a terra não fica ociosa, bem ou mal essa terra está produzindo. No entanto para a ENTREVISTADA-3 esse debate se expressa em sua exposição “em relação a arrendamentos não há benefícios, alguns aspectos de parcerias podem ajudar, mas de forma muito limitada”.

Outro componente caracterizante nessas famílias é constatado a partir da reflexão dos diagnósticos dos ENTREVISTADO-5 a 73. A que essas famílias possuem perspectivas e fazem planos de cessarem a venda de mão de obra para fábricas ou outros agricultores ao redor. Esse fato é concebido em sua prática de, mesmo trabalhando fora da propriedade, continuam a fazer o plantio e uso da terra, como podem e no tempo que lhes resta, de autossustento da família.

Neste fato, também se observa que a cadeia leiteira é um dos principais sistemas que se aplica nessas situações, pois os agricultores conseguem conciliar a atividade dentro da propriedade com trabalhos fora dessa, no entanto, a sua jornada de trabalhos é maior do que nas outras categorias de agricultores.

Essa pretensão desses agricultores sobreviverem adequadamente da parcela do lote é o que os move na busca dessa volta ao campesinato, fazer novamente com que produção gire em torno do consumo e comercialização do excedente, não mais vendendo mão de obra. Assim se comporta o movimento do real, a dialética do concreto, pois por certos períodos agricultores conseguem atingir esses objetivos, seja qual meio for, arrendamento ou venda de mão de obra, ou os dois juntos. Ou podem também se estruturarem mais com esse arrendamento parcial de seus lotes o trabalho externo à propriedade, restando-lhes assim, arrendar todo o lote.

E para aprofundar nessa reflexão, serão expostos novamente dois exemplos típicos desses agricultores que arrendam parte do lote a plantam pouca área de subsistência e ainda trabalham fora da propriedade, são eles os diagnósticos aplicados nas famílias

ENTREVISTADA-84 e ENTREVISTADA-85.

Tabela 18- Diagnóstico da família ENTREVISTADA-84, produção em 12 meses.

Distribuição das terras na propriedade		Hectares		
Lavouras permanentes		0,3000		
Lavouras temporárias		4,0000		
Forrageiras para corte		0,5000		
Pastagens plantadas em boas condições		1,6000		
Matas e/ou florestas naturais p/ RL		1,0000		
Construções, benfeitorias, caminhos.		0,0300		
		Total	7,4300	
Máquinas	Quantidade	Valor		
	0	0	R\$	-
Animais	Quantidade	Valor		
Bovinocultura	9	R\$	8.200,00	
Suinocultura	11	R\$	2.300,00	
Avicultura	70	R\$	1.750,00	
Animais de tração	1	R\$	1.200,00	
COMPOSIÇÃO ANUAL DAS RECEITAS	Quantidade	Preço unitário (R\$)		Valor
Leite	5.400 L	R\$	1,10	R\$ 5.940,00
Milho	200 sc	R\$	29,00	R\$ 5.800,00
Hortaliças	250 kg	R\$	4,00	R\$ 1.000,00
		Total	R\$ 12.740,00	
Trabalho Externo a propriedade		Valor (Ano)		
Salário empresa da região		R\$13.200,00		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 19- Diagnóstico da família ENTREVISTADA-85, produção em 12 meses.

Distribuição das terras na propriedade		Hectares		
Lavouras permanentes		0,5000		
Lavouras temporárias		3,6000		
Forrageiras para corte		0,2000		
Pastagens plantadas em boas condições		3,0000		
		Total	7,3000	
Máquinas		Quantidade	Valor	
Forrageiro		1	R\$ 600,00	
Animais		Quantidade	Valor	
Bovinocultura		18	R\$ 14.000,00	
Suinocultura		6	R\$ 1.500,00	
Avicultura		150	R\$ 3.000,00	
Animais de tração		1	R\$ 1.000,00	
COMPOSIÇÃO ANUAL DAS RECEITAS		Quantidade	Preço unitário (R\$)	Valor (Ano)
Queijo	1.000 Un		20,00	R\$ 20.000,00
Milho consumo Familiar	150 sc		28,00	R\$ 4.200,00
Hortaliças Consumo Familiar	85 kg		4,00	R\$ 340,00
Mandioca consumo Familiar	700 kg		3,00	R\$ 2.100,00
Batata doce consumo Familiar	40 kg		2,50	R\$ 100,00
Frutas consumo Familiar	50 kg		3,50	R\$ 175,00
Feijao consumo Familiar	2 kg		200,00	R\$ 400,00
		Total		R\$ 27.315,00
Trabalho Externo a propriedade				Valor (Ano)
Salário empresa da região				R\$12.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

Esses dois exemplos de agricultores mostram a significativa redução na produção e diversidade de consumo familiar em relação àqueles agricultores que plantam toda a parcela de terras, no entanto, mesmo com essa diminuição, tem-se alimentos como queijos, milho, mandioca, batata-doce, hortaliças, frutas e feijão. Na parte animal, observa-se não muita diferença, devido ao antagonismo de que por trabalharem fora da propriedade, tendencialmente irão executar tarefas dentro da propriedade que demandam menos serviços, como bovinocultura e suinocultura.

A diferença significativa desses agricultores em relação àqueles que plantam toda a parcela de terra está na entrada de dinheiro proveniente do trabalho externo, os dois exemplos de diagnósticos são de famílias que trabalham de forma assalariada em empresas da região dos assentamentos, como exemplos das maiores, COOPAVEL, Yara Fertilizantes e Mascarello.

Outro constituinte dessa análise não entra no diagnóstico, mas é considerado nos quadros a seguir, que são os arrendamentos de parte dessas terras. Salienta-se que é variável a quantidade de área o que cada família arrenda ou planta, isso depende a diversos fatores que já

foram analisados, como até que ponto compensa arrendar, como essas famílias usam essa renda econômica ou de serviços para reinvestir na propriedade e assim compreender sua estratégia por busca de autonomia.

Esses arrendamentos foram estipulados através do relato desses agricultores no item tamanho de áreas e em “Lavouras temporárias”, assim convertendo essa área em relação ao valor pago por hectare na região. Desta forma temos os exemplos abaixo.

Tabela 20- Síntese dos diagnósticos aplicados.

Famílias que plantam toda a terra								
	Animais (I)	Vegetais (II)	Trabalho externo (III)	Aposentadoria (IV)	Arrenda(V)	TOTAL (X)= (I+II+III+IV+V)	Hectares da parcela (Y)	Equivalente a um ha=(X/Y)
ENTREVISTADO-82	R\$ 37.600,00	R\$ 38.055,00	NC	NC	NC	R\$ 75.655,00	12	R\$ 6.304,58
ENTREVISTADO-83	R\$ 23.550,00	R\$ 39.510,00	NC	NC	NC	R\$ 63.060,00	7,3	R\$ 8.638,36
Famílias que arrendam boa parte e plantam pouca área								
	Animais (I)	Vegetais (II)	Trabalho externo (III)	Aposentadoria (IV)	Arrendamento(V)	TOTAL (X)= (I+II+III+IV+V)	Hectares da parcela (Y)	Equivalente a um ha=(X/Y)
ENTREVISTADO-84	R\$ 13.450,00	R\$ 12.740,00	R\$ 13.200,00	NC	R\$ 12.000,00	R\$ 51.390,00	7,43	R\$ 6.916,55
ENTREVISTADO-85	R\$ 19.500,00	R\$ 27.315,00	R\$ 12.000,00	NC	R\$ 11.250,00	R\$ 70.065,00	7,3	R\$ 9.597,95

Fonte: Elaborado pelo autor²¹.

Nesta tabela apresentada se observa que o capital fixo (animais) entra no cálculo, no entanto as famílias que plantam toda a parcela de terra possuem maior valor econômico em relação a essas outras. Outro fator interessante dessa comparação é a significativa diferença em valores econômicos na parte de produção vegetal, enquanto as famílias que plantam toda a área de terra faturam 38 e 39 mil reais bruto de produção/ano, as que arrendam e plantam pouco de suas terras faturam 12 e 27 mil reais de produção/ano, ou seja, esses últimos possuem menos alimentos para consumo e comercialização.

No entanto, essas famílias que não plantam toda sua parcela de terra possuem outras formas de permanecerem no campo, a primeira é verificada com a entrada de dinheiro através de trabalho externo à propriedade, e a segunda é a própria renda da terra. Quando somado o capital fixo mais essas entradas econômicas e dividido pela quantidade de hectare, observamos que os valores dessas duas categorias de famílias se aproximam (última coluna).

Isso nos mostra que, tendencialmente, essas famílias que arrendam parte de seus lotes necessitam dessas entradas da renda da terra mais a renda do trabalho externo para ficarem próximos em termos econômicos por hectare daquelas famílias camponesas que plantam todo seu lote.

²¹ (Arrendamento, V) calculado através da área denominada “lavouras temporárias” em relação à média da região, 50 sacas de soja por alqueire.

Em outra perspectiva de análise, leva-se em consideração apenas os capitais circulantes mais rápidos, como os vegetais. A renda da terra e trabalho externo são somados, e é dividido por doze, tendo como resultado o que seria uma renda capital circulante mensal, temos a seguinte tabela.

Tabela 21- Síntese dos diagnósticos aplicados.

Famílias que plantam toda a terra									
	Animais (I)	Vegetais (II)	Trabalho externo (III)	Aposentadoria (IV)	Arrenda(V)	TOTAL (X)= (I+II+III+IV+V)	Hectares da parcela (Y)	Equivalente a um ha=(X/Y)	Renda capital circulante referente a um mês=(X/12)
ENTREVISTADO-82		R\$ 38.055,00	NC	NC	NC	R\$ 38.055,00	12	R\$ 3.171,25	R\$ 3.171,25
ENTREVISTADO-83		R\$ 39.510,00	NC	NC	NC	R\$ 39.510,00	7,3	R\$ 5.412,33	R\$ 3.292,50
Famílias que arrendam boa parte e plantam pouca área									
	Animais (I)	Vegetais (II)	Trabalho externo (III)	Aposentadoria (IV)	Arrendamento(V)	TOTAL (X)= (I+II+III+IV+V)	Hectares da parcela (Y)	Equivalente a um ha=(X/Y)	Renda capital circulante referente a um mês=(X/12)
ENTREVISTADO-84	✘	R\$ 12.740,00	R\$ 13.200,00	NC	R\$ 12.000,00	R\$ 37.940,00	7,43	R\$ 5.106,33	R\$ 3.161,67
ENTREVISTADO-85	✘	R\$ 27.315,00	R\$ 12.000,00	NC	R\$ 11.250,00	R\$ 50.565,00	7,3	R\$ 6.926,71	R\$ 4.213,75

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com esses resultados observa-se novamente certa paridade entre essas duas categorias de famílias, com esses diagnósticos exemplos temos que economicamente as famílias que plantam toda a terra e as famílias que arrendam boa parte e plantam pouca área de terra possuem as mesmas condições financeira, a diferença é que a primeira terá ampla gama de alimentos para ser consumido tendo assim menor dependência de mercados externos. A segunda terá menos alimentos, maior dependência de mercados externos, ficando a mercê da alta ou baixa dos alimentos nos mercados de comercialização.

E quando se retira da comparação os animais, e todas as entradas que não seja de produção da própria família temos o seguinte cenário.

Tabela 22- Síntese dos diagnósticos aplicados.

Famílias que plantam toda a terra									
	Animais (I)	Vegetais (II)	Trabalho externo (III)	Aposentadoria (IV)	Arrenda(V)	TOTAL (X)= (I+II+III+IV+V)	Hectares da parcela (Y)	Equivalente a um ha=(X/Y)	Renda capital circulante referente a um mês=(X/12)
ENTREVISTADO-82		R\$ 38.055,00	NC	NC	NC	R\$ 38.055,00	12	R\$ 3.171,25	R\$ 3.171,25
ENTREVISTADO-83		R\$ 39.510,00	NC	NC	NC	R\$ 39.510,00	7,3	R\$ 5.412,33	R\$ 3.292,50
Famílias que arrendam boa parte e plantam pouca área									
	Animais (I)	Vegetais (II)	Trabalho externo (III)	Aposentadoria (IV)	Arrendamento(V)	TOTAL (X)= (I+II+III+IV+V)	Hectares da parcela (Y)	Equivalente a um ha=(X/Y)	Renda capital circulante referente a um mês=(X/12)
ENTREVISTADO-84	✘	R\$ 12.740,00	✘	NC	✘	R\$ 12.740,00	7,43	R\$ 1.714,67	R\$ 1.061,67
ENTREVISTADO-85	✘	R\$ 27.315,00	✘	NC	✘	R\$ 27.315,00	7,3	R\$ 3.741,78	R\$ 2.276,25

Fonte: Elaborado pelo autor.

Temos com esse exemplo a diminuição dos valores em relação com aqueles que plantam toda a terra, nota-se que sem essas entradas externas essas famílias estavam marginalizadas, com extrema dificuldades de sobrevivência. Certamente que cenários assim existam, e os exemplos aqui nos ajudam a compreender os arrendamentos como pedido de socorro, na qual as famílias não possuem estruturas suficientes (pelo menos no momento presente) para manterem todos os seus membros de forma adequada no lote.

Com essa ponderação acerca das famílias que arrendam boa parte e plantam pouco de suas parcelas, passamos para o tópico seguinte acerca dos elementos daquelas famílias que arrendam toda a sua parcela de terra.

5.3 FAMÍLIAS QUE ARRENDAM TODA A PARCELA DE TERRA.

Eis a última categoria de famílias a serem descritas, para essa teve-se base aquelas que arrendam toda sua parcela de terra. Novamente vale reforçar que as famílias tendencialmente migram entre essas categorias diagnosticadas, outro ponto a ser destacado é a complexidade de ações que ocorrem nessa característica de arrendar todo o lote, variáveis como ter essa prática de arrendamento e trabalhar fora para complementar a renda, ou arrendar e ficarem em casa por incapacidade de trabalhar devido a idades avançadas.

Dessa forma iremos caracterizar essas famílias que arrendam toda a parcela de terra, para depois observar as contradições que existem com esse tema, averiguar situações e debater com as demais categorias de agricultores encontradas.

Em análise a campo, se constatou que a expansão do capitalismo na agricultura e nas últimas décadas o agronegócio é também um dos pilares para essa intensificação dos arrendamentos no meio agrícola, ocasionando nas diversas dificuldades que camponeses enfrentam no seu cotidiano.

O ENTREVISTADO-79 coloca as seguintes ponderações sobre o tema, “Nos últimos anos para cá se tornou muito comum a terceirização na cidade, e no meio rural o arrendamento também se tornou algo habitual”. Ele continua, “Os arrendamentos são muito comuns aí fora (quer dizer fora dos assentamentos), é um instrumento aperfeiçoado pelo agronegócio”, “é muito fácil arrendar, a cerealista vem e faz de tudo, até financia para CPF negativado”.

E no ENTREVISTADO-2 se observa o relato de que cerealistas e cooperativas do agronegócio ao entorno dos assentamentos e acampamentos da região oeste, estão auxiliando (maiores créditos, créditos sem fiador) agricultores que arrendam terras em áreas de assentamentos, sendo que muitas vezes estes agricultores são desses próprios locais. Esse amparo em tese é justamente para desmoralizar esses espaços, pois a prática de arrendamento

desconfigura territórios campestinos.

Essa forte atuação do agronegócio impacta profundamente o cotidiano destes assentados. Queda; Kageyama; Santos (2009), colocam que as famílias de assentamentos rurais acabam sendo envolvidas com e pelo agronegócio, são de tal forma inviabilizadas que não oferecem condições de ao menos produzirem alimentos às famílias assentadas e nem gerar excedente econômico.

Em outra análise, essa grande maioria dos assentados que realizam plantios de monocultura do agronegócio, e os agricultores arrendatários destas parcelas de terras nos assentamentos, utilizam tecnologias do agronegócio nos seus sistemas produtivos. Estes agricultores também ficam à mercê de bancos, indústrias de sementes, adubos sintéticos e agrotóxicos (QUEDA; KAGEYAMA; SANTOS, 2009).

Outro elemento caracterizante dessas famílias é de que possuem produção mínima para subsistência, ou às vezes e não raros sem produção alguma. Essas famílias se tiverem algo, é bem restrito e muito próximo a casa, pode ser algumas plantas de frutas, ou alguns poucos animais para consumo, e não muito mais que isso.

Exemplo típico de família relatada acima é o ENTREVISTADO-75, ao qual possui apenas algumas árvores à volta de sua casa e não possui nada de consumo. Em seu relato, trabalharam por mais de dez anos com bovinocultura leiteira, a alguns anos a família sofreu um forte impacto econômico, tiveram que sacrificar três vacas por conta da brucelose²², e fazer teste nas demais que ficaram alinhado a esse processo os baixos preços pagos pelo litro do leite, e os altos valores dos insumos e vacinas a serem comprados, deste ponto então a família decidiu-se vender todas as vacas e arrendar os pastos e as terras.

Esse exemplo da família ENTREVISTADA-75 é típico de várias outras famílias, essa inviabilização que os assentados encontram pelo caminho, geralmente os marginaliza dos processos produtivos, algumas vezes esses possuem mecanismos de “contornar” essas crises, usando-se da renda da terra.

Componente também dessa caracterização de famílias é que não usam de mecanismo construídos socialmente com seus vizinhos, como associação, cooperativa, ou máquinas coletivas que vieram através de emendas parlamentares. Esses agricultores que arrendam todo o lote possuem dificuldades para trabalhar dessa forma em coletivos, como a associação,

²² A brucelose é uma doença zoonótica, causada por bactérias do gênero *Brucella sp.* Pode ser transmitida ao ser humano pelo contato direto (manejo) ou indireto (consumo de alimentos lácteos não pasteurizados) de animais de produção, como bois, vacas, ovelhas, búfalos, porcos, entre outros ou pelo contato com animais de companhia (cães) (SECRETARIA DA SAÚDE, 2022).

cooperativa, agroindústrias coletivas ou até mesmo troca de dias de serviço com vizinhos.

Esse não uso de ferramentas coletivas, podem ocorrer por aversão dessas famílias em atuar nos trabalhos coletivos, ou como relata a ENTREVISTADA-74 “muitas pessoas possuem medos de trabalhar em coletivos, pelo fato de início dos anos 2000 existia aqui a cooperativa COARA que na época faliu e deixou muitas famílias com dívidas”. Esse relato é concernente à região dos assentamentos de Lindoeste, mas reflete como um todo na região esse receio em trabalhar em cooperativas ou associações.

Ao que concerne ao maquinário agrícola, a não utilização desses tratores da associação e a falta desses implementos por parte desses agricultores, também se mostra como fator dos arrendamentos, na passagem do ENTREVISTADO-80;

“Os vizinhos e arrendatários estão todos aqui para nos sugar, hora que der uma oportunidade eles chegam e vão arrendar. Chegam como o papo de ajudar. Esses arrendatários têm o “poder” dos maquinários, tu dependes deles para fazer os serviços, eles ficam te enrolando, e vão pedir para fazer depois o seu serviço (plantio, colheita), e isso vai desestimulando nós agricultores, ficam martelando no povo que nada dá certo, e no final nos obrigamos a arrendar” ENTREVISTADO-80.

Esse fato abordado pelo agricultor é de extrema relevância, alguns assentados vão aos poucos se destacando economicamente dos demais, conseguem ter implementos agrícolas, e o mesmo ocorre com arrendatários para além dos assentamentos, possuem rotineiramente a dinâmica de atrasarem plantios e colheitas de agricultores descapitalizados sem maquinários, esses por sua vez, muitas vezes perdem o tempo adequado de plantio ou colheita, refletindo assim em suas produções amenas ao final do ciclo. Outra condição são os elevados valores de horas máquinas que dificultam os plantios, ao qual como comenta o agricultor, muitas vezes desanimam e veem como única saída nos arrendamentos.

Outro fator chave nesse processo está na falta de sucessão familiar dessas famílias assentadas, esse fenômeno é visível nos assentamentos pesquisados em Lindoeste, no assentamento Vitória (1987) e Verdum (1995), no relato abaixo do ENTREVISTADO-77 ele faz análise para fora dos assentamentos, relatando que “agricultores com menos de dez alqueires, em sua grande parte venderam ou estão arrendando as terras, pois os filhos saem e não voltam mais, ficam os velhos sozinhos no sítio, o Pedro²³ arrenda por 50 sacas o alqueire”.

Em outra passagem o ENTREVISTADO-76 comenta “o problema também é a sucessão familiar, hora que eu não puder mais trabalhar, o que eu vou fazer? Tenho que vender ou arrendar, os mais novos não querem vir morar no sítio”. Para outro ENTREVISTADO-80 “As pessoas estão perdendo o interesse em plantar. Os jovens não possuem curiosidade em aprender

²³ Nome fictício da pessoa, cujo qual o ENTREVISTADO-77 trabalha fazendo algumas diárias.

coisas de agricultura”.

Assim compreende-se que esse tema possui mais peso nos assentamentos mais antigos de formação, pelo fato de seus titulares estarem a mais tempo nesse processo, obviamente que esse tema não se exclui dos assentamentos mais novos, como o Valmir Mota (2010), apenas, que as dinâmicas de arrendamentos nesses últimos são mais determinantes pelos outros fatores que estão sendo colocados.

Outra base desses arrendamentos pode ser observada no relato do ENTREVISTADO-77, ele pondera que os assentados não fazem análise de solo, ou usam de adubações e corretivos agrícolas, uma, por falta de conhecimento e costume de fazer, em segundo e mais importante por não terem condições financeiras de realizar tais ações, assim as terras irão produzir cada vez menos.

Essa condição da insuficiência econômica para realizar correções e adubações necessárias a qualquer produção é fato corriqueiro em várias famílias desses assentamentos, conseqüentemente a isso, tem-se baixas produções, por conseguinte novamente são mais caminhos que levam para os arrendamentos.

Assim colocados estes elementos caracterizantes dessas famílias, averiguou-se a partir do ENTREVISTADO-1 e compreendeu-se ao longo das rodadas de aproximação, que tendencialmente em casos mais extremos de famílias que arrendam todo o lote, tem-se famílias com dificuldades de compreensão sobre agricultura, aquelas que não conseguem fazer planejamentos produtivos a médio e longo prazo e famílias que possuem todas essas características e ainda não possuem vontades ou perspectivas de parar com essas práticas de arrendamentos.

Fotografia 8- Típica unidade familiar que arrenda toda a parcela de terra. Abril de 2022.



Fonte: Fotografia registrada pelo autor. (abril de 2022).

Assim apresentados alguns aspectos sobre essas famílias que arrendam todo o lote, agora o texto irá avançar nas especificidades que compõem o todo, apresenta-se na forma de diagnóstico das unidades produtivas, dois exemplos típicos de famílias dessas características.

Tabela 23- Diagnóstico da família ENTREVISTADO-86, produção em 12 meses.

Distribuição das terras na propriedade		Hectares			
Pastagens plantadas em boas condições		2,0000			
Construções, benfeitorias, caminhos		0,5000			
Lavouras temporárias		9,5000			
		Total		12,0000	
Máquinas	Quantidade	Valor			
	0	0		0	
Animais	Quantidade	Valor			
Avicultura	24	R\$	720,00		
COMPOSIÇÃO ANUAL DAS RECEITAS	Quantidade	Preço unitário (R\$)		Valor (Ano)	
	0	0		R\$	-
		Total		R\$	0
Receitas dos Arrendamentos		Valor (Ano)			
Arrendamento para plantio de soja		R\$	15.750,00		
Arrendamento da área de pastagem		R\$	7.000,00		
		Total		R\$	22.750,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 24- Diagnóstico da família PARTICIPANTE-87, produção em 12 meses.

Distribuição das terras na propriedade		Hectares	
Lavouras permanentes		2,0000	
Construções, benfeitorias, caminhos		0,5000	
Lavouras temporárias		7,2000	
Matas e/ou florestas naturais p/exploração		2,0000	
		Total	11,7000
Máquinas	Quantidade	Valor	
Girico	1	R\$ 6.000,00	
Motosserra	1	R\$ 1.000,00	
Animais	Quantidade	Valor	
Suínos	5	R\$ 1.000,00	
Avicultura	150	R\$ 4.500,00	
COMPOSIÇÃO ANUAL DAS RECEITAS	Quantidade	Preço unitário (R\$)	Valor (Ano)
Galinha	48 Un	30,00	R\$ 1.440,00
Pitaia	200 kg	20,00	R\$ 4.000,00
		Total	R\$ 5.440,00
Receitas dos Arrendamentos			Valor (Ano)
Arrendamento para plantio de soja			R\$ 18.000,00
Aposentadoria do casal			R\$ 26.400,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim apresentados os diagnósticos de duas famílias típicas que arrendam todo o lote, fica evidente a baixa ou até mesmo a nula produção de alimentos por esses agricultores. Em comparação com as categorias anteriormente descritas se verifica também decadência que houve na renda familiar total ao final da tabela.

Ao fazermos o mesmo exercício dos tópicos precedentes acerca da comparação desses dados econômicas das famílias exemplos, temos abaixo a tabela sendo somada todas as rendas de capital, fixa (animais) e circulante, e ao final fazendo comparação com unidade de medida comum a todas as famílias, que é por hectare de terra do lote.

Tabela 25-Síntese dos diagnósticos aplicados.

Famílias que plantam toda a terra								
	Animais (I)	Vegetais (II)	Trabalho externo (III)	Aposentadoria (IV)	Arrenda(V)	TOTAL (X)= (I+II+III+IV+V)	Hectares da parcela (Y)	Equivalente a um ha=(X/Y)
ENTREVISTADO-82	R\$ 37.600,00	R\$ 38.055,00	NC	NC	NC	R\$ 75.655,00	12	R\$ 6.304,58
ENTREVISTADO-83	R\$ 23.550,00	R\$ 39.510,00	NC	NC	NC	R\$ 63.060,00	7,3	R\$ 8.638,36
Famílias que arrendam boa parte e plantam pouca área								
	Animais (I)	Vegetais (II)	Trabalho externo (III)	Aposentadoria (IV)	Arrendamento(V)	TOTAL (X)= (I+II+III+IV+V)	Hectares da parcela (Y)	Equivalente a um ha=(X/Y)
ENTREVISTADO-84	R\$ 13.450,00	R\$ 12.740,00	R\$ 13.200,00	NC	R\$ 12.000,00	R\$ 51.390,00	7,43	R\$ 6.916,55
ENTREVISTADO-85	R\$ 19.500,00	R\$ 27.315,00	R\$ 12.000,00	NC	R\$ 11.250,00	R\$ 70.065,00	7,3	R\$ 9.597,95
Famílias que arrendam todo o lote								
	Animais (I)	Vegetais (II)	Trabalho externo (III)	Aposentadoria (IV)	Arrendamento(V)	TOTAL (X)= (I+II+III+IV+V)	Hectares da parcela (Y)	Equivalente a um ha=(X/Y)
ENTREVISTADO-86	R\$ 720,00	NC	NC	NC	R\$ 22.750,00	R\$ 23.470,00	12	R\$ 1.955,83
ENTREVISTADO-87	R\$ 5.500,00	R\$ 4.000,00	NC	R\$ 26.400,00	R\$ 26.400,00	R\$ 62.300,00	11,7	R\$ 5.324,79

Fonte: Elaborado pelo autor.

Averigua-se nesta comparação que a família ENTREVISTADA-86 possui poucas galinhas para consumo, o restante de seus capitais gira em torno dos arrendamentos. Quando observado a sua renda equivalente a um hectare na coluna final, nota-se que o valor é três e quatro vezes menor quando comparados com aqueles que plantam todo o lote, ou seja, nesses exemplos pesquisados, tendencialmente quando comparados os capitais fixos e circulantes na propriedade, essas famílias que arrendam todo o lote ficam aquém daquelas que usam a terra de forma intensiva para proveito familiar.

Para a outra família observada, ENTREVISTADO-87, que possui essa característica de arrendamento, se averigua a entrada econômica através de aposentadoria, o que justifica algumas criações de galinhas, porcos e frutas para consumo. No entanto, mesmo somando esse consumo, dois aposentos, mais a renda da terra (relatada pela família) se verifica que na unidade de medida utilizada nos exemplos, o valor por hectare fica abaixo de qualquer outra hipótese anteriormente descrita.

Assim expostos esses exemplos, se confirma a tendência de que arrendamentos são usados para famílias contornarem ausências de entradas econômicas, como artifício último de sua precarização e marginalidade, pois mesmo com o uso dessa prática, são incomparáveis a situações entre esses dois opostos, plantar a sua parcela de terra com diversidade versus arrendar toda a sua parcela de terra para terceiros.

Na próxima tabela, como exemplo são retirados dos cálculos os considerados capitais fixos (animais), somam-se apenas o capital circulante que no último exemplo de famílias é o arrendamento e na outra, arrendamento mais aposentadorias, o resultado se modifica, agora a

soma é dividida por doze, simulando num exemplo hipotético a renda capital circulante em um mês.

Tabela 26- Síntese dos diagnósticos aplicados sem os capitais fixos (animais).

Famílias que plantam toda a terra									
	Animais (I)	Vegetais (II)	Trabalho externo (III)	Aposentadoria (IV)	Arrenda(V)	TOTAL (X)= (I+II+III+IV+V)	Hectares da parcela (Y)	Equivalente a um ha=(X/Y)	Renda capital circulante referente a um mês=(X/12)
ENTREVISTADO-82		R\$ 38.055,00	NC	NC	NC	R\$ 38.055,00	12	R\$ 3.171,25	R\$ 3.171,25
ENTREVISTADO-83		R\$ 39.510,00	NC	NC	NC	R\$ 39.510,00	7,3	R\$ 5.412,33	R\$ 3.292,50
Famílias que arrendam boa parte e plantam pouca área									
	Animais (I)	Vegetais (II)	Trabalho externo (III)	Aposentadoria (IV)	Arrendamento(V)	TOTAL (X)= (I+II+III+IV+V)	Hectares da parcela (Y)	Equivalente a um ha=(X/Y)	Renda capital circulante referente a um mês=(X/12)
ENTREVISTADO-84		R\$ 12.740,00	R\$ 13.200,00	NC	R\$ 12.000,00	R\$ 37.940,00	7,43	R\$ 5.106,33	R\$ 3.161,67
ENTREVISTADO-85		R\$ 27.315,00	R\$ 12.000,00	NC	R\$ 11.250,00	R\$ 50.565,00	7,3	R\$ 6.926,71	R\$ 4.213,75
Famílias que arrendam todo o lote									
	Animais (I)	Vegetais (II)	Trabalho externo (III)	Aposentadoria (IV)	Arrendamento(V)	TOTAL (X)= (I+II+III+IV+V)	Hectares da parcela (Y)	Equivalente a um ha=(X/Y)	Renda capital circulante referente a um mês=(X/12)
ENTREVISTADO-86	✘	NC	NC	NC	R\$ 22.750,00	R\$ 22.750,00	12	R\$ 1.895,83	R\$ 1.895,83
ENTREVISTADO-87	✘	R\$ 4.000,00	NC	R\$ 26.400,00	R\$ 26.400,00	R\$ 56.800,00	11,7	R\$ 4.854,70	R\$ 4.733,33

Fonte: Elaborado pelo autor.

Se percebe nessa nova análise que a família ENTREVISTADA-86 aqui apresentada, fica abaixo da renda mensal de qualquer outra família já relatada. Isso se torna agravante quando se analisa que essa entrada econômica da família acontece uma vez ao ano, quando o arrendador colhe a produção e passa a quantia total a família arrendatária, essa entrada econômica necessita perdurar pelos demais meses do ano.

Em outra exploração dessa análise, é que essa família ENTREVISTADA-86 necessita comprar todos os itens alimentícios em mercados, ou seja, é altamente dependente de fatores econômicos externos como a alta ou baixa no preço desses produtos, que tendencialmente são mais onerosos comprar do que produzir, além de qualidades inferiores.

Nesta análise a família ENTREVISTADA-87 se sobressai pela entrada de duas aposentadorias mensais do casal titular do lote. Entretanto, mesmo com essa aposentadoria e mais a renda da terra os valores ficam não muito acima dos valores daqueles que não possuem essa modalidade de entradas de capitais, os que plantam suas parcelas de terras.

Em última análise, num exemplo hipotético também foram retiradas todas as entradas econômicas que não são produção da família na parcela de terra, foram excluídos do cálculo a aposentadoria o valor do arrendamento para se analisar o quão frágil é o mecanismo de arrendamento para essas famílias assentadas.

Tabela 27- Síntese dos diagnósticos aplicados (sem entradas econômicas externas).

Famílias que plantam toda a terra									
	Animais (I)	Vegetais (II)	Trabalho externo (III)	Aposentadoria (IV)	Arrenda(V)	TOTAL (X)= (I+II+III+IV+V)	Hectares da parcela (Y)	Equivalente a um ha=(X/Y)	Renda capital circulante referente a um mês=(X/12)
ENTREVISTADO-82		R\$ 38.055,00	NC	NC	NC	R\$ 38.055,00	12	R\$ 3.171,25	R\$ 3.171,25
ENTREVISTADO-83		R\$ 39.510,00	NC	NC	NC	R\$ 39.510,00	7,3	R\$ 5.412,33	R\$ 3.292,50
Famílias que arrendam boa parte e plantam pouca área									
	Animais (I)	Vegetais (II)	Trabalho externo (III)	Aposentadoria (IV)	Arrendamento(V)	TOTAL (X)= (I+II+III+IV+V)	Hectares da parcela (Y)	Equivalente a um ha=(X/Y)	Renda capital circulante referente a um mês=(X/12)
ENTREVISTADO-84		R\$ 12.740,00		NC		R\$ 12.740,00	7,43	R\$ 1.714,67	R\$ 1.061,67
ENTREVISTADO-85		R\$ 27.315,00		NC		R\$ 27.315,00	7,3	R\$ 3.741,78	R\$ 2.276,25
Famílias que arrendam todo o lote									
	Animais (I)	Vegetais (II)	Trabalho externo (III)	Aposentadoria (IV)	Arrendamento(V)	TOTAL (X)= (I+II+III+IV+V)	Hectares da parcela (Y)	Equivalente a um ha=(X/Y)	Renda capital circulante referente a um mês=(X/12)
ENTREVISTADO-86	✘	NC	NC	NC	✘	R\$ 0,00	12	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ENTREVISTADO-87	✘	R\$ 4.000,00	NC	✘	✘	R\$ 4.000,00	11,7	R\$ 341,88	R\$ 333,33

Fonte: Elaborado pelo autor.

Neste exemplo hipotético em que se retira todas as entradas que não fossem produzidas pela própria família se verifica a diminuição dos valores quando comparados às três categorias, chegando na última análise aos extremos de quase e/ou zerar os valores aqui apresentados através dessas duas famílias tidas como exemplos típicos dessas três categorias de agricultores.

Esse exercício relacionando questões econômicas são obviamente também reflexos da produção agrícola dessas famílias, ao refletirmos sobre essas ponderações verifica-se a insuficiência que são os arrendamentos. A renda da terra com suas variações descrita no capítulo 3, é valor econômico irrisório quando comparados aos valores econômicos que essa família poderia obter se estivesse explorando sua parcela de terra de forma direta.

Entretanto, os condicionantes externos de desestruturação dessas famílias são tão vigorosos, que uma das alternativas é usar esse mecanismo da renda da terra. Ao qual por sua vez se comporta de forma fácil e ágil justamente pela fluidez do agronegócio nessa região objeto de pesquisa.

Desta forma realizada algumas reflexões tema arrendamentos, longe está a premissa de esgotar o assunto, e ao levar em consideração as complexidades e contradições que existem nesses assuntos, bem como o seu movimento dialético, essas reflexões nos ajudam no objetivo geral da pesquisa na busca de maior compreensão acerca dos arrendamentos em áreas de assentamentos. Assim, para algumas colocações finais, o próximo capítulo irá discorrer sobre esses elementos abordados, buscando confrontar essas contradições existentes no real concreto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS, ARRENDAMENTOS, CONTRADIÇÕES E DIALÉTICA

Para algumas ponderações finais importantes acerca dos conteúdos trabalhados, salienta-se que as rodadas de aproximação com a realidade e depois a volta para as reflexões teóricas (sínteses, resumos, rodas de conversa com orientadores) foram primordiais para o melhor entendimento a respeito do objeto de pesquisa.

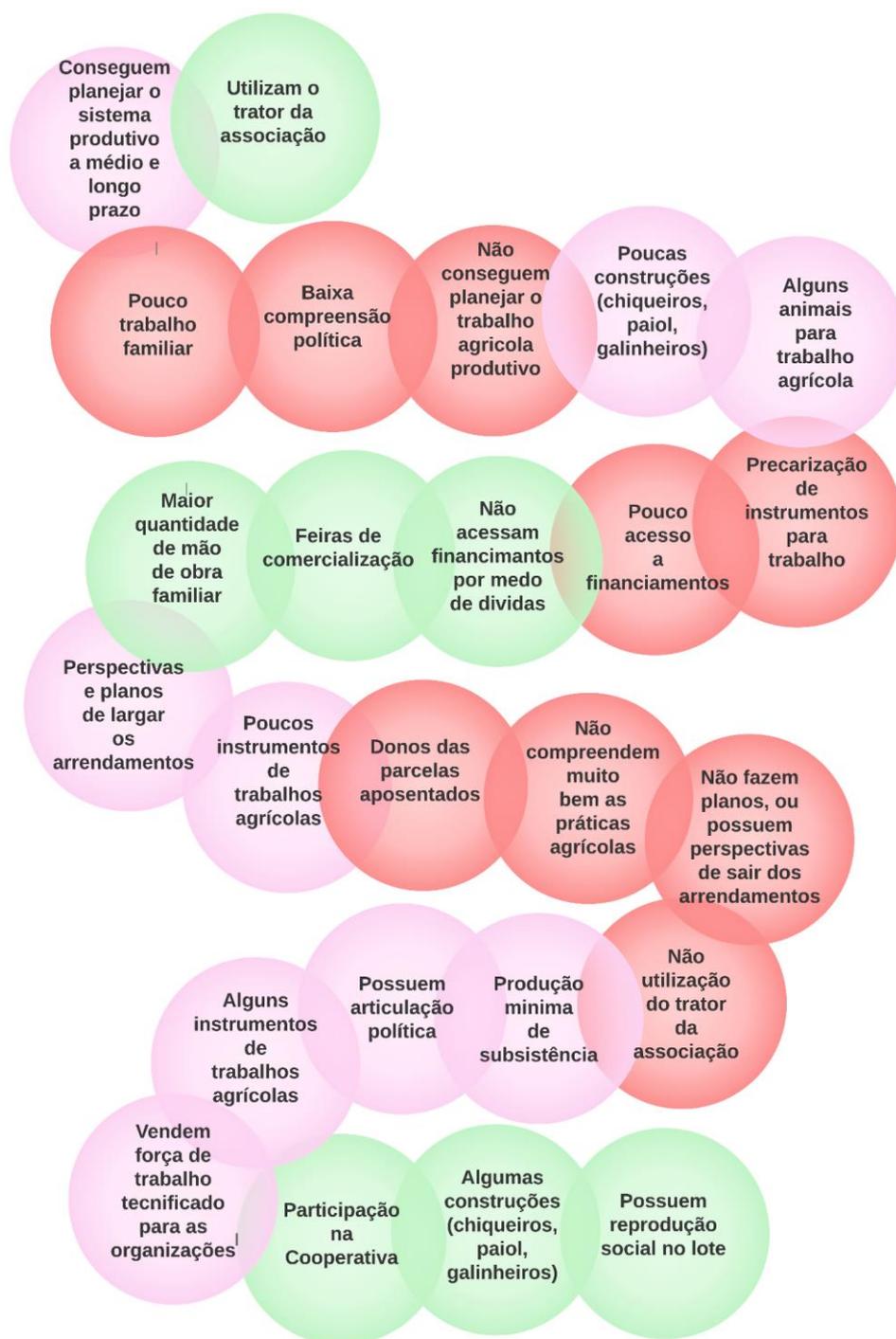
Com o transcorrer da pesquisa se observou fenômenos e complexidades com mais intensidades na medida em que as reflexões aumentavam em relação ao objeto de pesquisa. Foram resgatados para o debate as questões da expansão do capitalismo na agricultura e a renda da terra como cruciais para tal construção do conhecimento acerca dos arrendamentos em assentamentos rurais.

Essa forma de pesquisa realizada se baseou no método de investigação de Marx, o Materialismo Histórico-dialético, sendo que este não possui fórmula fechada para ser aplicada na realidade, seu método para conhecer a realidade envolve o esforço de buscar compreender a realidade em toda sua complexidade, e um método rígido impediria uma abordagem mais aprofundada (PEREIRA, 2019).

Essa busca de compreensão da realidade é apresentada no trabalho, ao qual nos deixa algumas reflexões, e a complexidade e contradições são parte estruturante desse objeto de pesquisa. Se observou que famílias em assentamentos estão em constantes fluxos migratórios quando relacionam-se arrendamentos, e para melhor visualização desse fluxo, se construiu a figura apresentada a seguir.

Chama-se atenção que esse diagrama se relaciona com aquela apresentada no item 6 deste trabalho, com as cores fazendo referência à prática que as famílias fazem em suas parcelas de terras, sendo; a cor verde, famílias que plantam ou usam toda sua parcela de terra. Cor rosa para aquelas famílias que arrendam grande parte da parcela de terra e plantam pouca área para consumo. Vermelho para aquelas que arrendam toda a parcela de terra.

Diagrama 4- Práticas identificadas em cada categoria de agricultores.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa forma de dispersão é com intuito de representar o movimento que essas famílias possuem ao longo dos anos, e as características observadas nos momentos que usam ou não de arrendamentos, também foram elaboradas a partir das rodadas de aproximação com a realidade. Assim sendo essa figura parte de um movimento, se presume que não há fim nem começo, ou seja, tal prática estar abaixo ou acima não quer dizer nada, apenas é importante saber que aos seus lados possuem mais práticas, essas famílias estão sempre em movimento

Esse movimento que as famílias fazem entre essas categorias é que em certos momentos ela pode estar fazendo uso de toda sua terra, e começam aparecer adversidades em seus caminhos que dificultam produção ou manutenção familiar nesse modo de produção, assim elas tendem a usar esse mecanismo de arrendamentos. Essa migração pode acontecer dentro do ano agrícola, ou levar anos e até décadas para haver esse movimento, ou pode nunca ocorrer, a depender da sólida estrutura familiar.

O movimento inverso tende a mesma descrição, famílias que arrendam parte ou toda sua parcela de terra podem aos poucos conseguir migrar ao não arrendamento, buscando os princípios camponeses de fazer agricultura, o que Ploeg (2008) irá colocar como o enfoque na construção de uma base de recursos autônomos e autogovernados. No entanto esse movimento inverso pode também não ocorrer, com famílias jamais conseguindo fazer essa volta a agricultura camponesa, em algumas situações irá se constatar fatores endógenos ao núcleo familiar, mas em grande parte condições externas serão as razões desse não movimento inverso.

Outra síntese importante se refere que arrendamentos em assentamentos possuem aspectos distintos daqueles arrendamentos em áreas de grande escala. Arrendamentos em assentamentos refletem majoritariamente duas perspectivas, a forte atuação do agronegócio nesses territórios, e a precarização das condições de vida familiar desses assentados. Aspectos esse obviamente que não são condizentes com os arrendamentos em grandes quantidades de terras.

Essa precarização das famílias assentadas é efetivada pelos diversos apontamentos mencionados nos tópicos anteriores, desta forma os arrendamentos em áreas de assentamento podem ser percebidos através das famílias descapitalizadas/marginalizadas dos sistemas produtivos, as quais atingem níveis de precarização tão grandes que para manterem nas condições mínimas de sobrevivência fazem uso do mecanismo da renda, ou seja, não que a renda da terra irá enriquecer lhes, apenas servem para suprir as necessidades familiares básicas. O ENTREVISTADO-80 já colocara a seguinte afirmação através de sua subjetividade: "Para nós que somos donos da terra, arrendar não dá dinheiro, dinheiro fica com a pessoa que arrenda a terra".

E entre os apontamentos chave dessa precarização da vida familiar, pode ser entendido através da incompetência dos poderes públicos constituírem reforma agrária de qualidade, a forma antagônica de produção camponesa/agronegócio, e como este último é hegemônico, gera subvenção e precarização nas formas camponesas de atuação nos territórios. Também a valorização dos preços das terras, e todos os seus aspectos determinantes influenciam em maiores práticas de arrendamentos, (valorização de *commodities*, taxa de juros, crises do

capitalismo, renda da terra e suas derivações entre outras, ver Diagrama-1).

Outro elemento é o forte elo entre práticas produtivas de diversidade e consumo familiar e a não prática de arrendar suas parcelas de terras. Esse conjunto de elementos são tratados no tópico 4.1 sobre aqueles agricultores que plantam todo o lote, aos quais são camponeses que conseguem autonomia familiar a partir de suas parcelas de terras, vínculo intrínseco com a prática de não arrendamento.

Portanto estes movimentos migratórios das famílias entre essas categorias apresentadas, a desestruturação das famílias com a sólida atuação do agronegócio/capitalismo nos assentamentos, e as práticas camponesas com fortes elos de não arrendamentos, fazem parte do enfrentamento das classes, este é o conflituoso, paradoxal e contraditório, elementos da complexidade que o texto buscou expor no transcorrer da escrita.

Desta forma, colocado os elementos de contradições, verifica-se que arrendamentos em áreas de assentamentos é um mecanismo de sobrevivência daqueles camponeses que mais são impactados negativamente pela hegemonia do agronegócio. No entanto, se averiguou a precariedade das condições de famílias que usam de arrendamentos em comparação àquelas famílias que trabalham de forma direta em seus lotes.

Assim, longe está a pretensão de colocar ponto final a essa temática, mas em última consideração, o arrendamento pode ser analisado como uma válvula de escape quando se atinge níveis demasiados de precarização das condições de vida familiar, em alguns casos pode ser usado a favor da família se reestruturar ou se manter no meio rural. Mas em grande parte ela se comporta como armadilha, pois o arrendamento é um artifício do capital. Quando camponeses andam em direção a este, no intuito de manterem as condições mínimas de sobrevivência, pode ser considerado como uma falsa fuga, pois esses arrendamentos a depender das condições, geram ainda mais dependência externa.

REFERÊNCIAS

- AGROSTAT, Estatísticas do Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro. MAPA, Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em <<https://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.ht>>. Acesso em setembro de 2021.
- AGUIAR, Sandra da Cruz Garcia do Espírito Santo. **Previsão do preço da commodity do butadieno a partir do uso de redes bayesianas**. Tese de doutorado. pág. 1-176. Programa de Pós Graduação em Administração da UFRGS. Porto Alegre, 2014.
- AGUIAR, Vilma. **A marcha nacional dos Sem-Terra e o MST**. Revista de sociologia e política n°15, p. 137-139. Novembro. 2000.
- AGUIAR, Danilo R. D. MATSUOKADA, Bárbara Passos. **Mudanças na pauta de exportações e a primarização do complexo soja**. Revista de Política Agrícola. Ano XXV – No 1 – Jan./Fev./Mar. 2016.
- ANDRADES, Thiago Oliveira de. GANIMI, Rosângela Nasser. **Revolução verde e a apropriação capitalista**. CES Revista, V. 21. Juiz de Fora, 2007.
- ALMEIDA, Patrícia José de. **Arrendamentos e acesso à terra no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas. São Paulo. 2002.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Planejamento Econômico no Brasil: uma visão de longo prazo, 1934-2006. In **Governando o Governo: modernização da administração pública Brasil**. Organizador: João Paulo Peixoto. Editora Atlas, 139 p.; ISBN: 978-85-224-5105-0; p. 71-106. São Paulo, 2008.
- ALVES, Esileu Roberto. CONTINI, Elisie. GASQUES, José Garcia. Evolução da produção e produtividade da agricultura brasileira in **Agricultura Tropical; Quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas**. Vol 1. Embrapa. Editor técnico, Ana Christina Albuquerque. Brasília, DF. 2008.
- ALVES, Esileu Roberto. CONTINI, Elisie. A modernização da agricultura brasileira in **Principais problemas da agricultura brasileira: análises e sugestões**. IPEA/INPES. Rio de Janeiro. 1988.
- ARAÚJO, George Pedro Barbalho. **Ligas camponesas: Formação, luta e enfraquecimento**. Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa, Paraíba. 2015.
- ATLAS DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO. IBGE, Coordenação de Geografia, 2. Ed, Rio de Janeiro, 2020.
- BACHA, Carlos José Caetano. STEGE, Alysson Luiz. HARBS, Ricardo. **Ciclos de preços de terras agrícolas no Brasil**. Revista de Política Agrícola. Ano XXV- N°4, Out. Nov. Dez. 2016.
- BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. Memórias e fragmentos: o sonho da reforma agrária e o INCRA in **Memória Incra 35 anos**. Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Org.

MATTZA, Fernando et al. Brasília. 2006.

BASTIAN, Eduardo F. **O PAEG e o Plano Trienal: Uma Análise Comparativa de suas Políticas de Estabilização de Curto Prazo.** Est. Econ.vol. 43, n.1, p.139-166, jan.-mar. São Paulo, 2013.

BALDI, Fabini. ORSO, Paulino. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - Educação em movimento.** Revista HISTEDBR On-line.nº 50, p.275-285. maio. 2013.

BARREIRA, César. **Crônica de um massacre anunciado. Eldorado dos Carajás.** São Paulo em Perspectiva, 13 (4) 1999.

BATISTA, Jorge Chami. **A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento.** Revista de Economia Política. V 4.nº2. abril-junho, 1987.

BELO, Diego Carvalho. **O Processo de Formação dos Acampamentos e seus impactos no Desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária na Região Norte Fluminense.** Dissertação de Mestrado. Pg.110. Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campo dos Goytacazes. 2012.

BELIK, Walter. **Estado, grupos de interesse e formulação de políticas para a agropecuária brasileira.** Revista Sociologia Ruralis. Vol. 37, dez. 1997.

BERNAT, Isaac Giribet. Um novo jeito de organizar. **A nova organicidade em/do movimento; Luta pela terra; Luta na terra e identidade Sem Terra na área de influência da Brigada Salvador Allende-MST (Paraná, Brasil).** Tese de doutorado. p. 292. Universidade de Lleida. Paraná. 2012.

BOMBARDI, Larsissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia.** FFLCH-USP. 296 p. São Paulo. 2017.

BORDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** Editora Brasiliense. 1º reimpressão da 1ª edição de 1990. São Paulo. 2004.

BORSATTO, Ricardo Serra. CARMO, Maristela Simões do. **A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).** Resr. Vol, 51. nº4, p.645-660, out-dez. 2013.

BRUNO, Regina. **Senhores de terra, senhores da guerra: A nova face política das elites agroindustriais do Brasil.** Editora Forense Universitária. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1997.

CARTER, Miguel. A origem e consolidação do MST no Rio Grande do Sul. In; CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social, o MST e a Reforma Agrária no Brasil.** Editora UNESP. Pág. 199 a 236. São Paulo. 2010.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Revista NERA. Ano 7. N. 5. Agosto/Dezembro, 2004.

CARVALHO, Francisco Bonadio de. **A Importância do Mercado de Capitais:**

considerações das teorias econômica e financeira. Monografia. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Araraquara. São Paulo. 2014.

CEPEA. **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada.** Disponível em <epea.esalq.usp.br/br/consultas-ao-banco-de-dados-do-site.aspx> Acesso em Julho de 2021.

CHAGAS, Eduardo F. **O método dialético de Marx: investigação e Exposição crítica do objeto.** Revista Síntese, Belo Horizonte, v. 38, n. 120, 2011.

CHAVES, Christine de Alencar. **Um Brasil para todos os brasileiros: 20 anos da Marcha Nacional dos Sem-Terra.** Campos V.17, n° 1. p. 150-159. jan-jun. 2016.

CHIARA, Márcia de. **Preço de terras dispara no Brasil e atinge o maior valor em 20 anos.** O Estado de São Paulo. Disponível em <<https://economia.estadao.com.br/noticias/agronegocios,preco-de-terras-dispara-no-brasil-e-atinge-o-maior-valor-em-20-anos,70003774681>>. Acesso em agosto de 2021.

COSTA, Adriana Aparecida Vaz da. **Brasiguaião: Um nome, uma Designação e suas Divisões.** Revista Virtual de Letras. V. 05 n° 01. Jan/jul. Universidade Estadual de Campinas. 2013.

COSTA, Pedro de Vasconcellos. **Uma revisão crítica das políticas de estabilização do programa de ação econômica do governo (PAEG).** Dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro. 2014.

COHEN, Gerald A. **Forças produtivas e relações de produção. Crítica Marxista.** n° 31, p. 63-82. 2010.

CORRIJO, Ed Licys de Oliveira. **A expansão da fronteira agrícola no estado de Goiás: setor sucroalcooleiro.** Dissertação de mestrado. pág. 99. Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia e Engenharia. Goiânia, 2008.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 97.** Coordenação Antonio Canuto et al. Goiânia. 1997.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA Brasil.** Coordenação Sobreira Filho, J. Girardi. N. 21 NERA. Presidente Prudente. 2020.

DELGADO, Guilherme. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária.** Estudos Avançados 15. Pg. 157 a 172. 2001.

DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Editora da UFRGS, Porto Alegre. 2012.

DUARTE, Teresinha Maria. **O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO REGIME MILITAR E O ESTADO DE GOIÁS.** OPSIS, Catalão, v. 9, n. 12.,jan-juN. 2009.

DUMMETT, Cassie. BLUNDELL, Arthur. **Illicit harvest, complicit goods: The state of illegal deforestation for agriculture.** Forest Trends. Table of contents. May, 2021.

FABRINI, João Edmilson. **O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato.** Terra Livre. Ano 18, n 19. P. 75-94. Jul/dez. São Paulo, 2002.

FARM NEWS. **Como evoluiu a compra de soja do Brasil pela China até maio, em 10 anos.** Disponível em <[Como evoluiu a compra de soja do Brasil pela China até maio, em 10 anos](#)> Acesso em julho de 2021.

FEIX, Plínio José. **O espaço da democracia no projeto político dos dirigentes do MST. Tese de doutorado.** p. 329. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo. 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Editora Vozes. Rio de Janeiro, Petrópolis. 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST Formação e territorialização.** Ed. Hucitec. São Paulo, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra-Brasil.** Revista NERA. Departamento de Geografia-FCT/Unesp. Campus Presidente Prudente, São Paulo. 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: Conflitualidades e desenvolvimento territorial.** Texto síntese do seminário no Lincoln Institute of Land Policy e Harvard University. UNESP, 2004.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **O Estatuto do trabalhador rural e o Funrural: Ideologia e realidade.** Perspectivas. Ano I, vol.I. n° 1- 1976.

FERROESTE. **Cotriguaçu vai inaugurar um dos maiores complexos frigoríficos do Brasil no terminal da Ferroeste.** 2013. Disponível em <[Cotriguaçu vai inaugurar um dos maiores complexos frigoríficos do Brasil no terminal da Ferroeste | Estrada de Ferro Paraná Oeste SA](#)> Acesso em Maio de 2022.

FILHO, José Luiz Alcantara. FONTES, Rosa Maria Oliveira. **A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil.** Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada. Vol. 4 N° 7. Jul-Dez. 2009.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. **O Estado e suas razões: o II PND.** Revista de Economia Política, vol. 28, n° 1 (109), pp. 28-46, janeiro-março. 2008.

FRANK, Andre Gunder. A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo-1964 in **A Questão agrária no Brasil - O debate na esquerda-1960-1980.** Org. João Pedro Stédile. Editora Expressão popular. 2° edição. São Paulo, 2012.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** Companhia de letras. São Paulo. 2007.

GASPARETTO JUNIOR, Antonio. **Plano Trienal.** Disponível em <[Plano Trienal - História - InfoEscola](#)> Acesso Março de 2022.

GEOLUTAS. Geografia de lutas no campo e na cidade. **Diagnóstico Socioeconômico das Comunidades Camponesas Primeiro de Agosto, Resistência Camponesa e Dorcelina Folador no município de Cascavel/PR. Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS)/** Observatório da Questão Agrária no Paraná (OQA/PR). UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon. 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA Denise Tolfo org. **Métodos de pesquisa.** coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GERMER, Claus. **Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social.** pág. 75 a 95. Janeiro. 2019.

GIANNOTTI, José Arthur. **Formas de Sociabilidade Capitalista.** Estudos do CEBRAP, Petrópolis, n.24, p. 40-136, 1979.

GIRARDI, Eduardo Paulon. FERNANDES, Bernado Mançano. **A luta pela terra a política de assentamentos rurais no Brasil: A reforma agrária conservadora.** Editora Agrária, pg. 83-98. n 8. São Paulo. 2008.

GIOIA, Antonio. ONDEI, Vera. Veja a lista das 100 maiores empresas do agronegócio do Brasil. Disponível em <[Veja a lista das 100 maiores empresas do agronegócio do Brasil - Forbes](#)>. Acesso em Maio de 2022.

GONÇALVES, Sérgio. **A globalização do Agronegócio e a destruição do campesinato no século XXI.** Ateliê Geográfico. V 5, n°2, pág. 1-13. agosto, 2011.

GOVERNO DO BRASIL. **Contratação de crédito rural para safra 2020/2021 chega a R\$ 125 bilhões em seis meses. Agricultura e Pecuária, Governo do Brasil.** Disponível em <[Contratação de crédito rural para safra 2020/2021 chega a R\\$ 125 bilhões em seis meses](#)>. Acesso em Julho de 2021.

HEREDIA, Beatriz. PALMEIRA, Moacir. LEITE, Sérgio Pereira. **Sociedade e economia do "Agronegócio" no Brasil.** RBCS. Vol. 25 n°74, outubro. 2010.

HILFERDING, Rudolf. **El Capital Financiero.** Madrid: Editorial Tecnos S. A., 1963.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. ed. — São Paulo; Companhia das Letras, 1995.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e do Recursos Naturais e Renováveis. **Relatório de comercialização de agrotóxicos.** Disponível em <[Relatórios de comercialização de agrotóxicos](#)>. Acesso em Maio de 2022.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017.Resultados Definitivos.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. v.8, p. 1-105. Rio de Janeiro. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados.** Disponível em <[Brasil | Cidades e Estados | IBGE](#)>, Acesso em Junho de 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Retratando a realidade do Brasil Agrário.** Censo Agropecuário 2017. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d37d30efd337a9b66852d60148695df1.pdf>. Acesso em Julho, 2021.

IMAZON, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Desmatamento na Amazônia cresce 29% em 2021 e é o maior nos últimos 10 anos.** Disponível em <[Desmatamento na Amazônia cresce 29% em 2021 e é o maior dos últimos 10 anos - Imazon](#)>. Acesso em Abril de 2022.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos.** Disponível em <<http://www.incra.gov.br/pt/assentamentos.html>>. Acesso em: 12 Julho.2020.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Terra Brasilis.** Disponível em <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments> Acesso em Abril de 2022.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Balança comercial do agronegócio brasileiro apresenta superávit de 105,1 bilhões de dólares em 2021.** Disponível em <[Balança comercial do agronegócio brasileiro apresenta superávit de US\\$ 105,1 bilhões em 2021](#)> Acesso em Maio de 2022.

JUNIOR, Ademir Antonio Betarelli. FARIA, Weslei Rodrigues. ALBUQUERQUE, Diego Perovani Esposito Medeiros de. **Crédito rural, tipos de financiamentos e efeitos econômicos: o caso dos recursos equalizáveis de juros para o investimento e custeio agropecuário no Brasil** (2012). Planejamento de políticas públicas, PPP, n°52. Jan/Jun. 2019.

JUSBRASIL. Artigo 3 Decreto n° 59.566 de 14 de novembro de 1966. Disponível em <[Artigo 3 do Decreto n° 59.566 de 14 de Novembro de 1966](#)>. Acesso em agosto de 2021.

KEYNES, John M. **Teoría general de la ocupacion, el interés y el dinero.** 1977.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** Editora Brasiliense. Coleção primeiros passos. São Paulo. 2008.

LAMDIM, Josimar. Um novo olhar do Incra para a realização da reforma agrária in **Memória Incra 35 anos.** Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Org. MATTZA, Fernando et al. Brasília. 2006.

LENIN, Vladimir Ilitch. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O processo de formação de mercado interno para a grande indústria in **Teoria do desenvolvimento capitalista na agricultura.** Coletânea de textos da ENFF N°3. Outubro de 2010. 1982.

LENARDO. Marcos Leandro. **A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região Sudoeste ao longo do século XX.** R. Bras. Est. Pop, v. 28, p 103-131. 2011.

MACEDO, Cátia Oliveira, **Diferenciação sócio-econômica e Campesinato: O caso dos assentamentos Cristo Rei, Ubá e Rio Branco no Sudeste do Pará.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia. Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo. 2006.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Gráfico valores, Plano safra**

21/22. Disponível em <[Gráfico valores — Português \(Brasil\)](#)>. Acesso em Abril de 2022.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Relatório de atividades de 2016; Secretaria de Relações internacionais do agronegócio**. Junho, Brasília. 2017.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, Rio de Janeiro. 1981.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. Editora Contexto. p. 288. São Paulo. 2010.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: Ordem e transgressão na reforma agrária**. Editora da UFRGS. p.238. Porto Alegre, 2003.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2.ed.- São Paulo. Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro III. O processo global da produção capitalista; Edição Friedich Enges; Tradução Rubens Enderle. 1 ed. Boi Tempo. São Paulo. 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. Editora Boi Tempo. São Paulo. 2004.

MATOS, Patrícia Francisca. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **A modernização da agricultura no BRASIL e os novos usos do território**. Geo UFRJ. Ano 13, n° 22. P. 290-322 Rio de Janeiro, 2011.

MATOS, Patrícia de Oliveira. **Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. Dissertação de mestrado. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. São Paulo. 2002.

MAZOYER, Marcel. ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo, do neolítico à crise contemporânea**. Editora Unesp. p. 586. 2010.

MDIC, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. COMEX STAT. Disponível em <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/39217>> Acesso em Julho de 2021.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial da capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. Tese de doutorado. Pag. 458. Universidade Estadual Paulista, Unesp, Presidente Prudente, 2004.

MELO, Cintia Valéria de. **Os trabalhadores sem-terra no processo de formação do Assentamento Valmir Mota: Cascavel Paraná (1999-2017)**. Pg. 135. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Candido Rondon. 2018.

MIGUEL, Lovois de Andrade. **Considerações teórico-metodológicas acerca da abordagem sistêmica da Unidade de Produção Agrícola**. X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBSP). Foz do Iguaçu, 2014.

MIGUEL, Lovois de Andrade. Abordagem sistêmica da unidade de produção agrícola in **Gestão e Planejamento de Unidade de Produção agrícola**. Coordenação Universidade Aberta do Brasil - UAB-UFRS. Editora da UFRGS. Porto Alegre. 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região Sudoeste ao longo do século XX**. R. bras. Est. Pop. v.28, n. 1, p. 103-131, jan/jun. 2011.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. Expressão popular, 3ª reimpressão. 256 p. São Paulo. 2001.

MST. **Programa Agrário do MST**. IV Congresso Nacional do MST. São Paulo. 2014.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em < [84-86 - MST](#)>. Acesso em 22 de novembro de 2020.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **O MST: Nossa história**. Disponível em < <https://mst.org.br/nossa-historia/00-04/>>. Acessado 10 de julho de 2021.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **O MST: Nossa história**. Disponível em <<https://mst.org.br/nossa-historia/88-93/>>. Acesso em 06 de agosto de 2021 a.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **O MST: Nossa história**. Disponível em <<https://mst.org.br/nossa-historia/94-95/>>. Acesso em 06 de agosto de 2021 b.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **O MST: Nossa história**. Disponível em <<https://mst.org.br/nossa-historia/00-04/>>. Acesso em 06 de agosto de 2021 c.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **O MST: Nossa história**. Disponível em <<https://mst.org.br/nossa-historia/05-14/>>. Acesso em 06 de agosto de 2021 d.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. Editora Expressão Popular, 1ª edição. São Paulo, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1, Ed. Expressão Popular. São Paulo. 2011.

NETO, Costa Canrobert. **Agricultura familiar e renda da terra**. Estudos Sociedade e Agricultura. UFRRJ/CPDA. p. 118-134. 1998.

NETO, Caio Pompeia Ribeiro. **Formação Política do Agronegócio**. Tese de doutorado. Pág. 352. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2018.

NETO, Manoel Ferreira de Aquino. CARDOSO, Fernando da Silva. **Arrendamentos e condições de cidadania em um assentamento com finalidade de reforma agrária no agreste de Pernambuco**. Rev. Campo Jurídico, v. 7. n.1, p. 52-77. Jan-jun. 2019.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. **DESENVOLVIMENTO RURAL, ESTADO E SOCIEDADE: as políticas de modernização, colonização e reforma agrária no Brasil**. Rev. Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 95-107, jan./jun. 2000.

SECRETARIA DA SAÚDE. PARANÁ GOVERNO DO ESTADO. **Brucelose**. Disponível em <[Brucelose | Secretaria da Saúde](#)>. Acesso em Maio de 2022.

SISTEMA OCEPAR. Shou Rural Coopavel: 34° edição do evento fecha com R\$ 3,2 Bi em comercialização, o maior de sua história. Disponível em <[SHOW RURAL COOPAVEL I: 34ª edição do evento fecha com R\\$ 3,2 bi em comercialização, o maior de sua história](#)> Acesso em Maio de 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. Editora do Brasil. 1º Edição. São Paulo. 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos Avançados 15 (43), 2001.

PAINEL INCRA. **Incra nos Estados** - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária Disponível em < [Painel dos Assentamentos - Incra](#)> Acesso em junho de 2021. Última atualização, 2017.

PAULA, Patrick Galba de. **Teoria da renda fundiária a partir de Marx e a controvérsia sobre a renda absoluta**. Marx e o Marxismo. v. 6. N.10, Jan/Jun. p. 127-158. 2018.

PAULINO, Eliane Tomasi. **Por uma geografia dos camponeses**. Editora Unesp. São Paulo. 2006.

PEREIRA, Juliana Aparecida Cobuci. **O método investigativo de Marx: Uma contribuição à construção do conhecimento**. Serviço Social e Saúde. v. 18. p. 1-20; Campinas, São Paulo. 2019.

PERES, João. **Na soja, retrato de um Brasil recolonizado**. Outras Palavras: Jornalismo de profundidade e pós-capitalismo. Publicado em 14/09/2020. Disponível em <[Na soja, retrato de um Brasil recolonizado - Outras Palavras](#)> Acesso em Setembro de 2012.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Editora UFRGS. 1º Edição, Tradução Rita Pereira. Porto Alegre. 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa in **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Org. Paulo Petersen. Rio de Janeiro. 2009.

POLETTO, Ivo. A igreja, CPT e a mobilização pela Reforma Agrária. In; CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social, o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. Editora UNESP. Pág. 137 a 158. São Paulo. 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Editora e livraria brasiliense. São Paulo. 2008.

PRATES, Daniela Magalhães. **A alta recente dos preços das commodities**. Revista de Economia Política. Vol 27, nº 3. pág. 323-344, julho-setembro. 2007.

PREFEITURA DE CASCAVEL. Disponível em <[Prefeitura de Cascavel | Facebook](#)>. Créditos

da imagem, [@vanderlei.faria.14](#). Acesso Setembro de 2021.

PREFEITURA DE COTRIGUAÇU. **A história do município de cotriguaçu Mato grosso**. Disponível em <[História· Prefeitura Municipal de Cotriguacu](#)> Acesso em Maio de 2022.

QUEDA, Oriowaldo. KAGEYAMA, Paulo. SANTOS, João Dagoberto dos. **Assentamentos rurais: Alternativas frente ao agronegócio**. Retratos de Assentamentos, n. 12. 2009.

RAMBO, Marcos Alberto. **O ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL (1963): lutas, impasses e contradições na extensão dos direitos trabalhistas ao meio rural no Brasil**. III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis – 13 e 14 de novembro. 2019.

RAMOS, Simone Yuri. JUNIOR, Geraldo Bueno Martha. **Evolução da política de Crédito Rural Brasileira**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Documentos 292. Maio, 2010.

REIS, Ana Terra et al. **Análise do programa nacional de apoio à agricultura familiar- Pronaf 2020**. Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP), Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Dezembro, 2021.

RICHARDSON, Jarry Roberto. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Colaboradores José Augusto de Souza et al. Reimpr. São Paulo. 2012.

RODRIGUES, Lino. **Fusões e aquisições recentes no agronegócio preocupam o produtor brasileiro**. 2018. Correio Braziliense. Disponível em <[Fusões e aquisições recentes no agronegócio preocupam produtor brasileiro](#)> Acesso Julho de 2021.

ROSSI, Amanda. **Abolição da escravidão em 1888 foi votada pela elite evitando a reforma agrária, diz historiador**. Amanda. BBC NEWS Brasil, maio de 2018. Disponível em <[Abolição da escravidão em 1888 foi votada pela elite evitando a reforma agrária, diz historiador - BBC News Brasil](#)>. Acesso julho de 2021.

SANTOS, Theotonio dos. **Forças produtivas e relações de produção: ensaio introdutório**. Tradução Hugo Pedro Boff. 2º edição. Petrópolis. 1986.

SAMPAIO, Patricia Wolff. **A Consolidação da propriedade privada da terra e a marginalização do campesinato no Brasil**. VII Congresso Brasileiro de geógrafos. Anais do VII CBG. 10 a 16 de agosto de 2014. Vitória, Espírito Santo. 2014.

SCHMITT, Judite Veranisa. **Os Atingidos por Itaipu: História e Memória**. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Dissertação de Mestrado. 130 pg. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon. 2008.

SCHUMPETER, Joseph A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Abril. 1982.

SEAB, Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. **Diagnóstico agropecuário paranaense; Safra 2019/2020**. Disponível em <[Valor Bruto da Produção | Secretaria da Agricultura e do Abastecimento](#)> Acesso em Maio de 2022.

SEAB, Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. DERAL, Departamento de Economia Rural. **Preços médios de terras agrícolas**. Disponível em <[Preço de Terras | Secretaria da](#)>

Agricultura e do Abastecimento> Acesso em agosto de 2021.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituação e desconceituações- o velho e o novo em uma discussão marxista.** Revista Nera. Ano 8. n°7. Julho e dezembro. 2005.

SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. IBGE, Instituto de Brasileiro de Geografia Estatística. Disponível em <[Produção Agrícola Municipal](#)>, Acesso em julho de 2021.

SILVA, A.J. da. **A política fundiária do Regime militar: Legitimação privilegiada e grilagem especializada (Do instituto de Sesmaria ao Estatuto da Terra).** FFLCH-USP, 414p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 1997.

SILVA, Daniel Neves. **Capitanias Hereditárias.** Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilescola.uol.com.br/historiab/capitanias-hereditarias.htm>>. Acesso em 22 de julho de 2021.

SILVA, Jean Michel Moreira. **O estatuto da terra: a construção da reforma agrária limitada do primeiro governo da ditadura civil-militar.** Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, 2015.

SILVA, José Graziano. **A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira.** Revista São Paulo em Perspectiva, pg. 2-10, Julho-setembro. 1993.

SILVA, Sérgio. **Observações sobre a questão agrária.** Estudo n. 3. Campinas: IFCH, Unicamp, 1983.

SOUZA, Geani Paula de. **Cooperativa do MST entrega mais de 90 toneladas de alimentos às escolas.** Disponível em Cooperativa do MST entrega mais de 90 toneladas de alimentos às escolas>. Acesso em agosto 2020. 2019.

SOUZA, Silvio Braz de. et al. **Crédito Rural no Brasil: evolução e distribuição espacial (1969-2016).** Openedition Journals. Número 45.2020.

STACCIANINI, Nascimento Rosa. RODRIGUES, José Henrique. Luta pela permanência da terra: as estratégias de produção camponesa na comunidade Ribeirão em Catalão (GO) in **Seminário de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação da Regional de Castelão.** Vol 1. Organizada por Adriana Freitas Neves. São Paulo. 2015.

STÉDILE, João Pedro. Tendências do capital na agricultura in **A questão agrária no Brasil, o debate na década de 2000.** Org. João Pedro Stedile. Editora Expressão Popular. São Paulo. 2013.

STÉDILE, João Pedro. **O MST e a questão agrária; entrevista.** Estudos avançados 11. pag. 69 a 91. 1997.

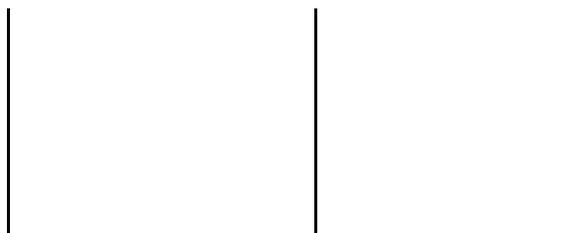
STÉDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente, **A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** Editora Fundação Perseu Abramo. Terceira reimpressão. São Paulo. 1996.

VENDRAMINI, Célia Regina. **A Experiência Coletiva com Fonte de Aprendizagens nas Lutas do Movimento Sem Terra no Brasil.** Revista Lusófona de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. 2005.

APÊNDICE A- PRIMEIRA RODADA DE APROXIMAÇÃO COM A REALIDADE.

	Famílias que arrendam todo a parcela de terra	Famílias que arrendam grande parte e plantam pouca área para consumo	Famílias que plantam toda a parcela de terra
CATEGORIAS DE FORÇAS PRODUTIVAS			
FORÇA TRABALHO			
OS MEIOS DE PRODUÇÃO			
OS ELEMENTOS AUXILIARES			
CATEGORIAS DE FORÇAS PRODUTIVAS			
FORÇA TRABALHO			
OBJETO DO TRABALHO			

OS ELEMENTOS
AUXILIARES



APÊNDICE B- SEGUNDA DA RODADA DE APROXIMAÇÃO COM A REALIDADE

1. Informações gerais;

- a) Assentamento em que mora:
- b) Quantos anos assentado:
- c) Quantos anos de acampamento:
- d) Exercia alguma função nos acampamentos, se sim, qual?
- e) Exerce alguma função no assentamento, se sim qual?
- f) Quais são as principais atividades produtivas do lote?

2. Informações de aproximação (introdução ao fenômeno dos arrendamentos)

- a) Como você vê a organização/articulação/presença do MST hoje no assentamento?
- b) O que tu achas do fenômeno arrendamentos dentro dos assentamentos?
- c) Na sua opinião, quais as principais características benéficas dessas parcerias? (se
- d) E quais as características que são limitantes nessas parcerias? (se houver ponderações)
- e) Como tu vê o assentamento com essas parcerias (qual o futuro, tendência)?
- f) Quantos vizinhos ou conhecidos tu achas ou sabes que fazem arrendamentos?
- g) Conhece os arrendatários, são de dentro do assentamento ou eles vêm de fora?

APÊNDICE C- TERCEIRA RODADA DE APROXIMAÇÃO COM A REALIDADE.

A terceira rodada de aproximação consistiu em processos de reflexão durante a aplicação do diagnóstico socioeconômico solicitado pelo ao Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), aplicado nos Assentamentos Vitória, Capão Verde e Verdum, município de Lindoeste-PR, participaram da Coleta de dados 69 assentados. Esse processo de reflexão gerou texto com tabelas e mapa mental, ao qual foram colocados e debatidos elementos fundantes das questões de arrendamentos de lotes da reforma agrária.

APÊNDICE D-QUARTA RODADA DE APROXIMAÇÃO COM A REALIDADE

- 1) Histórico dos assentamentos e números de famílias?
- 2) Como era quando chegaram, de onde vieram as famílias?
- 3) Processos de luta e bagagem política?
- 4) Quais os sistemas produtivos ao longo dos anos de assentamentos?
- 5) Se já houve ou se há experiência de associações/ cooperativas?

APÊNDICE E- QUINTA RODADA DE APROXIMAÇÃO COM A REALIDADE

Sistema de Diagnósticos Agrários (DSA).

Município:

Assentamento:

Desde que ano reside na propriedade:

- 1) Dados pessoais:

Nome	Sexo	Data de Nascimento	Vínculo Familiar	Escolaridade	Número de dias/ano	Possui outras fontes de renda ?

--	--	--	--	--	--	--

2) Atividades produtivas:

Importância	Descrição das Atividades	Outra atividade	Qual categoria

3) Distribuição de terras

Explorações	Área da exploração em ha

4) Maquinários e implementos agrícolas:

Maquinários/Implementos agrícolas	Quantidade	Valor

5) Animais na propriedade:

Animais	Quantidade	Valor (R\$)
Bovino		
Suínos		
Avicultura		
Piscicultura		
Outros		

6) Composição anual das receitas:

Produto	Quantidade	Preço Unitário	Valor (R\$)

7) Outras fontes de renda:

Origem da fonte de renda	Descrição outras rendas	Valor Anual (R\$)

8) Participação em organização social ou cooperativa;

Qual a organização que participa/freqüenta?	Descreva a organização	Exerce alguma função?	Qual função?

